



GRUPO CARREFOUR BRASIL





Relatório da Administração	- 3 -
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	- 26 -
Balancos patrimoniais	- 34 -
Demonstrações dos resultados	- 36 -
Demonstrações dos resultados abrangentes	- 37 -
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	- 38 -
Demonstrações dos fluxos de caixa	- 40 -
Demonstrações dos valores adicionados	- 41 -
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	- 42 -
Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes	- 122 -
Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria	- 123 -

Estratégia consistente e execução levam a crescimento robusto de vendas, lucro e geração de caixa

- ✓ **Continuidade do crescimento de vendas: Vendas brutas de R\$22,0 bilhões**, alta de 26,8% (sem gasolina). **Crescimento LFL de 22,9%** (sem gasolina), suportado pela continuidade dos ganhos de *market share* e inflação alimentar de duplo dígito. Vendas anuais de R\$74,8 bilhões (+22,2% sem gasolina), bem superior ao mercado.
- ✓ **Sólido crescimento no EBITDA Ajustado consolidado: R\$1.732 milhões, +18,2% a.a.** com margem de 8,7% no 4T, impulsionado tanto pelo Varejo quanto pelo Atacado, bem como pela melhora sequencial em nosso Banco em um ambiente persistentemente desafiador. EBITDA anual: R\$5,6 bilhões (+18,0% a.a.) e margem de 8,3%.
 - ✓ **EBITDA Ajustado Atacadão: R\$1.065 milhões, +25,7% a.a.** com margem de 7,5% (-0,4 p.p.) no 4T, refletindo sua estratégia comercial assertiva com aumento de competitividade, alavancando as vendas e absorvendo custos fixos de expansão. EBITDA Ajustado anual: R\$3,6 bilhões e margem de 7,7% (+0,3 p.p.).
 - ✓ **EBITDA Ajustado Carrefour: R\$455 milhões, +42,2% a.a.** e margem de 8,1% (+2,0 p.p.) no 4T – entrega consistente de ganhos de eficiência e melhora significativa na rentabilidade do e-commerce. EBITDA Ajustado anual: R\$1,5 bilhão (+48,1%) e margem de 7,3% (+1,8 p.p.).
 - ✓ **EBITDA Ajustado Banco Carrefour: R\$266 milhões**, ainda impactado pelo ambiente atual, mas já apresentando rápida recuperação (EBITDA 3T20 de R\$ -4 milhões)
- ✓ **Lucro Líquido Ajustado: R\$886 milhões** no 4T, **+31,1% a.a.** e 4,5% das vendas líquidas (+0,2 p.p.), R\$2,8 bilhões no ano, + 43,1%.
- ✓ **Fluxo de Caixa Livre do ano: R\$2.426** vs. R\$962 milhões, crescimento recorde de **152,2%**, principalmente devido ao forte aumento do EBITDA e melhora do capital de giro.
- ✓ **Pagamento de Dividendos:** nova política de pagamento de **até 45% do Lucro Líquido Ajustado** (25% anteriormente) sem impactar a nossa capacidade de investimento, graças à geração de fluxo de caixa consistente e balanço robusto. Dividendo adicional de 2020 de R\$759 milhões a ser recomendado na próxima Assembleia Geral, além dos R\$ 482 milhões pagos antecipadamente em 2020 (dividendo total de R\$ 0,62 por ação).

Em R\$ milhões	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Vendas Brutas	21.962	17.638	24,5%	74.751	62.220	20,1%
EBITDA Ajustado (1) (2)	1.732	1.465	18,2%	5.610	4.754	18,0%
Margem EBITDA Ajustada	8,7%	9,1%	-0,4 p.p.	8,3%	8,4%	-0,1 p.p.
Lucro Líquido Aj., controlador	886	676	31,1%	2.758	1.927	43,1%
Margem Líquida Ajustada	4,5%	4,2%	0,2 p.p.	4,1%	3,4%	0,7 p.p.
Fluxo de Caixa Livre				2.426	962	152,2%

(1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -5 milhões entre Banco e Varejo no 4T (R\$ -23 milhões em 2020) (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -35 milhões no 4T19 (R\$ -144 milhões em 2019) e R\$ -49 milhões no 4T20 (R\$ -172 milhões em 2020).

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL SUSTENTÁVEL E AVANÇO DA ESTRATÉGIA ESG:

- ✓ **Vendas de alimentos online no Atacadão aumentaram 142%** em base sequencial, serviço de vendas online já disponível em 25% das lojas e *roll out* continuando em 2021. **Vendas online de alimentos consolidadas no ano inteiro aumentaram cerca de 240%**.
- ✓ Fortalecendo nosso **ecossistema** e aumentando o **engajamento**: os usuários ativos em nosso novo programa de fidelidade cresceram **2x** e já representam **75% dos clientes recorrentes diários**.
- ✓ Novas contas do banco via **canais digitais** apresentaram um aumento impressionante de **157%** em dezembro.
- ✓ **Fortalecendo nossa já existente estratégia ESG** com novas iniciativas ambiciosas na luta contra o racismo

Noël Prioux, CEO do Grupo Carrefour Brasil, declarou: "Com forte crescimento de dois dígitos em vendas e lucro líquido e fluxo de caixa livre recorde, o Grupo Carrefour Brasil apresentou mais um desempenho notável no 4T e em 2020, atestando a força de seu ecossistema omnicanal. Em nosso implacável esforço para avançar nas iniciativas ESG, aprendemos importantes lições do trágico evento ocorrido em novembro em de nossas lojas em Porto Alegre. O Carrefour está agora comprometido em implementar uma das mais abrangentes série de medidas de forma a enfrentar o racismo estrutural no Brasil. Agir com responsabilidade, como temos feito ao longo da pandemia COVID-19, colocando a segurança de nossos clientes e funcionários acima de tudo, faz parte do nosso papel como líderes no varejo de alimentos no Brasil e não pouparemos esforços para responder à altura à confiança depositada em nós pelos nossos stakeholders. "

PRINCIPAIS DESTAQUES FINANCEIROS – 4T 2020

Em R\$ milhões	CONSOLIDADO			ATACADÃO			CARREFOUR VAREJO			BANCO CARREFOUR		
	4T20	4T19	Δ%	4T20	4T19	Δ%	4T20	4T19	Δ%	4T20	4T19	Δ%
Vendas Brutas	21.962	17.638	24,5%	15.691	11.855	32,4%	6.271	5.783	8,4%			
Vendas Brutas ex-gasolina	21.347	16.842	26,7%	15.691	11.855	32,4%	5.656	4.987	13,4%			
Vendas Líquidas	19.873	16.014	24,1%	14.276	10.790	32,3%	5.597	5.224	7,1%			
Outras Receitas (1)	926	997	-7,1%	40	40	0,0%	169	130	30,0%	722	829	-12,9%
Vendas Totais	20.799	17.011	22,3%	14.316	10.830	32,2%	5.766	5.354	7,7%	722	829	-12,9%
Lucro Bruto	3.940	3.505	12,4%	2.012	1.669	20,6%	1.394	1.248	11,7%	539	590	-8,6%
Margem Bruta	19,8%	21,9%	-2,1 p.p.	14,1%	15,5%	-1,4 p.p.	24,9%	23,9%	1,0 p.p.			
Despesas VG&A (2)	(2.221)	(2.051)	8,3%	(951)	(823)	15,6%	(948)	(938)	1,1%	(273)	(255)	7,1%
%VG&A de Vendas Líquidas	11,2%	12,8%	-1,6 p.p.	6,7%	7,6%	-1,0 p.p.	16,9%	18,0%	-1,0 p.p.			
EBITDA Ajustado (1) (2)	1.732	1.465	18,2%	1.065	847	25,7%	455	320	42,2%	266	335	-20,6%
Margem EBITDA Ajustada	8,7%	9,1%	-0,4 p.p.	7,5%	7,8%	-0,4 p.p.	8,1%	6,1%	2,0 p.p.			
Lucro Líquido Aj., controlador	886	676	31,1%									
Margem Líquida Ajustada	4,5%	4,2%	0,2 p.p.									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -5 milhões entre Banco e Varejo; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -35 milhões em 2019 e R\$ -49 milhões em 2020.

PRINCIPAIS DESTAQUES FINANCEIROS –2020

Em R\$ milhões	CONSOLIDADO			ATACADÃO			CARREFOUR VAREJO			BANCO CARREFOUR		
	2020	2019	Δ%	2020	2019	Δ%	2020	2019	Δ%	2020	2019	Δ%
Vendas Brutas	74.751	62.220	20,1%	51.817	42.055	23,2%	22.934	20.165	13,7%			
Vendas Brutas ex-gasolina	72.561	59.376	22,2%	51.817	42.055	23,2%	20.744	17.321	19,8%			
Vendas Líquidas	67.640	56.519	19,7%	47.058	38.220	23,1%	20.582	18.299	12,5%			
Outras Receitas	3.551	3.545	0,2%	147	140	5,0%	494	460	7,4%	2.933	2.965	-1,1%
Vendas Totais	71.191	60.064	18,5%	47.205	38.360	23,1%	21.076	18.759	12,4%	2.933	2.965	-1,1%
Lucro Bruto	13.918	12.449	11,8%	7.040	5.895	19,4%	5.161	4.507	14,5%	1.740	2.067	-15,8%
Margem Bruta	20,6%	22,0%	-1,4 p.p.	15,0%	15,4%	-0,5 p.p.	25,1%	24,6%	0,4 p.p.			
Despesas VG&A	(8.360)	(7.744)	8,0%	(3.448)	(3.101)	11,2%	(3.698)	(3.532)	4,7%	(1.042)	(967)	7,8%
%VG&A de Vendas Líquidas	12,4%	13,7%	-1,3 p.p.	7,3%	8,1%	-0,8 p.p.	18,0%	19,3%	-1,3 p.p.			
EBITDA Ajustado	5.610	4.754	18,0%	3.605	2.804	28,6%	1.502	1.014	48,1%	698	1.100	-36,5%
Margem EBITDA Ajustada	8,3%	8,4%	-0,1 p.p.	7,7%	7,3%	0,3 p.p.	7,3%	5,5%	1,8 p.p.			
Lucro Líquido Aj., controlador	2.758	1.927	43,1%									
Margem Líquida Ajustada	4,1%	3,4%	0,7 p.p.									
Fluxo de Caixa Livre	2.426	962	152,2%									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -23 milhões entre Banco e Varejo; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -144 milhões em 2019 e R\$ -172 milhões em 2020.

VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS DO 4T20

Português/Inglês (tradução simultânea)

18 de fevereiro de 2021
(quinta-feira)

10h00 – Brasília
08h00 – Nova York
13h00 – Londres
14h00 – Paris

Streaming de Vídeo:

[English](#)

[Portuguese](#)

Telefone Brasil:

+55 11 3127-4971 | +55 11 3728-5971

Telefone internacional:

USA: +1 516 300 1066

Código de acesso: Carrefour

INFORMAÇÕES SOBRE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Sébastien Durchon

Vice-Presidente de Finanças (CFO) e Diretor de Relações com Investidores

Natália Lacava

Diretora de Relações com Investidores

Ludimila Aiolo

Victor Bento

Especialista de Relações com Investidores

Telefone: +55 11 3779-8500

e-mail: ribrasil@carrefour.com

website: www.grupocarrefourbrasil.com.br

ESG: ESFORÇO IMPLACÁVEL DE 45 ANOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM NEGÓCIO MAIS SUSTENTÁVEL

Desde que abrimos a nossa primeira loja em São Paulo, em 1975, nós temos adaptado e transformado o nosso negócio, tentando constantemente endereçar as necessidades e expectativas de todos os *stakeholders*: clientes, fornecedores, acionistas e, de forma mais abrangente, toda a sociedade brasileira. Com o passar dos anos, implementamos uma série de iniciativas para promoção da diversidade, lutando por maior acesso a uma alimentação de qualidade com preços acessíveis, ajudando produtores a transformarem seus próprios negócios, reduzindo o impacto de nossas atividades ao meio-ambiente, fornecendo assistência financeira aos mais vulneráveis ou assumindo compromissos, sempre que possível, para a construção de um mundo melhor. Todas essas ações estão listadas, descritas e mensuradas em nosso Relatório de Sustentabilidade de 2019, que será atualizado em breve.

O terrível acontecimento do último mês de novembro em uma de nossas lojas em Porto Alegre reforçou de forma dolorosa a necessidade de todas essas iniciativas e a importância de tirarmos lições de qualquer evento e, particularmente, de nossos próprios erros. Como reação imediata, surgimos com um plano bastante ambicioso e abrangente para lutarmos contra o racismo estrutural no Brasil, que agora se apresenta como peça-chave de nossas iniciativas ESG.

As ações desenvolvidas pelo Grupo Carrefour Brasil buscam contribuir para a Agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2030, que tem como objetivo a erradicação da pobreza, protegendo o planeta e garantindo que as pessoas alcancem paz e prosperidade. Os impactos causados pelas ações do Grupo estão ligados a 13 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Lutando para proteção do planeta

Consciente de sua influência na cadeia de valor do setor de alimentação, dado a posição de liderança que ocupa, o Grupo Carrefour Brasil atua como agente transformador em seu próprio negócio, mas também engajando fornecedores a seguirem as melhores práticas de produção, em linha com as expectativas e interesse da sociedade. Em particular, estamos comprometidos em implementar as políticas de desmatamento zero, promovendo a economia circular e eco eficiência, bem como combatendo o desperdício de alimentos.

Políticas de desmatamento zero

- ✓ Membro do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) desde 2007, comprometido com desmatamento zero desde 2010, implementação da política de carne sustentável desde 2016 e participante da elaboração do Protocolo Harmonizado lançado pela Imaflora e MPF em 2020
- ✓ 100% dos fornecedores de carne fresca monitorados pelas próprias ferramentas do Grupo Carrefour, garantindo a origem das fazendas que abastecem os frigoríficos
- ✓ Definição de um protocolo e metodologia de suspensão e reabilitação de frigoríficos de acordo com a política de compras do Grupo
- ✓ Produção sustentável de bezerras: profissionalização da atividade de criação em pequenas propriedades do Vale Vale do Juruena e Vale do Araguaia (Mato Grosso)
- ✓ Soja: rastreamento da soja em produtos de marca própria, parceria com WWF para que a soja utilizada como ração na cadeia produtiva seja rastreada até 2025, monitoramento de fornecedores
- ✓ Conversão para agricultura orgânica: suporte apara pequenos produtos de vegetais com o objetivo de conversão para plantios de agricultura orgânica
- ✓ Amazônia: primeira companhia a participar do programa federal "Adote um Parque" em 2021 (investimento anual de R\$3,7 milhões para a proteção ambiental de uma área de aproximadamente 75.000 hectares)

Economia circular e eco eficiência

- ✓ Gestão de resíduos: todo o lixo gerado em nossas lojas é separado e 49% é reciclado, estações de reciclagem em todos os hipermercados para incentivar e ajudar clientes a reciclarem seu lixo, educação e ações de treinamento em todas as lojas
- ✓ Emissões de CO2: redução de 19% em 2020 vs. 2019, em linha com as metas de 2030 e 2040 (-30% e -55%, respectivamente)
- ✓ Transformação de embalagens: 5,5 milhões de embalagens substituídas por materiais recicláveis

Combate ao desperdício

- ✓ Meta 2025 : redução do desperdício de alimentos em 50%
- ✓ Únicos e Sansform: vendas de 1.800 toneladas de produtos que não atenderam padrões estéticos, mas que são perfeitamente adequados para consumo, com até 40% de desconto
- ✓ Doações: 2,5 milhões de pessoas receberam doações de alimentos

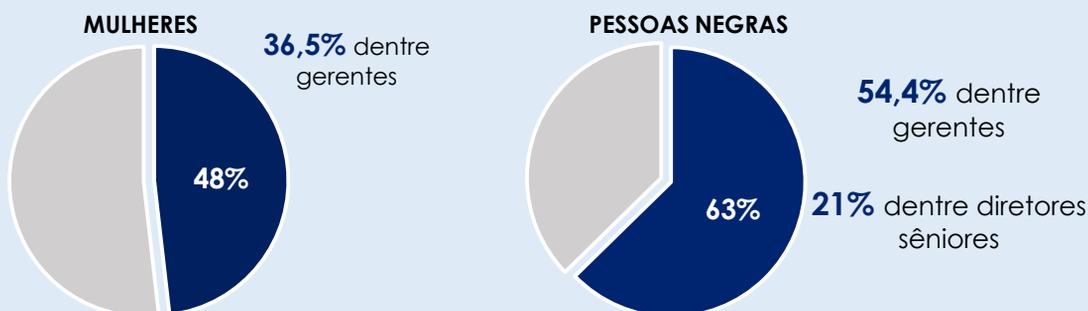
Respeito e oportunidades para todos

Todos os dias, mais de 95.000 funcionários do Atacadão, Carrefour e Banco Carrefour trabalham para oferecer a melhor experiência de compras aos nossos clientes. Todos trabalham em um ambiente que respeita diversidade e inclusão e que garante a saúde e segurança dessas pessoas. Além disso, o Grupo investe no treinamento e qualificação, além de estabelecer diretrizes que devem ser observadas por todos sobre ética, responsabilidade e *compliance*.

Para nós, o respeito pelas pessoas e o apreço por suas diferenças e similaridades são atitudes não-negociáveis. Portanto, qualquer forma de discriminação de cor, idade, gênero, religião, orientação sexual, deficiência, classe social, nacionalidade, origem ou característica individual é inaceitável.

Diversidade e inclusão

- ✓ A composição do nosso quadro busca espelhar a composição da sociedade brasileira



- ✓ 65 pessoas transgênero empregadas pela companhia
- ✓ Combate à violência contra a mulher: canal de acolhimento, doação ao Instituto Maria da Penha, participação do Dia Internacional do combate à violência contra a mulher
- ✓ Ações para pessoas com deficiências (PCD)

Luta contra o racismo estrutural: Um plano abrangente após o trágico evento de Porto Alegre

- ✓ Em 19 de novembro de 2020, João Alberto Silveira Freitas morreu em uma de nossas lojas após uma discussão violenta com seguranças terceirizados
- ✓ Transformação radical do nosso modelo de segurança: internalização com contratação de ~40% de mulheres e ~60% de pessoas negras, abordagem sistemática não-violenta, novas companhias internas de treinamento
- ✓ Percentual mínimo de 50% de pessoas negras em novas contratações e investimentos em desenvolvimento de carreira desses colaboradores
- ✓ Estímulo ao empreendedorismo negro através de auxílio e investimentos em *start-ups*
- ✓ Investimento social privado em educação e empregabilidade
- ✓ Constituição de um Comitê Independente de Diversidade, fundo dedicado com aporte inicial de aproximadamente ~R\$40 milhões

Defendendo o bem-estar animal

O Grupo Carrefour Brasil está comprometido em assegurar o bem-estar animal na sua cadeia de produção. Para isso, exige que as companhias parceiras utilizem, sempre que possível, animais que sejam criados de acordo com as cinco liberdades estabelecidas pela Farm Animal Welfare Council (FAWC), referência global no tema: livres de (i) fome e sede, (ii) desconforto, (iii) dor, doença e ferimentos, (iv) medo e stress, e (v) expressem o comportamento natural da espécie.

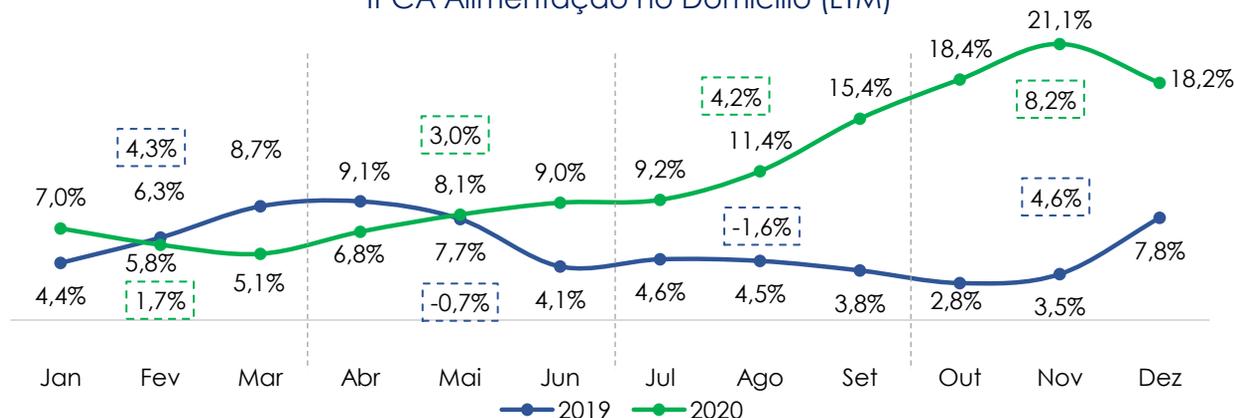
- ✓ Cadeia de suínos: novo critério adotado em 2019 na compra de produtos de proteína suína, a ser gradualmente implementado por nossos fornecedores em 2025
- ✓ Ovos: todos os ovos de marca própria serão produzidos por um Sistema livre de gaiolas em 2025
- ✓ Proteção da biodiversidade de rios e oceanos: 50% dos peixes ofertados nas lojas oriundos de práticas sustentáveis

RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS DO 4T20

Vendas e Outras Receitas

O ano de 2020 foi marcado por um ambiente sem precedentes com a eclosão da pandemia de COVID-19. Desde meados de março, o Brasil tem enfrentado restrições de circulação que afetaram o comportamento de consumo, com mais pessoas comendo em casa. O setor também foi significativamente impactado pela tendência inflacionária de alimentos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de inflação IPCA alimentação no domicílio aumentou 18,2% no ano, com aceleração no 4T, quando atingiu 8,2%.

IPCA Alimentação no Domicílio (LTM)*



Fonte: IBGE IPCA Alimentação no Domicílio

* Devido à mudança do IBGE no mix de produtos básicos para o IPCA, os números acumulados de 2020 não são 100% comparáveis.

Apesar do ambiente difícil e volátil em 2020, o crescimento das vendas consolidadas do Grupo Carrefour Brasil superou a inflação e atingiu R\$22 bilhões no 4T20, um aumento de 26,8% (excluindo gasolina) em relação ao mesmo trimestre do ano passado. As vendas LFL cresceram 22,9%, impulsionadas por fortes vendas no Atacadão e no Carrefour Varejo. No acumulado do ano, as vendas consolidadas alcançaram R\$74,8 bilhões (+ 22,2% sem gasolina), um desempenho notável acima do mercado. Nossa estratégia de expansão nos formatos de lojas de atacado e proximidade nos últimos 12 meses adicionou mais 3,8% de crescimento, com 14 lojas do Atacadão (das quais 6 conversões de lojas Makro e 1 atacado de entrega) e 8 novas lojas do varejo (das quais 7 do formato de proximidade e 1 supermercado) no 4T20. A rede de lojas do Grupo Carrefour Brasil atingiu um total de 721 lojas ao final de 2020.

O crescimento de vendas like-for-like consolidado do 4T foi de 22,9%, suportado por um excelente crescimento de 27% no Atacadão, impulsionado novamente pelas decisões estratégicas tomadas no passado para melhorar ainda mais nossa competitividade, notadamente nas vendas B2B, que foram um destaque no trimestre. Além disso, o forte momento do Carrefour Varejo continuou, especialmente no segmento de alimentos, impulsionando o crescimento LfL que atingiu 13,3% (sem gasolina), o 5º trimestre consecutivo de crescimento de dois dígitos. Excluindo o período de *Black Friday* (de 20 a 30 de novembro), evento que teve as campanhas canceladas em 2020 em função dos eventos em Porto Alegre, o crescimento LfL do Carrefour Varejo foi de 19,6% (sem gasolina).

O faturamento total do Banco Carrefour acelerou sobre o ritmo observado no trimestre anterior e cresceu 19,2% a.a. no 4T, atingindo R\$11,6 bilhões, impulsionado pelos cartões de crédito Carrefour e Atacadão, que tiveram crescimento de +13,4% e +35,2%, respectivamente. Tanto o faturamento *on-us* quanto *off-us* continuaram a apresentar crescimento de dois dígitos, reforçando a força do nosso ecossistema.

	4T19	4T20			
	LFL	Vendas Brutas (R\$MM)	LFL s/ efeito Calendário ⁽¹⁾	Expansão	Total (%)
Atacadão	5,5%	15.691	27,0%	5,4%	32,4%
Carrefour (s/ gasolina)	12,7%	5.656	13,3%	-0,1%	13,4%
Gasolina	12,5%	615	-23,7%	0,9%	-22,8%
Carrefour (c/ gasolina)	12,7%	6.271	8,2%	0,1%	8,4%
Consolidado (s/ gasolina)	7,6%	21.347	22,9%	3,8%	26,8%
Consolidado (c/ gasolina)	7,8%	21.962	20,8%	3,6%	24,5%
Faturamento Total Banco Carrefour	n.a.	11.588	n.a.	n.a.	19,2%

(1) O efeito calendário no 4T foi de +0,1% no Atacadão, +0,1% no Carrefour Varejo e +0,1% no consolidado.

	2019		2020		
	LFL	Vendas Brutas (R\$MM)	LFL s/ efeito Calendário ⁽¹⁾	Expansão	Total (%)
Atacadão	5,4%	51.817	17,6%	5,7%	23,2%
Carrefour (s/ gasolina)	9,1%	20.744	19,6%	0,0%	19,8%
Gasolina	0,5%	2.190	-24,1%	1,1%	-23,0%
Carrefour (c/ gasolina)	7,8%	22.934	13,4%	0,2%	13,7%
Consolidado (s/ gasolina)	6,5%	72.561	18,2%	4,1%	22,2%
Consolidado (c/ gasolina)	6,2%	74.751	16,3%	3,9%	20,1%
Faturamento Total Banco Carrefour	n.a.	38.216	n.a.	n.a.	15,5%

(1) O efeito calendário em 2020 foi de +0,1% no Atacadão, +0,1% no Carrefour Varejo e +0,1% no consolidado

Outras receitas foram impactadas positivamente pela reabertura das galerias e retomada do pagamento de aluguéis, além de maiores volumes e *take rates* no *marketplace*. Em uma base consolidada, outras receitas ainda caíram 7,1% no 4T, refletindo a redução nas receitas do banco. No entanto, as outras receitas aumentaram 19% sequencialmente, indicando uma recuperação rápida do banco. No acumulado do ano, outras receitas foram de R\$3,6 bilhões, praticamente estáveis em relação a 2019.

Margem Bruta Consolidada e VG&A

O lucro bruto atingiu R\$3,9 bilhões no 4T20, aumento de 12,4%, impulsionado pelo crescimento das vendas nas operações do Atacadão e Varejo. A margem bruta consolidada foi de 19,8%, 2,1 p.p. abaixo em comparação com o mesmo período do ano anterior, basicamente impactada pela maior participação do Atacadão no mix de vendas (71,8% no 4T20 vs. 67,4% no mesmo período de 2019), pelo resultado ainda abaixo dos níveis de 2019 no Banco Carrefour, e pela decisão estratégica tomada no passado de melhorar a competitividade no negócio de Cash & Carry, que criou um impulso comercial positivo culminando em uma maior participação de clientes B2B e volumes mais fortes. O lucro bruto consolidado do ano atingiu R\$13,9 bilhões com margem de 20,6%, impactado pelos motivos mencionados acima e também pelo aumento das provisões do Banco Carrefour.

As despesas com vendas, gerais e administrativas representaram 11,2% das vendas líquidas no 4T, redução de 1,6 p.p. em comparação ao 4T19, refletindo o sucesso das iniciativas implementadas em nossas operações. As despesas VG&A no 4T aumentaram 8,3%, impactadas principalmente pela aceleração da expansão do Atacadão. Em 2020, as despesas VG&A aumentaram 8,0% principalmente devido às despesas com COVID-19 e ao forte plano de expansão. No entanto, o Grupo Carrefour Brasil foi capaz de mais do que compensar esse aumento com maior absorção de custos fixos devido ao forte volume de vendas, bem como ganhos de produtividade nas operações, com VG&A como % das vendas líquidas atingindo 12,4% em 2020, 1,3 p.p. menor a.a..

Em R\$ milhões	CONSOLIDADO			ATACADÃO			CARREFOUR VAREJO			BANCO CARREFOUR		
	4T20	4T19	Δ%	4T20	4T19	Δ%	4T20	4T19	Δ%	4T20	4T19	Δ%
Vendas Brutas	21.962	17.638	24,5%	15.691	11.855	32,4%	6.271	5.783	8,4%			
Vendas Brutas ex-gasolina	21.347	16.842	26,7%	15.691	11.855	32,4%	5.656	4.987	13,4%			
Vendas Líquidas	19.873	16.014	24,1%	14.276	10.790	32,3%	5.597	5.224	7,1%			
Outras Receitas (1)	926	997	-7,1%	40	40	0,0%	169	130	30,0%	722	829	-12,9%
Vendas Totais	20.799	17.011	22,3%	14.316	10.830	32,2%	5.766	5.354	7,7%	722	829	-12,9%
Lucro Bruto	3.940	3.505	12,4%	2.012	1.669	20,6%	1.394	1.248	11,7%	539	590	-8,6%
Margem Bruta	19,8%	21,9%	-2,1 p.p.	14,1%	15,5%	-1,4 p.p.	24,9%	23,9%	1,0 p.p.			
Despesas VG&A (2)	(2.221)	(2.051)	8,3%	(951)	(823)	15,6%	(948)	(938)	1,1%	(273)	(255)	7,1%
%VG&A de Vendas Líquidas	11,2%	12,8%	-1,6 p.p.	6,7%	7,6%	-1,0 p.p.	16,9%	18,0%	-1,0 p.p.			
EBITDA Ajustado (1) (2)	1.732	1.465	18,2%	1.065	847	25,7%	455	320	42,2%	266	335	-20,6%
Margem EBITDA Ajustada	8,7%	9,1%	-0,4 p.p.	7,5%	7,8%	-0,4 p.p.	8,1%	6,1%	2,0 p.p.			
Lucro Líquido Aj., controlador	886	676	31,1%									
Margem Líquida Ajustada	4,5%	4,2%	0,2 p.p.									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -5 milhões entre Banco e Varejo; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -35 milhões em 2019 e R\$ -49 milhões em 2020;

Em R\$ milhões	CONSOLIDADO			ATACADÃO			CARREFOUR VAREJO			BANCO CARREFOUR		
	2020	2019	Δ%	2020	2019	Δ%	2020	2019	Δ%	2020	2019	Δ%
Vendas Brutas	74.751	62.220	20,1%	51.817	42.055	23,2%	22.934	20.165	13,7%			
Vendas Brutas ex-gasolina	72.561	59.376	22,2%	51.817	42.055	23,2%	20.744	17.321	19,8%			
Vendas Líquidas	67.640	56.519	19,7%	47.058	38.220	23,1%	20.582	18.299	12,5%			
Outras Receitas	3.551	3.545	0,2%	147	140	5,0%	494	460	7,4%	2.933	2.965	-1,1%
Vendas Totais	71.191	60.064	18,5%	47.205	38.360	23,1%	21.076	18.759	12,4%	2.933	2.965	-1,1%
Lucro Bruto	13.918	12.449	11,8%	7.040	5.895	19,4%	5.161	4.507	14,5%	1.740	2.067	-15,8%
Margem Bruta	20,6%	22,0%	-1,4 p.p.	15,0%	15,4%	-0,5 p.p.	25,1%	24,6%	0,4 p.p.			
Despesas VG&A	(8.360)	(7.744)	8,0%	(3.448)	(3.101)	11,2%	(3.698)	(3.532)	4,7%	(1.042)	(967)	7,8%
%VG&A de Vendas Líquidas	12,4%	13,7%	-1,3 p.p.	7,3%	8,1%	-0,8 p.p.	18,0%	19,3%	-1,3 p.p.			
EBITDA Ajustado	5.610	4.754	18,0%	3.605	2.804	28,6%	1.502	1.014	48,1%	698	1.100	-36,5%
Margem EBITDA Ajustada	8,3%	8,4%	-0,1 p.p.	7,7%	7,3%	0,3 p.p.	7,3%	5,5%	1,8 p.p.			
Lucro Líquido Aj., controlador	2.758	1.927	43,1%									
Margem Líquida Ajustada	4,1%	3,4%	0,7 p.p.									
Fluxo de Caixa Livre	2.426	962	152,2%									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -23 milhões entre Banco e Varejo; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -144 milhões em 2019 e R\$ -172 milhões em 2020;

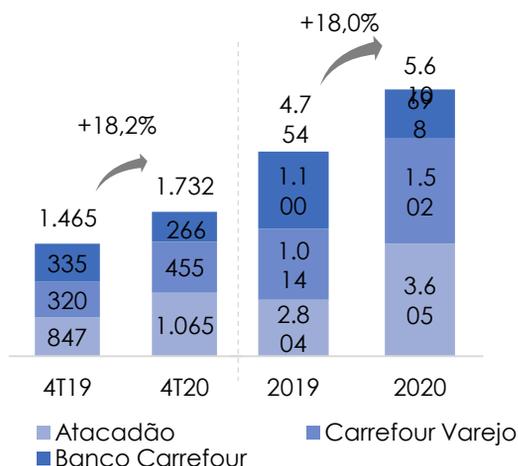
EBITDA Ajustado

No 4T20, o EBITDA ajustado cresceu 25,7% no Atacadão e 42,2% no Carrefour. O Banco Carrefour também apresentou forte desempenho trimestre, confirmando uma recuperação rápida e acentuada: o EBITDA ajustado atingiu R\$ 266 milhões, ainda 21% abaixo de 2019, mas significativamente acima do 3T20, quando foi de -R\$ 4 milhões. O EBITDA ajustado consolidado atingiu R\$ 1,7 bilhão, + 18,2% a.a., representando uma margem EBITDA Ajustada de 8,7% (-0,4 p.p. a.a.).

O EBITDA ajustado consolidado do ano atingiu R\$ 5,6 bilhões (+ 18,0% a.a) com margem de 8,3%, refletindo um ano excelente, em particular no Atacadão (R\$ 3,6 bilhões, +28,6%) e Carrefour (R\$ 1,5 bilhão, +48,1 %).

Ao longo de 2020, o Grupo Carrefour Brasil implementou com sucesso diversas medidas para sustentar o forte crescimento da receita e manter a eficiência operacional, colocando, ao mesmo tempo, a segurança de nossos clientes e funcionários em primeiro lugar.

Composição do EBITDA Ajustado



DESEMPENHO OPERACIONAL POR SEGMENTO

Atacadão: crescimento recorde de Lfl com margens resilientes

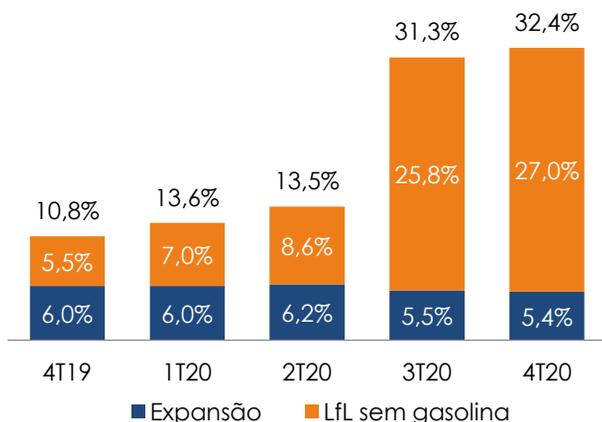
A receita bruta do Atacadão no 4T atingiu R\$15,7 bilhões, impulsionada por um crescimento impressionante de 27% Lfl - superando até mesmo o nível recorde alcançado no terceiro trimestre - e 5,4% da expansão.

O notável desempenho de vendas do Atacadão no quarto trimestre valida as decisões estratégicas tomadas no passado para melhorar a competitividade. O forte crescimento foi beneficiado pelo elevado nível de inflação alimentar, mas também foi impulsionado por fortes volumes, com contribuição relevante dos clientes B2B. Como resultado, considerando mesmas lojas, nosso *market share* aumentou.

Como líderes de mercado, continuamos oferecendo os melhores preços para clientes B2B e B2C. Isso destaca a relevância de nosso negócio de atacado, especialmente em um ambiente tão volátil.

A recém lançada operação de e-commerce do Atacadão está crescendo mais rápido do que o esperado e também mantém resultados positivos. No 4T, tivemos 131 mil clientes via canais digitais e as vendas online cresceram 142% sequencialmente, demonstrando a escalabilidade e a força destas plataformas. Considerando apenas as lojas com serviço de entrega rápida, as vendas digitais já representam 2% do total.

Desempenho de vendas do Atacadão



Evolução das vendas digitais do Atacadão (em R\$ milhões)



A parceria com as operadoras de serviço de entrega rápida já está disponível em 54 lojas em 12 estados, representando cerca de 25% da nossa rede de lojas. Seguimos reforçando nossa estratégia com foco em proporcionar uma melhor experiência de compra com o melhor preço. Em nosso marketplace dedicado a clientes B2B, o número de vendedores no 4T é de cerca de 300, estáveis em comparação ao 3T20.

O Atacadão está mantendo e reforçando o seu forte plano de expansão, e encerrou o ano com 236 unidades (206 lojas e 30 atacados de entrega), com 14 inaugurações no 4T (22 em 2020), das quais 1 atacado de entrega e 6 conversões de lojas Makro. Finalizamos a aquisição de 25 lojas do Makro e esperamos convertê-las nos próximos meses, fortalecendo ainda mais nossa posição de liderança e presença nacional. O fechamento da aquisição das 5 lojas Makro remanescentes é esperado para acontecer em breve.

Reforçando sua presença online e off-line



Em R\$ milhões	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Vendas Brutas	15.691	11.855	32,4%	51.817	42.055	23,2%
Vendas Líquidas	14.276	10.790	32,3%	47.058	38.220	23,1%
Outras Receitas	40	40	0,0%	147	140	5,0%
Vendas Totais	14.316	10.830	32,2%	47.205	38.360	23,1%
Lucro Bruto	2.012	1.669	20,6%	7.040	5.895	19,4%
Margem Bruta	14,1%	15,5%	-1,4 p.p.	15,0%	15,4%	-0,5 p.p.
Despesas VG&A	(951)	(823)	15,6%	(3.448)	(3.101)	11,2%
%VG&A de Vendas Líquidas	6,7%	7,6%	-1,0 p.p.	7,3%	8,1%	-0,8 p.p.
EBITDA Ajustado	1.065	847	25,7%	3.605	2.804	28,6%
Margem EBITDA Ajustada	7,5%	7,8%	-0,4 p.p.	7,7%	7,3%	0,3 p.p.

O lucro bruto cresceu 20,6% no trimestre, atingindo R\$2,0 bilhões. A margem bruta foi 14,1%, reflexo das já mencionadas decisões estratégicas tomadas no passado para melhorar a competitividade, da maior participação dos clientes B2B no mix de vendas e da aceleração da abertura de lojas, uma vez que estas lojas têm um período de ramp-up já previsto. Em 2020, o lucro bruto foi de R\$7,0 bilhões, crescimento de 19,4%, com margem bruta de 15,0%.

No 4T, o Atacadão acelerou seu plano de expansão, concentrando quase dois terços das inaugurações de novas lojas em um único trimestre. Embora isso tenha afetado as despesas com vendas, gerais e administrativas, que cresceram 15,6% a.a., o forte volume de vendas nos permitiu absorver o impacto e alcançar uma melhora de 1,0 p.p. para 6,7% das vendas líquidas. No acumulado do ano, as despesas VG&A cresceram 11,2%, também impactado pela aceleração da expansão e pelas despesas relacionadas ao COVID-19. Mais uma vez, o forte volume de vendas nos permitiu alcançar mais 0,8 p.p. de melhora no ano, chegando a 7,3% das vendas líquidas.

Como resultado, o EBITDA Ajustado atingiu R\$1,065 milhões no trimestre, 25,7% superior ao 4T19, com margem de 7,5%. No ano de 2020, o EBITDA ajustado cresceu notáveis 28,6%, atingindo R\$3,6 bilhões, com margem crescendo 0,3 p.p. e atingindo 7,7%.

Carrefour Varejo: mantendo o forte crescimento...

As vendas do Carrefour Varejo (sem gasolina) totalizaram R\$5,7 bilhões no 4º trimestre, impulsionadas pelo crescimento robusto do LfL de 13,3%. O segmento de alimentação manteve a tendência observada no segundo e terceiro trimestre, crescendo 14,2%. O segmento de não alimentar também apresentou forte crescimento LfL no 4T (+ 12,2%), apesar de uma base comparável muito difícil, pois o 4T19 já havia registrado crescimento de 20,8%, com contribuição das vendas de *Black Friday*, evento que teve todas as suas campanhas canceladas em 2021 após o incidente ocorrido em Porto Alegre. Em um período de 2 anos, o crescimento do segmento não alimentar atingiu 36% (vs. 38% na comparação de 2 anos encerrada em setembro de 2020). O desempenho é particularmente impressionante considerando que as lojas de todos varejistas reabriram no 3T20. Excluindo o período de *Black Friday**, o crescimento LfL foi de 19,6%, sendo que o não alimentar atingiu 25,9%.

*Considerando o período de 20 a 30 de novembro.

Como resultado, o crescimento LfL do ano consolidado foi de 19,6% em 2020. Embora esse desempenho tenha se beneficiado do ambiente incomum, nossos ganhos de *market share* em hipermercados de outros 1,3 p.p. no 4T20 (vs. 4T19) ou 1,5 p.p. em 2020 (vs. 2019), e altos níveis de NPS comprovam a força de nosso posicionamento e destacam a excelente execução. Em 2019 e 2020, o *market share* dos hipermercados aumentou cerca de 2 p.p.

Continuamos a implementar as medidas mencionadas desde o 2T, com destaque para a nova dinâmica promocional, que continuou a apresentar resultados sólidos e aumentou o nível de engajamento dos clientes.

	4T20 (R\$ MM)	LFL	4T19 (R\$ MM)	Total (%)	2020 (R\$ MM)	LFL	2019 (R\$ MM)	Total (%)
Multi-formato⁽¹⁾	5.024	15,8%	4.337	15,8%	18.520	18,5%	15.608	18,7%
Alimentar	3.163	14,4%	2.765	14,4%	11.559	13,2%	10.191	13,4%
Não Alimentar ⁽²⁾	1.861	18,3%	1.573	18,4%	6.961	28,4%	5.417	28,5%
Carrefour (s/ gasolina): Multiformato + E-comm	5.656	13,3%	4.987	13,4%	20.744	19,6%	17.322	19,8%
Alimentar	3.205	14,2%	2.806	14,2%	11.795	14,3%	10.300	14,5%
Não Alimentar ⁽²⁾	2.451	12,2%	2.181	12,4%	8.949	27,3%	7.023	27,4%
Carrefour + GMV (s/ gasolina)	5.821	13,2%	5.139	13,3%	73.214	18,4%	59.812	22,4%

(1) Inclui serviço de entrega rápida. (2) Inclui drogarias.

... e aumentando o engajamento dos clientes

O novo aplicativo "Meu Carrefour", que foi lançado em novembro e incorpora nosso novo programa de fidelidade, foi muito bem recebido pelos nossos clientes. O número de usuários ativos 4T20 foi mais que o dobro do nível de outubro e representou 75% dos nossos clientes recorrentes em lojas físicas. O novo aplicativo também parece ser apreciado por nossos clientes, pois nossa pontuação na Play Store foi de 4,2, um nível muito semelhante ou até superior quando comparado aos varejistas digitais mais relevantes.

O novo aplicativo já está resultando em um aumento no engajamento do cliente. O gasto médio de clientes existentes que alcançaram a moeda # 3 no programa (clientes com o maior nível de recorrência) aumentou mais de 100% em novembro e 90% em dezembro.

Em janeiro de 2021, mais de 3 milhões de moedas estavam disponíveis e tivemos mais de 700.000 delas trocadas por produtos e benefícios. Usando nossos dados, fomos capazes de identificar clientes potenciais para produtos específicos de marca própria, fornecendo amostras a esses clientes a fim de aumentar o gasto médio futuro.

Em dezembro, também integramos as funcionalidades do Scan and Go e do Banco Carrefour ao "Meu Carrefour", o que permite aos clientes pagar por suas cestas usando o aplicativo e acessar recursos que antes eram usados no aplicativo existente do Banco. Esta melhoria teve um impacto positivo na percepção dos clientes, uma vez que pela primeira vez a comunicação do Varejo, Drogarias, Postos de Gasolina e Banco foi totalmente integrada num único canal.

Cybercook foi outro recurso importante do novo aplicativo, ampliando a experiência do cliente com mais de 100 receitas e dicas para apoiar os clientes que estão comendo mais em casa no contexto de pandemia. Em 2020, o Cybercook teve 866.200 novos clientes cadastrados (+1.183% vs. 2019), atingindo um total de 1,9 milhões de clientes cadastrados no final do ano (+ 79% vs. LY).

Os resultados iniciais do novo aplicativo demonstram que os clientes precisam de um canal que facilite o seu dia a dia, concentrando diferentes funcionalidades, produtos e serviços a preços atrativos.

Base de clientes mais que dobrou desde o lançamento e já representa **75% dos clientes recorrentes**



alavancagem de dados e marca própria agregando valor



1,9 milhão de usuários

(i) Multi-formato: a consistência compensa

Mais uma vez nossa operação multi-formato apresentou resultados expressivos e atingiu um crescimento LfL de 15,8%, principalmente impulsionado por alimentos, que continuou a superar a inflação e cresceu 14,4% em base LfL. O segmento não alimentar também teve outro trimestre forte, com crescimento de 18,3% de LfL, embora os varejistas tradicionais tenham reaberto no 3T (+26,3% excluindo o período de *Black Friday* – 20 a 30 de novembro). Devido à sua dinâmica diferente em relação à alimentação (menor recorrência) e após a decisão pelo cancelamento das campanhas de *Black Friday* entre 20 e 30 de novembro, devido ao trágico evento ocorrido em Porto Alegre, uma desaceleração dos níveis observados no 2T e 3T20 já era antecipada. No geral, pelo terceiro trimestre consecutivo, nossos hipermercados tiveram desempenho superior ao do mercado, alcançando ganhos de participação de mercado de 1,5 p.p. em 2020. O fiquete médio aumentou 33,1% a.a. no 4T20, enquanto o número de fiquetes ainda caiu 12,9%, destacando o impacto da atual crise sanitária no comportamento do cliente.

Nossa marca própria continuou com seu excelente desempenho, apresentando crescimento de 22% em volumes ano a ano, principalmente impulsionado por PGC, que cresceu 35% pelo segundo trimestre consecutivo. A penetração continuou alcançando novos recordes, crescendo para 14,9% do total de vendas líquidas de alimentos no 4T20 (+1,5 p.p. a.a.) e o número de SKUs de marca própria ficou em cerca de 2.800.

O bom desempenho de nossa marca própria baseia-se na regra dos três pilares estabelecidos para o desenvolvimento do segmento, que é ainda mais relevante em um ambiente inflacionário. O produto deve ser: (i) aprovado por mais de 50% dos participantes em teste cego; (ii) cerca de 30% mais barato que o líder de mercado; e (iii) nutritivo.

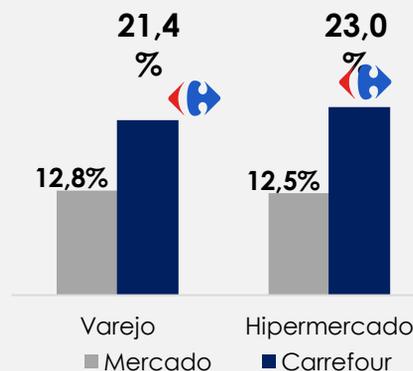
Após desacelerar nossa expansão no segmento de Varejo durante a maior parte de 2020 para analisar os impactos do COVID-19, retomamos as inaugurações no 4T com 7 novas lojas Express e 1 nova loja Market, todas em São Paulo. As lojas de conveniência registraram seu melhor desempenho LFL desde o início da pandemia.

Impulsionado por sua nova dinâmica promocional eficiente, vendas de alimentos maiores (cujas margens são superiores às de não alimentos) e a evolução do negócio de e-commerce, o segmento de varejo do Carrefour (incluindo e-commerce, sem gasolina e galerias) registrou mais um trimestre de expressiva melhoria da margem EBITDA: +2,5 p.p. a.a. para 7,4% no 4T20. No ano consolidado, a melhora foi ainda mais relevante: +3,1 p.p. para 7,5% de margem.

Todas as nossas lojas mantiveram as mesmas medidas sanitárias adotadas desde o início da crise do COVID-19, o que reforça nosso compromisso com a segurança de nossos colaboradores e clientes.

Destaques 2020

Crescendo mais que o mercado



Fonte: Nielsen - a metodologia utilizada apresenta um crescimento ligeiramente diferente para o Carrefour Varejo.

+13,4% a.a. Alimentar 2020
+28,5% a.a. Não alimentar 2020

+1,5 p.p.

market share de Hipermercado (vs. 2019)



Migrando para a mídia digital e gastando a metade em publicidade



Ganhando eficiência com a redução de quebra de estoque e taxas de perda

Resultados Varejo 2020

(incluindo e-commerce, sem gasolina e galerias)



+20% LfL
(sem gasolina)



-2,4 p.p.
Despesas VG&A



+3,1 p.p.
Margem EBITDA

(ii) Iniciativas digitais para apoiar um crescimento rentável

2020 foi um ano notável para o comércio eletrônico, que apresentou um aumento expressivo devido à pandemia de COVID-19. Desde o 2T20, o Grupo Carrefour Brasil tem alcançado altos níveis de GMV total e no 4T20 esse ritmo continuou, demonstrando uma tendência duradoura nos hábitos de compra dos clientes.

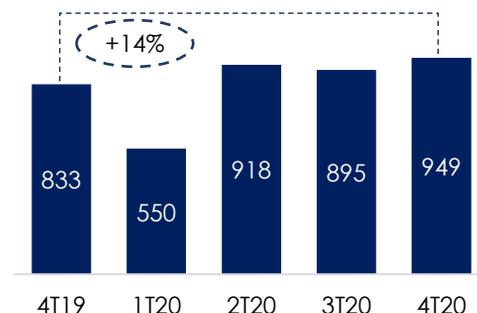
No dia 1º de outubro, lançamos nossa nova plataforma de e-commerce, mais amigável e totalmente customizada para atender às necessidades do e-commerce alimentar e não alimentar. As melhorias na plataforma já são reconhecidas pelos nossos clientes e, em outubro, o NPS atingiu o nível mais alto do ano, fechando com um aumento de 90% vs. 2019, reforçando também a nossa forte posição online.

O GMV total no 4T ficou basicamente estável em comparação com o 4T19 (+0,1%), ou +13,9% incluindo o serviço de entrega rápida. **O e-commerce alimentar manteve seu forte momento com crescimento de 163,3% incluindo o serviço de entrega rápida**, demonstrando novamente uma mudança no comportamento de consumo. As vendas não alimentares diminuíram 3,1%, devido principalmente a: (i) uma desaceleração esperada após dois fortes trimestres de crescimento, em parte associada à redução do auxílio do governo para apoiar o consumo em meio à pandemia; (ii) uma base comparável difícil, já que no ano passado investimos significativamente em nosso evento Black Friday, que foi menos promocional este ano; e (iii) nossa decisão de cancelar todas as campanhas de marketing relacionadas à Black Friday na sequência do trágico evento em nossa loja em Porto Alegre em novembro. Se excluirmos o período de Black Friday dos números trimestrais, o segmento não alimentar teria crescido 24,5% vs. a variação reportada de -3,1%.

As vendas do Marketplace cresceram + 10,9% e representaram 21% do GMV total no quarto trimestre.

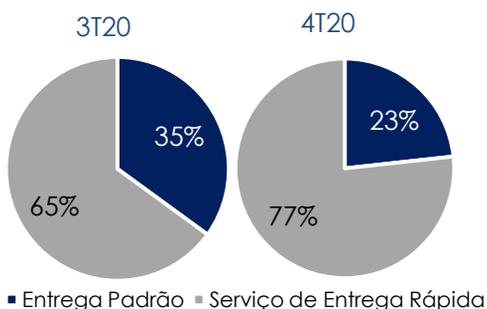
Estamos acelerando nossas atividades de e-commerce e janeiro já mostra tendências de crescimento muito positivas. As mudanças estruturais ocorridas ao longo do ano tiveram impactos positivos nos resultados, que se encontram em breakeven, reforçando a confiança em nossa estratégia de e-commerce. Todas as iniciativas estratégicas relacionadas a este negócio estão mantidas para continuar aumentando a rentabilidade.

GMV Total*



* Inclui serviço de entrega rápida e vendas digitais do Atacadão

GMV alimentar por plataforma



■ Entrega Padrão ■ Serviço de Entrega Rápida

	4T20 (R\$MM)	Total (%)	4T19 (R\$MM)	2020 (R\$MM)	Total (%)	2019 (R\$MM)
Serviço de entrega rápida ⁽¹⁾	149	375,7%	31	450	378,9%	94
1P Alimentar	43	3,0%	41	236	116,9%	109
GMV Alimentar	191	163,3%	73	281	198,8%	94
1P Não Alimentar	589	-3,1%	608	1.988	23,8%	1.605
GMV 1P (inc. serv. entrega rápida)	780	14,6%	681	2.269	33,5%	1.699
3P ⁽²⁾	169	10,9%	152	663	52,7%	434
GMV Não Alimentar	758	-0,3%	760	2.651	30,0%	2.040
GMV Total	801	-0,2%	802	2.887	34,4%	2.148
GMV Total (inc. serv. entrega rápida)	949	13,9%	833	3.337	48,8%	2.243

(1) O serviço de entrega rápida já está incluso nas vendas do multi-formato e Atacadão. (2) Inclui vendas do marketplace do Atacadão.

(iii) Resultados Consolidados do Varejo

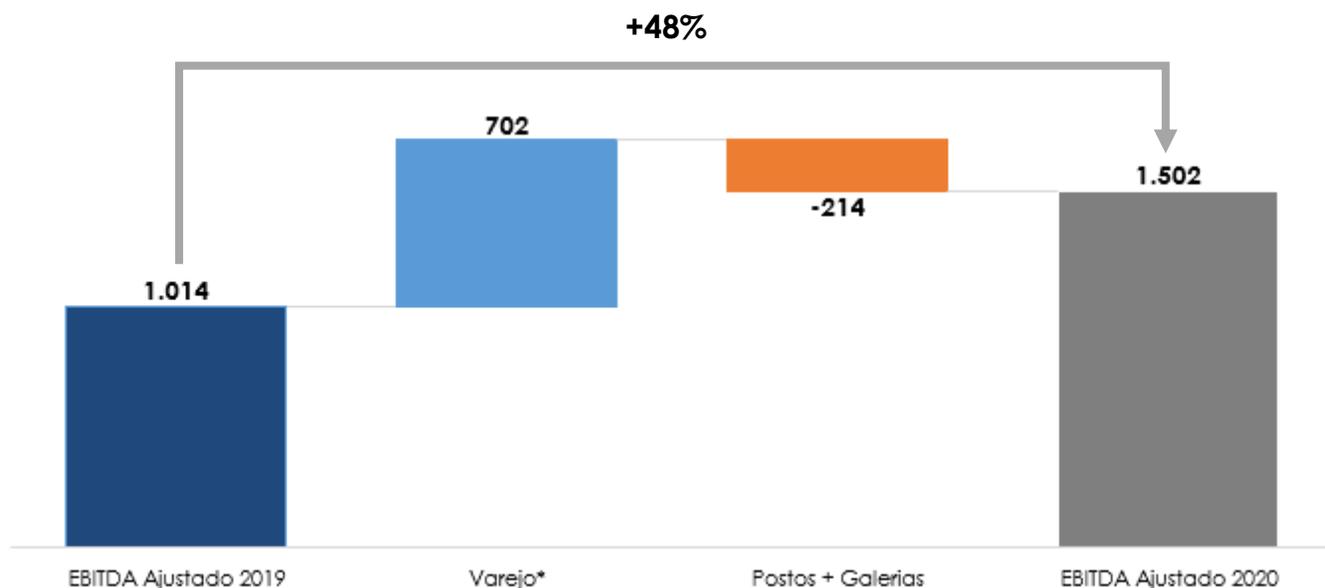
O lucro bruto consolidado do Carrefour Varejo foi de R\$ 1,4 bilhão ou 24,9% das vendas líquidas, aumento de 11,7% ou +1,0 p.p. a.a., respectivamente, como resultado de nossa dinâmica promocional mais assertiva no multi-formato, ganhos de eficiência e uma melhor contribuição do e-commerce.

Em R\$ milhões	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Vendas Brutas	6.271	5.783	8,4%	22.934	20.165	13,7%
Vendas Brutas ex-gasolina	5.656	4.987	13,4%	20.744	17.321	19,8%
Vendas Líquidas	5.597	5.224	7,1%	20.582	18.299	12,5%
Outras Receitas	169	130	30,0%	494	460	7,4%
Vendas Totais	5.766	5.354	7,7%	21.076	18.759	12,4%
Lucro Bruto	1.394	1.248	11,7%	5.161	4.507	14,5%
Margem Bruta	24,9%	23,9%	1,0 p.p.	25,1%	24,6%	0,4 p.p.
Despesas VG&A	(948)	(938)	1,1%	(3.698)	(3.532)	4,7%
%VG&A de Vendas Líquidas	16,9%	18,0%	-1,0 p.p.	18,0%	19,3%	-1,3 p.p.
EBITDA Ajustado	455	320	42,2%	1.502	1.014	48,1%
Margem EBITDA Ajustada	8,1%	6,1%	2,0 p.p.	7,3%	5,5%	1,8 p.p.

As despesas VG&A cresceram R\$ 10 milhões ou 1,1% em comparação ao 4T19, levando a uma diluição de 1,0 p.p. no 4T20. Mais uma vez, excluindo-se as despesas com COVID-19, as despesas VG&A teriam diminuído nominalmente, reforçando as melhorias estruturais no negócio.

O EBITDA ajustado do Carrefour aumentou 42,2% e atingiu R\$ 455 milhões, com outra forte expansão de margem de 2,0 p.p.. No consolidado do ano, o EBITDA Ajustado cresceu 48,1% e a margem melhorou 1,8 p.p. para 7,3%.

Contribuição no crescimento do EBITDA do Carrefour Varejo (em R\$ milhões)



* Exclui Postos e Galerias

Banco Carrefour: acelerando o crescimento

O Banco Carrefour continuou sua aceleração, já observada no trimestre anterior, com o faturamento total crescendo 19,2% a.a. no 4T, atingindo R\$11,6 bilhões, impulsionado pelo maior número de compras e aumento do fiquete médio. O cartão de crédito Carrefour apresentou crescimento de 13,4% e o cartão de crédito Atacadão cresceu 35,2%, representando cerca de 32% do faturamento total do trimestre - patamar bastante satisfatório considerando que o produto foi lançado em 2017.

Tanto os gastos *on-us* quanto *off-us* continuaram apresentando crescimento de dois dígitos, de 13,2% e 22,3%, respectivamente, comprovando a força do ecossistema do Grupo Carrefour Brasil. Com isso, a carteira de crédito total (IFRS9) encerrou dezembro em R\$13,5 bilhões, +17,0% a.a.. As novas contas vendidas por canais digitais continuaram evoluindo e atingiram novos recordes em dezembro, com crescimento de 157% a.a..

Em R\$ milhões	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Faturamento cartão Carrefour	7.802	6.879	13,4%	25.919	23.650	9,6%
Faturamento cartão Atacadão	3.680	2.721	35,2%	11.971	8.966	33,5%
Outros produtos*	106	122	-13,0%	325	482	-32,5%
Faturamento Total	11.588	9.722	19,2%	38.216	33.097	15,5%
Total da carteira de crédito	13.535	11.570	17,0%	13.535	11.570	17,0%

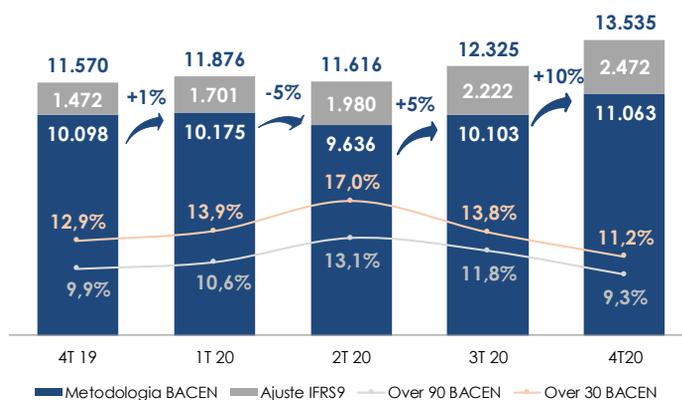
*Outros produtos incluem empréstimos pessoais e pagamento de contas com o cartão

Apesar de continuar sendo impactado por clientes com menor propensão a financiar saldos em aberto e flexibilização dos prazos de negociação, nosso crescimento da receita já apresentou melhora em relação ao 3T, em função da retomada do crescimento do faturamento desde junho. No 4T, a receita operacional líquida do Banco Carrefour diminuiu 12,9% em relação ao ano anterior, para R\$722 milhões (+16,5% quando comparado ao 3T20).

A estratégia implementada face à crise do COVID-19 também se mostra acertada ao olhar para os indicadores de crédito. Os *Non-Performing Loans* (NPLs) situaram-se em um nível inferior ao do ano anterior, evidenciando um processo natural de envelhecimento dos NPLs e também um posicionamento bastante sólido mesmo quando comparado com o período pré-crise.

Os empréstimos com vencimento acima de 90 dias caíram 0,6 p.p a.a. no 4T20, para 9,3% (contra 9,9% no 4T19 e 13,1% no 2T20 - no pico da crise). Empréstimos com vencimento acima de 30 dias caíram impressionantes 2,1 p.p. a.a., para 11,2% no 4T20 (12,9% no 4T19 e 17,0% no 2T20).

Evolução da Carteira de Crédito (R\$ milhões)



A carga de risco totalizou R\$ 183 milhões no trimestre, uma redução de 23,4% em relação ao ano anterior, impulsionado pelo maior volume de recuperações, beneficiado pela venda de uma carteira antiga em inadimplência, que já foi totalmente baixada (R\$ 75 milhão).

Como as despesas VG&A mantiveram a mesma tendência observada ao longo dos primeiros nove meses de 2020, quando cresceram 8,0%, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 266 milhões e o lucro líquido do banco atingiu R\$ 142 milhões no 4T20, confirmando sua recuperação e reforçando seu sólido posicionamento.

Em R\$ milhões	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Receitas da intermediação financeira	722	829	-12,8%	2.933	2.965	-1,1%
Carga de risco	(183)	(239)	-23,4%	(1.193)	(898)	32,9%
Resultado bruto da intermediação financeira	539	590	-8,6%	1.740	2.067	-15,8%
Despesas VG&A	(273)	(255)	7,1%	(1.042)	(967)	7,8%
EBITDA ajustado	266	335	-20,6%	698	1.100	-36,5%
Despesa com depreciação e amortização	(9)	(9)	0,0%	(36)	(34)	5,9%
EBIT ajustado	257	326	-21,2%	662	1.066	-37,9%
Outras receitas (despesas)	(14)	(13)	7,7%	(59)	(54)	9,3%
Resultado financeiro	(4)	(6)	-33,3%	(13)	(25)	-48,0%
Imposto de renda	(97)	(84)	15,5%	(237)	(344)	-31,1%
Lucro líquido (100%)	142	223	-36,3%	353	643	-45,1%

RESULTADO CONSOLIDADO 4T20 (APÓS EBITDA AJUSTADO)

Outras Receitas (Despesas)

Em R\$ milhões	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Custos de reestruturação	(4)	(8)	-50,8%	(26)	(70)	-62,9%
Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos	(19)	(27)	-28,9%	(105)	(32)	228,8%
Receitas e despesas relativas a demandas judiciais	138	4	3.341,9%	208	(774)	-126,8%
Despesas com transações de M&A e outras	(59)	(25)	1	(83)	(25)	2
Outras receitas (despesas)	56	(56)	-199,6%	(6)	(901)	-99,3%

Outras receitas totalizaram R\$56 milhões no 4T20, sobretudo devido a receitas relacionadas a litígios, principalmente relacionadas a anistias fiscais com um impacto líquido de R\$138 milhões. As despesas relacionadas ao trágico acontecimento em Porto Alegre somaram R\$ 50 milhões no trimestre, sendo R\$40 milhões referentes ao fundo de diversidade criado pela empresa (R\$25 milhões de aporte inicial e cerca de R\$15 milhões referentes à doação de lucros de três dias de vendas).

Imposto de Renda

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social foi de R\$ 364 milhões e a alíquota de IR ficou em 27% no 4T20, 1,5 p.p. maior que no mesmo período de 2019, impactada principalmente pelo aumento na alíquota de imposto de instituições financeiras, que passou para 45% em 2020 (de 40%).

A alíquota efetiva de imposto em 2019 foi impactada pelo efeito da provisão referente aos itens básicos no 2T19. Excluindo os impactos de itens não recorrentes, a alíquota efetiva de imposto teria sido de 27% em 2019, um nível muito semelhante à taxa observada em 2020 (28%).

Em R\$ milhões	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Lucro Antes dos Impostos	1.369	994	37,7%	3.925	2.279	72,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(364)	(249)	46,2%	(1.081)	(951)	13,7%
Alíquota Efetiva	26,6%	25,1%	1,5 p.p.	27,5%	41,7%	-14,2 p.p.

Em R\$ milhões	4T20	Outras receitas (despesas)	Lucro Líquido Ajustado, controladores	2020	Outras receitas (despesas)	Lucro Líquido Ajustado, controladores
Lucro antes dos impostos e contribuições	1.369	(54)	1.315	3.925	73	3.998
Imposto de Renda e Contribuição Social	(364)	5	(359)	(1.081)	14	(1.067)
Alíquota Efetiva	27%		27%	28%		27%
Lucro Líquido	1.005	(49)	956	2.844	87	2.931
Lucro Líquido - Acionistas minoritários (NCI)	70		70	173		173
Lucro Líquido ajustado, controladores	935	(49)	886	2.671	87	2.758

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado, Acionista Controlador

O lucro líquido ajustado permite uma melhor visão sobre o desempenho do lucro líquido recorrente. Ele é calculado como lucro líquido menos outras receitas e despesas, e o correspondente efeito financeiro e do imposto de renda.

No 4T20, o lucro líquido ajustado atingiu R\$ 886 milhões ou 4,5% da receita líquida, um aumento de 31,1% em relação ao 4T19. Em 2020, o lucro líquido ajustado totalizou R\$ 2,8 bilhões, aumento de 43,1% em relação a 2019, refletindo a estratégia omnicanal da empresa e a forte execução em um ano sem precedentes.

Em R\$ milhões	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Lucro líquido, controladores	935	636	47,0%	2.671	1.013	163,7%
(+/-) Outras receitas(despesas)	(56)	56	n.m.	6	901	-99,3%
(+/-) Resultado financeiro (não recorrente)	2	0	n.m.	67	0	n.m.
(+/-) Imposto de renda de outros itens de receita (despesas)	5	(16)	-131,9%	14	13	n.m.
Lucro líquido ajustado, controladores	886	676	31,1%	2.758	1.927	43,1%
Margem líquida	4,5%	4,2%	0,2 p.p.	4,1%	3,4%	0,7 p.p.

Capital de Giro Operacional

Nosso capital de giro antes dos recebíveis encerrou o 4T20 como um recurso líquido de R\$6,2 bilhões (40 dias), ante R\$ 5,5 bilhões (43 dias) observados no 4T19. No total, o capital de giro encerrou o ano no equivalente a 33 dias, contra 37 dias em 2019. O ligeiro aumento de 4 dias reflete nossa decisão de manter maiores estoques em um momento de alta da inflação.

Em R\$ Milhões	4T20	Dias	3T20	Dias	2T20	Dias	1T20	Dias	4T19	Dias
(+) Estoques	7.709	50	7.783	54	6.451	47	6.423	49	5.949	46
(-) Fornecedores (**)	(13.860)	(90)	(8.706)	(61)	(8.712)	(63)	(7.128)	(54)	(11.490)	(90)
(=) Capital de Giro antes dos recebíveis	(6.151)	(40)	(923)	(6)	(2.261)	(16)	(705)	(5)	(5.541)	(43)
(+) Contas a Receber (*)	1.051	7	1.905	13	1.267	9	622	5	782	6
(=) Capital de Giro - WC Mercadorias	(5.100)	(33)	982	7	(994)	(7)	(82)	(1)	(4.759)	(37)

(*) Recebíveis comerciais, excluindo recebíveis de aluguel das galerias (Carrefour Property) e fornecedores;

(**) Excluindo fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis e líquido de descontos a serem recebidos de fornecedores;

Os índices de capital de giro acima são calculados usando o Custo de Mercadorias Vendidas

Perfil da Dívida Líquida e Resultado Financeiro Líquido

Os empréstimos líquidos de derivativos para cobertura encerraram 2020 em R\$3,6 bilhões, um aumento de R\$ 761 milhões em relação ao final de 2019 explicado por: (i) uma linha de crédito rotativo assinada com o Carrefour Finance, da qual sacamos €75 milhões (R\$ 348 milhões); (ii) empréstimo de R\$ 1,5 bilhão com bancos internacionais em abril de 2020, compensado em grande parte pelo pagamento da primeira série da primeira emissão de debêntures em dezembro, que totalizou R\$ 1,0 bilhão. Incluindo *leasing* e recebíveis descontados, o Carrefour Brasil encerrou 2020 com dívida líquida de R\$ 1,5 bilhão, em linha com os R\$ 1,4 bilhão observados no final de 2019. Mantivemos nossa estratégia de melhorar nossa estrutura de capital, aumentando o prazo de vencimento das dívidas a taxas atrativas e reduzindo uso de desconto de recebíveis.

Em R\$ milhões	Dez. 2020	Dez. 2019
Empréstimos	(3,617)	(2,856)
Caixa e equivalentes de caixa	5,672	5,322
Títulos e valores mobiliários – Banco Carrefour	358	297
(Dívida Líq.) Caixa Líquido	2,413	2,763
Recebíveis descontados	(2,100)	(2,510)
(Dívida Líq.) Caixa Líquido (c/ recebíveis descontados)	313	253
Dívida com aluguéis (IFRS 16)	(1,860)	(1,628)
(Dívida Líq.) Caixa Líquido (c/ aluguéis e recebíveis descontados)	(1,547)	(1,375)
<i>(Dívida Líquida) Caixa líquido (c/ recebíveis descontados) / EBITDA Ajustado LTM</i>	0.06 x	0.05 x
<i>(Dívida Líquida) Caixa líquido (c/ recebíveis descontados e aluguéis) / EBITDA Ajustado LTM -</i>	0.28x	- 0.29x

O resultado financeiro líquido totalizou -R\$141 milhões, aumento de 12,8% quando comparado ao 4T19, impactado principalmente por maiores despesas com juros sobre aluguéis (IFRS 16). O maior endividamento médio no trimestre foi totalmente compensado pelo menor valor de descontos de recebíveis.

Em R\$ milhões	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Custo da dívida bancária, bruto	(52)	(39)	33.3%	(199)	(169)	17.8%
Juros de antecipação de cartões de crédito	(14)	(32)	-56.3%	(89)	(126)	-29.4%
Receita Financeira	10	9	11.1%	47	21	123.8%
Custo da dívida, Líquido (c/ recebíveis descontados)	(56)	(62)	-9.7%	(241)	(274)	-12.0%
Despesas com juros sobre aluguéis (IFRS 16)	(49)	(31)	n.m.	(183)	(109)	n.m.
Custo da dívida, Líquido (c/ aluguéis e recebíveis descontados)	(105)	(92)	14.1%	(424)	(383)	10.7%
Juros líquidos sobre provisões e depósitos judiciais	(18)	(38)	-52.6%	(70)	(77)	-9.1%
Variação cambial, ganhos e (perdas) líquida	(7)	0	n.m.	(32)	0	n.m.
Outros	(11)	5	-320.0%	(54)	(42)	28.6%
Resultado financeiro líquido	(141)	(125)	12.8%	(580)	(502)	15.5%

CAPEX

O CAPEX total no 4T20 foi de R\$ 690 milhões, 32,9% superior ao 4T19, principalmente devido à aceleração do ritmo de expansão no trimestre. Incluindo o atacado de entrega, abrimos 14 novas lojas do Atacadão organicamente (8 lojas no 4T), totalizando 22 novas lojas no ano.

O CAPEX total do consolidado do ano atingiu R\$ 1,7 bilhão, praticamente estável em comparação a 2019. 2020 também incluiu o pagamento da aquisição de 25 lojas do Makro (de um total de 30 lojas adquiridas), com impacto de R\$ 1,3 bilhão em 4T20 e R \$ 1,5 bilhão no ano.

Em R\$ milhões	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Expansão	434	282	53,9%	1.028	1.065	-3,5%
Manutenção	94	91	2,9%	293	281	4,3%
Reformas de Lojas	39	32	24,2%	85	127	-33,4%
TI e outros	123	115	7,6%	277	296	-6,2%
Capex Total	690	520	32,9%	1.683	1.769	-4,9%
Aquisição lojas Makro	1.333	n.a.	n.a.	1.529	n.a.	n.a.
Capex total com Makro	2.024	520	289,5%	3.212	1.769	81,5%
Direito de uso de arrendamento	463	813	-43,1%	651	1.031	-36,9%
Total de adições de ativo fixo	2.487	1.333	86,6%	3.863	2.800	38,0%

Fluxo de Caixa Livre

Em 2020, o Grupo apresentou um nível recorde de geração de caixa livre, que totalizou R\$ 2.426 milhões, um aumento de 152,2% em relação ao ano anterior. Isso foi impulsionado pela expressiva expansão do EBITDA, bem como por melhorias na gestão do capital de giro, com redução do uso de recebíveis descontados ao longo do ano, melhorando nossa eficiência financeira.

Em R\$ milhões	2020	2019	Δ%
Fluxo de Caixa Bruto das Operações	5,416	4,553	19,0%
Imposto de renda pago	-1,201	-916	31,1%
Fluxo de Caixa Bruto das Operações, líquido de imposto de renda	4,215	3,637	15,9%
Varição nas exigências de capital de giro de mercadoria	342	640	-46,6%
Varição em Contas a pagar	2,371	1,687	40,5%
Varição em Estoques	-1,760	-817	115,4%
Varição em Contas a receber	-269	-230	17,0%
Varição em Outros Ativos e Passivos Circulantes	-393	-1,101	-64,3%
Varição no crédito ao consumidor, líquido concedido por empresa de serviços financeiros	-178	-485	-63,3%
Varição do Capital de Giro	-229	-946	-75,8%
Fluxo de Caixa das Operações	3,986	2,691	48,1%
Capex (excluindo ágio)	-1,683	-1,769	-4,9%
Variações em contas a pagar aos fornecedores de ativos fixos	81	37	118,9%
Alienação de ativos fixos	42	3	1300,0%
Fluxo de Caixa de Investimentos operacionais	-1,560	-1,729	-9,8%
Fluxo de Caixa Livre (*)	2,426	962	152,2%
Lease operacional (IFRS16)	-290	-254	14,2%
Custo da dívida	-288	-295	-2,4%
Fluxo de Caixa Livre Acionista	1,848	413	347,5%

(*) conforme definido no glossário.

REDE DE LOJAS- 4T20

No 4T, abrimos 22 novas lojas, das quais: **13 lojas Atacadão** (7 via expansão orgânica e 6 conversões de lojas Makro) nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Mato Grosso e Alagoas, **1 Atacado de entrega** no estado do Piauí, **7 Express** e **1 Market** na cidade de São Paulo. Atualmente operamos 721 lojas com área total de vendas de 2.107.871 m².

Número de lojas	Dez. 19	Aberturas	Fechamentos	Dez. 20
Atacadão	186	20		206
Hipermercados	100			100
Supermercados	53	2	2	53
Lojas de conveniência	125	10	5	130
Atacado	28	2		30
Drogarias	124	1		125
Postos de combustível	76	1		77
Grupo	692	36	7	721

Área de vendas	Dez.19	Dez. 20	Δ Var. Dez.20 vs. Dez.19
Atacadão	1.170.350	1.272.298	8,7%
Hipermercados	704.876	704.876	0,0%
Supermercados	69.056	67.781	-1,8%
Lojas de conveniência	22.732	23.023	1,3%
Drogarias	7.921	8.035	1,4%
Postos de combustível	31.389	31.858	1,5%
Área de vendas total (m²)	2.006.324	2.107.871	5,1%

AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Atacadão S.A. referentes ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes. Nossa contratação de auditores independentes e serviços fornecidos por eles exigem que os auditores mantenham sua independência, objetividade e integridade dos serviços prestados. Dessa forma, nossos auditores independentes (i) não podem auditar seu próprio trabalho; (ii) não podem atuar, tampouco assumir responsabilidades administrativas em nosso nome, não podem atuar como nossos assessores legais, tampouco prestar quaisquer outros serviços que contrariem essas restrições.

De acordo com a instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM No. 381/03, declaramos que foram prestados serviços, com prazo de execução inferior a um ano, relacionados a assistência na revisão de informações, declarações fiscais e tributárias e due diligence. Contratamos um total de R\$ 2.398 mil referente a tais serviços, o que equivale a aproximadamente 31% dos honorários de auditoria externa relativos às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 da Companhia e suas controladas.

Em relação a esses serviços não relacionados à auditoria, a KPMG declarou à Companhia que não existiu qualquer vínculo ou situação de fato que tenha configurado conflito de interesses que pudesse inviabilizar o exercício das suas atividades como auditor da Companhia de forma independente. A Companhia entende que o processo de aprovação existente e a proporção dos serviços adicionais não comprometem a independência do auditor."

Anexo I – Demonstração Consolidada do Resultado

<i>Em R\$ milhões</i>	4T20	4T19	Δ%	2020	2019	Δ%
Vendas brutas	21.962	17.638	24,5%	74.751	62.220	20,1%
Vendas líquidas	19.873	16.014	24,1%	67.640	56.519	19,7%
Outras receitas	926	997	-7,1%	3.551	3.545	0,2%
Receita operacional líquida	20.799	17.011	22,3%	71.191	60.064	18,5%
Custo das mercadorias, serviços e operações financeiras	(16.859)	(13.506)	24,8%	(57.273)	(47.615)	20,3%
Lucro bruto	3.940	3.505	12,4%	13.918	12.449	11,8%
Margem bruta	19,8%	21,9%	-2,1 p.p.	20,6%	22,0%	-1,4 p.p.
Despesas de VG&A	(2.221)	(2.051)	8,3%	(8.360)	(7.744)	8,0%
EBITDA Ajustado	1.732	1.465	18,2%	5.610	4.754	18,0%
Margem EBITDA ajustada	8,7%	9,1%	-0,4 p.p.	8,3%	8,4%	-0,1 p.p.
Depreciação e amortização	(265)	(279)	-5,0%	(1.040)	(1.022)	1,8%
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	-	n.m.	(8)	(1)	n.m.
Outras receitas (despesas)	56	(56)	-200,0%	(6)	(901)	-99,3%
EBIT	1.509	1.119	34,9%	4.504	2.781	62,0%
Despesas financeiras líquidas	(140)	(125)	12,0%	(579)	(502)	15,3%
Resultado antes dos impostos e contribuição social	1.369	994	37,7%	3.925	2.279	72,2%
Imposto de renda	(364)	(249)	46,2%	(1.081)	(951)	13,7%
Lucro líquido	1.005	745	34,9%	2.844	1.328	114,2%
Lucro líquido, controladores	935	636	47,0%	2.671	1.013	163,7%
Lucro líquido - Acionistas minoritários (NCI)	70	109	-35,8%	173	315	-45,1%

Anexo II – Balanço Patrimonial Consolidado

<i>Em R\$ Milhões</i>	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Ativos		
Caixa e equivalente de caixa	5.672	5.322
Títulos e valores mobiliários	-	287
Contas a receber	1.330	1.206
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	9.417	8.426
Estoques	7.709	5.949
Impostos a recuperar	721	591
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	106	64
Instrumentos financeiros derivativos	116	-
Despesas antecipadas	114	83
Outras contas a receber	228	227
Ativo Circulante	25.413	22.155
Contas a receber	4	5
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	457	440
Instrumentos financeiros derivativos	185	-
Títulos e valores mobiliários	358	10
Impostos a recuperar	4.101	3.612
Imposto de renda e contribuição social diferidos	482	476
Despesas antecipadas	40	28
Depósitos e bloqueios judiciais	2.401	2.382
Outras contas a receber	87	26
Propriedade para investimentos	397	408
Investimentos	111	127
Imobilizado	15.465	12.915
Intangível e ágio	2.323	2.328
Ativo não Circulante	26.411	22.757
Ativo total	51.824	44.912

Anexo II – Balanço Patrimonial Consolidado

<i>Em R\$ Milhões</i>	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Passivo		
Fornecedores	14.423	12.187
Empréstimos	574	19
Passivo de arrendamento	139	182
Operação com cartão de crédito	7.534	5.941
Impostos a recolher	531	282
Imposto de renda e contribuição social	101	239
Obrigações trabalhistas	891	690
Dividendos a pagar	49	90
Receita diferida	55	10
Outras contas a pagar	410	414
Instrumentos financeiros derivativos	13	5
Passivo Circulante	24.720	20.059
Empréstimos	3.344	2.837
Passivo de arrendamento	1.721	1.446
Operações com cartão de crédito	223	986
Imposto de renda e contribuição social diferidos	602	534
Provisões	3.618	3.847
Provisões (imposto de renda e contribuição social)	510	466
Receita diferida	18	18
Outras contas a pagar	23	14
Passivo não Circulante	10.059	10.148
Capital social	7.649	7.643
Reserva de capital	2.193	2.178
Reservas de lucros	3.472	3.966
Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários	(282)	(282)
Lucros acumulados	2.671	-
Ajuste de avaliação patrimonial	6	(1)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	15.709	13.504
Participação de não controladores	1.336	1.201
Total passivo e patrimônio líquido	51.824	44.912

Anexo III - Banco Carrefour

Análise da Carteira de Créditos Vencidos

Metodologia BACEN

Em R\$ milhões	Dezembro 20		Setembro 20		Junho 20		Março 20		Dezembro 19	
Carteira Total	11.063	100,0%	10.103	100,0%	9.636	100,0%	10.175	100,0%	10.098	100,0%
Carteira em Dia	9.686	87,6%	8.562	84,7%	7.848	81,4%	8.653	85,0%	8.663	85,8%
Atraso 30 dias	1.240	11,2%	1.391	13,8%	1.641	17,0%	1.415	13,9%	1.300	12,9%
Atraso 90 dias	1.034	9,3%	1.193	11,8%	1.266	13,1%	1.080	10,6%	1.002	9,9%
Saldo de PDD	1.333	12,1%	1.447	14,3%	1.358	14,1%	1.251	12,3%	1.168	11,5%
PDD / Atraso 90 dias	128,9%		121,3%		107,3%		115,8%		116,6%	

IFRS 9

Em R\$ milhões	Dezembro 20		Setembro 20		Junho 20		Março 20		Dezembro 19	
Carteira Total	13.535	100,0%	12.325	100,0%	11.616	100,0%	11.876	100,0%	11.570	100,0%
Carteira em Dia	9.671	71,5%	8.544	69,3%	7.835	67,4%	8.359	70,4%	8.592	74,3%
Atraso 30 dias	3.708	27,4%	3.608	29,3%	3.619	31,2%	3.233	27,2%	2.803	24,2%
Atraso 90 dias	3.458	25,6%	3.372	27,4%	3.195	27,5%	2.734	23,0%	2.432	21,0%
Carteira até 360 dias										
Atraso 30 dias	1.307	11,7%	1.464	14,4%	1.718	17,7%	1.599	15,6%	1.402	13,8%
Atraso 90 dias	1.057	9,5%	1.227	12,1%	1.294	13,3%	1.099	10,7%	1.032	10,1%
Saldo de PDD	3.978	29,4%	3.770	30,6%	3.424	29,5%	3.113	26,2%	2.819	24,4%
PDD / Atraso 90 dias	115,0%		111,8%		107,2%		113,9%		115,9%	

EBITDA: Consiste no “Lucro líquido do exercício” (ou período) ajustado pelo “Resultado financeiro líquido”, pelo “Imposto de renda e contribuição social” e pelas despesas com “Depreciação e amortização”. O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez. O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não possuem um significado padrão, e nossas definições podem não ser comparáveis com títulos semelhantes utilizados por outras companhias.

EBITDA Ajustado: O EBITDA ajustado para a alínea da demonstração do resultado “outras receitas e despesas” (abrange perdas sobre a alienação de ativos, custos de reestruturação, receitas e despesas relacionadas com litígios, e créditos fiscais recuperados relativos a períodos anteriores).

Faturamento Banco Carrefour: representa o montante total relacionado a uma operação transacionada por cartão de crédito.

Fluxo de Caixa Livre: definido como o caixa líquido fornecido pelas nossas atividades operacionais,, mais caixa utilizado em variações de depósitos judiciais e bloqueio judicial de depósitos, menos caixa fornecido pela alienação de ativos não operacionais, menos caixa utilizado em adições ao imobilizado, menos caixa utilizado em adições aos ativos intangíveis.

Funções Corporativas: incorremos em centro de serviços compartilhados em relação às nossas funções centrais e sede. Estes custos compõem (i) o custo das nossas holdings; (ii) determinadas despesas incorridas em relação a determinadas funções de apoio de nossa controladora que são atribuídas aos vários segmentos proporcionalmente às suas vendas; e (iii) as alocações de custos da nossa controladora que não são específicos a nenhum segmento.

GMV: “Gross Merchandise Volume” ou volume bruto de mercadorias se refere à todas as vendas online (vendas próprias + vendas do marketplace), bem como receita com frete e exclui as comissões do marketplace, porém inclui impostos sobre vendas.

Lucro líquido ajustado: Lucro líquido, excluindo outras receitas e despesas e o efeito de imposto correspondente.

Margem de lucro bruto: Calculamos a margem de lucro bruto como lucro bruto dividido pelas vendas líquidas do período, expressa em percentual.

Margem de lucro líquido: Calculamos a Margem de lucro líquido como o lucro líquido do período dividido pelas vendas líquidas do período, expressa em percentual.

Margem EBITDA ajustada: Calculamos a Margem EBITDA Ajustada como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas líquidas do período, expressa em percentual.

Net Promoter Score (NPS): Uma ferramenta de gerenciamento que pode ser usada para avaliar a lealdade dos relacionamentos com clientes de uma empresa. Ele serve como uma alternativa à pesquisa tradicional de satisfação do cliente.

Outras receitas: As outras receitas compreendem as receitas de nosso segmento Soluções Financeiras (incluindo taxas de cartões bancários e juros provenientes das atividades de crédito ao consumidor), aluguéis de shopping centers e comissões relacionadas com outros serviços prestados nas lojas, caixa rápido e taxas de manuseio.

Vendas brutas: Receita total proveniente de nossos clientes em nossas lojas, postos de gasolinas, farmácias e em nosso site de comércio eletrônico.

Vendas Lfl: As referências a vendas mesmas lojas (“like-for-like” ou vendas “LFL”) comparam as vendas brutas no período relevante com as do período imediatamente anterior, com base nas vendas brutas realizadas por lojas comparáveis, que são definidas como lojas que estão abertas e operantes já há pelo menos doze meses e que não foram objeto de encerramento ou renovação dentro deste período. Como as vendas de gasolina são muito sensíveis aos preços de mercado, essas vendas são excluídas do cálculo de mesmas lojas. Outras empresas varejistas podem calcular as vendas Lfl de forma diferente, portanto, nosso desempenho histórico e futuro das vendas mesmas lojas podem não ser comparáveis com outras métricas similares utilizadas por outras companhias.

Vendas líquidas: Vendas brutas ajustadas pelos impostos incidentes sobre as vendas (em particular impostos de ICMS e Pis/Cofins).

PGC: Produtos de grande circulação.

Aviso Legal

Este documento contém tanto informações históricas quanto declarações prospectivas acerca das perspectivas dos negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros da Companhia. Essas declarações prospectivas são baseadas nas visões e premissas atuais da Administração da Companhia. Tais declarações não são garantia de resultados ou desempenhos futuros. Os resultados e os desempenhos efetivos podem diferir substancialmente das declarações prospectivas, devido a um grande número de riscos e incertezas, incluindo, mas não limitado aos riscos descritos nos documentos de divulgação arquivados na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, em especial no Formulário de Referência. A Companhia não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar no futuro qualquer declaração prospectiva.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e aos Administradores do
Atacadão S.A.**
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Atacadão S.A. (“Companhia” ou “Grupo”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Atacadão S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões e passivos contingentes (individual e consolidado)

Ver nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Por que é um PAA	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O Grupo é parte passiva em processos tributários no curso normal de suas atividades e está sujeito a fiscalizações por parte das autoridades competentes que podem resultar em autos de infração.</p> <p>O reconhecimento das provisões e a divulgação requerida dos processos judiciais e administrativos, bem como de outros passivos contingentes requerem julgamentos significativos do Grupo e de seus assessores jurídicos e os valores reconhecidos contém incertezas relacionadas as premissas utilizadas para se mensurar as saídas de caixas futuras.</p> <p>Mudanças nas premissas utilizadas pelo Grupo para mensurar a probabilidade e magnitude das saídas de recursos, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, podem impactar significativamente o montante das provisões e as divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Devido ao volume significativo de processos, à relevância dos valores envolvidos, à complexidade da legislação tributária e aos julgamentos significativos exercidos pelo Grupo, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos que julgamos como chave do Grupo relacionados à determinação da probabilidade de perda das contingências tributárias;– Obtivemos confirmações junto aos assessores jurídicos externos e internos do Grupo contemplando a avaliação do risco de perda e os montantes envolvidos nos processos fiscais em aberto;– Para os processos reclamatórios e posições tributárias tomadas mais significativas, analisamos, com o auxílio de nossos especialistas nas áreas tributária e legal, as opiniões legais dos assessores jurídicos externos e a jurisprudência existente; e– Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes relacionadas aos litígios provisionados, bem como aqueles com prognóstico de perda possível. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a mensuração e divulgação de Provisões e passivos contingentes, os quais não foram registrados pela administração.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

Impostos a recuperar (individual e consolidado)

Ver nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Por que é um PAA

De acordo com a legislação estadual, as transferências de mercadorias interestaduais permitem ao Grupo o reconhecimento de créditos de ICMS de substituição tributária ("ICMS ST") pagos na aquisição das mercadorias. Devido ao aumento de itens sujeitos ao ICMS ST e das transferências de mercadorias interestaduais, o Grupo vem acumulando saldos significativos de impostos a recuperar de ICMS ST.

O Grupo avalia a expectativa de realização do saldo de impostos a recuperar, a classificação entre o ativo circulante e não circulante, assim como a necessidade de constituição de provisão para perdas. Essa avaliação é feita com base em estudos técnicos que consideram, para cada Estado, os pressupostos chave utilizados tais como histórico de consumo, bem como projeções de compras e vendas de mercadorias, vendas de créditos fiscais para terceiros, alterações na distribuição logística das mercadorias e solicitações de regimes tributários especiais.

Devido à relevância dos valores envolvidos, às premissas utilizadas pelo Grupo para determinar as estimativas consideradas nos estudos técnicos que podem impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos que julgamos como chave do Grupo relacionados a preparação e revisão dos estudos técnicos utilizados pelo Grupo na avaliação da expectativa de realização do saldo de impostos a recuperar de ICMS ST;
- Com auxílio de nossos especialistas tributários, obtivemos, por meio de indagações aos responsáveis da área tributária do Grupo, o entendimento da metodologia dos estudos técnicos e avaliamos os pressupostos chave utilizados na elaboração do plano estratégico para a realização desses créditos comparando as premissas mais significativas utilizadas pelo Grupo com as tendências econômicas e da indústria;
- Efetuamos o recálculo da provisão para perda do saldo de ICMS ST a recuperar e avaliamos a adequação da apresentação dos saldos entre ativo circulante e não circulante, assim como a suficiência da provisão para perdas; e
- Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, principalmente as relacionadas às premissas de realização de créditos tributários.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os julgamentos exercidos pelo Grupo na determinação sobre a realização dos créditos de ICMS ST, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Reconhecimento de acordos comerciais (individual e consolidado)

Ver notas explicativas nº 6 e 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Por que é um PAA

O Grupo recebe descontos comerciais significativos por acordos negociados com seus fornecedores. Estes acordos comerciais possuem uma gama de condições contratuais entre os tipos de descontos, incentivos e bonificações, e representam um componente significativo reduzindo o custo das vendas de mercadorias.

Devido ao grande volume de transações, a relevância dos valores envolvidos, e ao grau de julgamento exercido pelo Grupo sobre a natureza e o cumprimento das obrigações descritas nos acordos negociados com fornecedores, bem como das estimativas para apurar os valores a serem registrados, em particular no período de corte no qual o resultado dos acordos deve ser reconhecido como redutor dos custos das mercadorias vendidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos julgados como chave do Grupo relacionados com o processo de compras e acordos comerciais;
- Sobre uma amostragem de descontos variáveis, recalculamos os valores reconhecidos em relação às transações de compra correspondentes com base nas condições negociadas nos respectivos acordos comerciais e inspecionamos a liquidação financeira subsequente. Sobre uma amostragem de “descontos comerciais pontuais” obtivemos a documentação suporte dos acordos firmados, incluindo a evidência de liquidação financeira subsequente. Avaliamos também a adequação do reconhecimento contábil dos lançamentos selecionados em base de testes;
- Efetuamos em base amostral a confirmação externa de saldos junto aos fornecedores, analisamos as respostas recebidas com o registro das transações nos documentos internos da Companhia, como a razão contábil, e efetuamos procedimentos alternativos para as respostas não recebidas;
- Analisamos as variações mensais dos saldos reconhecidos com descontos comerciais em relação aos custos das vendas, considerando tendências, sazonalidade e informações históricas; e
- Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes relacionadas aos descontos comerciais obtidos.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajuste que, apesar de imaterial, afetou a mensuração e divulgação dos Acordos comerciais, o qual foi registrado pela administração.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis os saldos registrados de Acordos comerciais e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Provisão para perda esperada em contas a receber e ativos contratuais de consumidor (individual e consolidado)

Ver notas explicativas 7.1 e 28.7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Por que é um PAA

A mensuração das perdas de crédito esperadas é apurada com base no julgamento do Grupo considerando estimativas e premissas baseadas nas perdas históricas e projeções.

Os modelos de mensuração das perdas de crédito esperadas desenvolvidos pelo Grupo consideram a classificação dos empréstimos nos estágios previstos no CPC 48/IFRS 9, com base nas mudanças na qualidade do crédito, desde o seu reconhecimento inicial.

Mudanças nas premissas utilizadas pelo Grupo ou mudanças nas condições econômicas gerais ou nos acordos financeiros com consumidores podem impactar significativamente o montante da provisão para perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Devido à relevância dos créditos concedidos ao consumidor e ao grau de julgamento envolvido na determinação da perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, que incluem a classificação dos empréstimos nos estágios previstos no CPC 48/IFRS 9, consideramos esse tema um assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos julgados como chave da entidade de serviços financeiros relacionados à aprovação e registro dos créditos ao consumidor concedidos pela entidade de serviços financeiros;
- Com base em amostragem, recalculamos a provisão para créditos de liquidação duvidosa de créditos ao consumidor elaborada com base na política estabelecida pelo Grupo que inclui, entre outros aspectos, a classificação dos empréstimos nos estágios previstos CPC 48/IFRS 9 a partir do seu reconhecimento inicial;
- Com o auxílio dos nossos especialistas em modelagem de risco de crédito, avaliamos os modelos de mensuração das perdas de créditos esperadas e dos critérios e dados utilizados para a classificação dos empréstimos nos estágios previstos no CPC 48/IFRS 9, assim como, a política preparada pela entidade de serviços financeiros para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação dos saldos; e
- Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, especialmente em relação a suficiência de informações sobre a natureza das transações, exposição ao risco de crédito e valores provisionados pelo Grupo.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de Provisão para perda esperada em contas a receber e ativos contratuais de consumidor e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

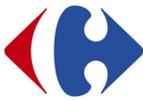
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Fernando Rodrigues Nascimento
Contador CRC 1SP244524/O-1



Balancos patrimoniais

Atacadão S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.131	3.372	5.672	5.322
Títulos e valores mobiliários	10	-	-	-	287
Contas a receber	6	907	861	1.330	1.206
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	7.1	-	-	9.417	8.426
Estoques	8	5.238	3.649	7.709	5.949
Impostos a recuperar	9	310	206	721	591
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	3	106	64
Instrumentos financeiros derivativos		116	-	116	-
Despesas antecipadas		15	6	114	83
Outras contas a receber		83	38	228	227
		8.800	8.135	25.413	22.155
Não circulante					
Contas a receber	6	-	-	4	5
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	7.1	-	-	457	440
Instrumentos financeiros derivativos		185	-	185	-
Títulos e valores mobiliários	10	-	-	358	10
Impostos a recuperar	9	2.495	2.142	4.101	3.612
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	-	-	482	476
Despesas antecipadas		16	10	40	28
Depósitos e bloqueios judiciais	11	106	108	2.401	2.382
Empréstimos a controladas	29	1.019	-	-	-
Outras contas a receber		29	26	87	26
		3.850	2.286	8.115	6.979
Propriedades para investimentos	13.1	-	-	397	408
Investimentos	12	6.721	6.083	111	127
Imobilizado	13.2	11.371	8.480	15.465	12.915
Intangível	14	1.414	1.411	2.323	2.328
		23.356	18.260	26.411	22.757
Total do ativo		32.156	26.395	51.824	44.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



Balancos patrimoniais

Atacadão S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhões de Reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante					
Fornecedores	16	9.708	7.617	14.423	12.187
Empréstimos	28.3	491	19	574	19
Passivo de arrendamento	15	34	46	139	182
Operações de cartão de crédito	7.2	-	-	7.534	5.941
Impostos a recolher		159	118	531	282
Imposto de renda e contribuição social a pagar		60	84	101	239
Obrigações trabalhistas		378	308	891	690
Dividendos a pagar	20.4	-	-	49	90
Receita diferida	19	28	26	55	10
Outras contas a pagar		175	184	410	414
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	-	-	13	5
		11.033	8.402	24.720	20.059
Não circulante					
Empréstimos	28.3	3.167	2.500	3.344	2.837
Passivo de arrendamento	15	875	519	1.721	1.446
Operações de cartão de crédito	7.2	-	-	223	986
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.2	599	531	602	534
Provisões	18.1	488	640	3.618	3.847
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.1	-	-	510	466
Receita diferida	19	276	299	18	18
Outras contas a pagar		9	-	23	14
		5.414	4.489	10.059	10.148
Patrimônio Líquido					
Capital social	20.2.1	7.649	7.643	7.649	7.643
Reserva de capital	20.2.2	2.193	2.178	2.193	2.178
Reservas de lucros	20.2.4	6.143	3.966	6.143	3.966
Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	20.2.3	(282)	(282)	(282)	(282)
Ajustes de avaliação patrimonial	20.2.6	6	(1)	6	(1)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		15.709	13.504	15.709	13.504
Participação de não controladores	20.5	-	-	1.336	1.201
		15.709	13.504	17.045	14.705
Total do passivo e do patrimônio líquido		32.156	26.395	51.824	44.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos resultados

Atacadão S.A.

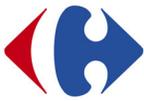
Demonstrações dos resultados

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vendas líquidas	22.1	47.062	38.223	67.640	56.519
Outras receitas	22.2	170	160	3.551	3.545
Receita operacional líquida		47.232	38.383	71.191	60.064
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	23	(40.169)	(32.468)	(57.273)	(47.615)
Lucro bruto		7.063	5.915	13.918	12.449
Receitas (despesas)					
Vendas, gerais e administrativas	24	(3.592)	(3.219)	(8.360)	(7.744)
Depreciação e amortização	24	(460)	(426)	(1.040)	(1.022)
Resultado de equivalência patrimonial	12	555	(508)	(8)	(1)
Outras receitas (despesas)	25	123	13	(6)	(901)
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos		3.689	1.775	4.504	2.781
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		890	54	948	181
Despesas financeiras		(1.102)	(221)	(1.527)	(683)
Despesas financeiras líquidas	26	(212)	(167)	(579)	(502)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.477	1.608	3.925	2.279
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	17.1	(744)	(505)	(1.021)	(880)
Diferido	17.1	(62)	(90)	(60)	(71)
Lucro líquido do exercício		2.671	1.013	2.844	1.328
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				2.671	1.013
Acionistas não controladores	20.5			173	315
Lucro líquido por ação básico e diluído (R\$)	21			1,35	0,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos resultados abrangentes

Atacadão S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	2.671	1.013	2.844	1.328
Outros resultados abrangentes – líquidos dos efeitos de impostos:	7	(2)	7	(2)
Outros resultados abrangentes reclassificáveis para o resultado dos exercícios subsequentes:				
<i>Ganhos e (perdas) com instrumentos financeiros derivativos designados como hedge accounting</i>	21	-	16	(2)
<i>Ganhos e (perdas) com instrumentos financeiros derivativos usados para hedge de fluxo de caixa em controladas</i>	(5)	(2)	-	-
Outros resultados abrangentes reclassificáveis para o resultado dos exercícios subsequentes:				
<i>Ganhos e (perdas) atuariais sobre benefícios a empregados, líquido de imposto</i>	(9)	(1)	(9)	-
<i>Ganhos atuariais sobre benefícios a empregados em controladas, líquido de imposto</i>	-	1	-	-
Total dos resultados abrangentes	2.678	1.011	2.851	1.326
Atribuível ao:				
Acionistas controladores			2.678	1.011
Acionistas não controladores			173	315

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Atacadão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2019

(Em milhões de Reais)

	Nota	Reserva de lucros				Dividendo adicional proposto	Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros							
Saldo em 1º de janeiro de 2019		7.627	2.174	198	3.225	90	(282)	-	1	13.033	1.014	14.047
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.013	-	1.013	315	1.328
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)	-	(2)
		-	-	-	-	-	-	1.013	(2)	1.011	315	1.326
Emissão de ações ordinárias	20.2.1	16	-	-	-	-	-	-	-	16	-	16
Efeito de plano de opções, liquidável em ações	20.2.4	-	4	-	-	-	-	-	-	4	-	4
Dividendos adicionais sobre o lucro de 2018		-	-	-	-	(90)	-	-	-	(90)	(38)	(128)
Destinação do lucro do exercício:												
Reserva legal	20.2.4	-	-	51	-	-	-	(51)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	20.4	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)	(90)	(91)
Antecipação de dividendos adicionais	20.4	-	-	-	-	-	-	(469)	-	(469)	-	(469)
Dividendos adicionais propostos	20.4	-	-	-	-	12	-	(12)	-	-	-	-
Transferência para retenção de lucros	20.2.4	-	-	-	480	-	-	(480)	-	-	-	-
Total de transações de capital com acionistas		16	4	51	480	(78)	-	(1.013)	-	(540)	(128)	(668)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019		7.643	2.178	249	3.705	12	(282)	-	(1)	13.504	1.201	14.705

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Atacadão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2020

(Em milhões de Reais)

	Nota	Reserva de lucros				Dividendo adicional proposto	Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros							
Saldo em 1º de janeiro de 2020		7.643	2.178	249	3.705	12	(282)	-	(1)	13.504	1.201	14.705
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	2.671	-	2.671	173	2.844
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	-	-	-	7	7	-	7
		-	-	-	-	-	-	2.671	7	2.678	173	2.851
Emissão de ações ordinárias	20.2.1	6	-	-	-	-	-	-	-	6	-	6
Efeito de plano de opções, liquidável em ações	20.2.4	-	15	-	-	-	-	-	-	15	-	15
Dividendos adicionais sobre o lucro de 2019		-	-	-	-	(12)	-	-	-	(12)	-	(12)
Destinação do lucro do exercício:												
Reserva legal	20.2.4	-	-	134	-	-	-	(134)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	20.4	-	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)	(49)	(52)
Antecipação de dividendos adicionais	20.4	-	-	-	-	-	-	(479)	-	(479)	-	(479)
Dividendos adicionais propostos	20.4	-	-	-	-	759	-	(759)	-	-	-	-
Transferência para retenção de lucros	20.2.4	-	-	-	1.296	-	-	(1.296)	-	-	-	-
Reversão dividendos a pagar	20.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11
Total de transações de capital com acionistas		6	15	134	1.296	747	-	(2.671)	-	(473)	(38)	(511)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020		7.649	2.193	383	5.001	759	(282)	-	6	15.709	1.336	17.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos fluxos de caixa

Atacadão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.477	1.608	3.925	2.279
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	24	473	436	1.092	1.071
Juros sobre empréstimos e venda de recebíveis	26	128	144	227	295
Juros sobre empréstimos a controladas	29	(19)	-	-	-
Varição cambial sobre empréstimos	26	574	-	574	-
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	26	74	39	183	109
(Ganhos) e perdas com instrumentos financeiros derivativos	26	(514)	-	(514)	-
Provisão para impairment de ativos imobilizados		-	-	(7)	13
Resultado na baixa de ativos imobilizado e intangível		30	2	120	19
(Ganhos) e perdas relativas a demandas judiciais líquidas	25	(149)	12	(208)	762
Resultado da equivalência patrimonial	12	(555)	508	8	1
Pagamento baseado em ações		11	4	16	4
Fluxo de caixa antes de variações de ativos e passivos operacionais		3.530	2.753	5.416	4.553
Varição do capital de giro	27	(54)	(114)	(4)	(487)
Varição do crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras	27	-	-	(178)	(485)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(765)	(551)	(1.201)	(916)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.711	2.088	4.033	2.665
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adição de ativos intangíveis	14.2	(10)	(10)	(170)	(152)
Adição de ativos imobilizados e propriedade para investimento	13	(3.058)	(1.371)	(3.275)	(1.660)
Fornecedores de ativos imobilizados e intangíveis		78	56	81	37
Aumento de capital em controlada e aquisição de controlada em conjunto	12	(82)	(300)	(1)	(32)
Empréstimo a controladas	29	(1.000)	-	-	-
Caixa relacionado à alienação de ativo imobilizado		22	3	42	3
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(4.050)	(1.622)	(3.323)	(1.804)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		6	16	6	16
Captação de empréstimos	28.4	2.662	2.866	3.177	3.088
Amortização de empréstimos	28.4	(2.049)	(1.866)	(2.641)	(2.088)
Juros pagos	28.4	(176)	(142)	(275)	(292)
Instrumentos financeiros derivativos		236	-	236	-
Amortização de principal – Contratos de arrendamento	28.4	(13)	(30)	(109)	(152)
Amortização de juros – Contratos de arrendamento	28.4	(74)	(35)	(181)	(102)
Distribuição de dividendos		(494)	(560)	(573)	(656)
Caixa líquido gerado (usados) nas atividades de financiamento		98	249	(360)	(186)
Varição do caixa e equivalentes de caixa		(1.241)	715	350	675
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	3.372	2.657	5.322	4.647
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	2.131	3.372	5.672	5.322
Varição do caixa e equivalentes de caixa		(1.241)	715	350	675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos valores adicionados

Atacadão S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhões de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	52.014	42.152	78.657	65.983
Outras receitas	48	100	31	70
Constituição de provisão de perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(7)	(10)	(145)	(18)
	52.055	42.242	78.543	66.035
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(43.964)	(35.556)	(61.380)	(51.075)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.528)	(1.975)	(4.145)	(5.023)
Perda de valores ativos	(62)	(10)	(142)	(50)
	(45.554)	(37.541)	(65.667)	(56.148)
Valor adicionado bruto	6.501	4.701	12.876	9.887
Depreciação e amortização				
Depreciação e amortização	(473)	(432)	(1.092)	(1.073)
Valor adicionado líquido produzido	6.028	4.269	11.784	8.814
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	555	(508)	(8)	(1)
Receitas financeiras	890	23	948	158
Valor adicionado total a distribuir	7.473	3.784	12.724	8.971
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(1.592)	(1.383)	(3.111)	(2.684)
Benefícios	(219)	(217)	(525)	(517)
F.G.T.S	(95)	(87)	(168)	(179)
	(1.906)	(1.687)	(3.804)	(3.380)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(1.258)	(386)	(3.282)	(2.182)
Estaduais	(441)	(397)	(984)	(1.146)
Municipais	(53)	(48)	(188)	(208)
	(1.752)	(831)	(4.454)	(3.536)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(1.096)	(213)	(1.543)	(653)
Aluguéis	(48)	(40)	(79)	(74)
	(1.144)	(253)	(1.622)	(727)
Remuneração de capital próprio				
Dividendos	(482)	(470)	(482)	(508)
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	(2.189)	(543)	(2.189)	(543)
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	(173)	(277)
	(2.671)	(1.013)	(2.844)	(1.328)
Valor adicionado total distribuído	(7.473)	(3.784)	(12.724)	(8.971)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 1: OPERAÇÕES	- 43 -
NOTA 2: BASE DE PREPARAÇÃO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	- 43 -
NOTA 3: EVENTOS SIGNIFICATIVOS DO PERÍODO	- 46 -
NOTA 4: BASE DE CONSOLIDAÇÃO	- 48 -
NOTA 5: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	- 50 -
NOTA 6: CONTAS A RECEBER	- 50 -
NOTA 7: ATIVIDADES DE SOLUÇÕES FINANCEIRAS	- 51 -
NOTA 8: ESTOQUES	- 52 -
NOTA 9: IMPOSTOS A RECUPERAR	- 52 -
NOTA 10: TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	- 53 -
NOTA 11: DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS	- 54 -
NOTA 12: INVESTIMENTOS	- 55 -
NOTA 13: PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO E IMOBILIZADO	- 56 -
NOTA 14: INTANGÍVEL	- 60 -
NOTA 15: OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	- 65 -
NOTA 16: FORNECEDORES	- 68 -
NOTA 17: IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	- 68 -
NOTA 18: IMPOSTO DE RENDA A PAGAR, PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES	- 72 -
NOTA 19: RECEITA DIFERIDA	- 79 -
NOTA 20: PATRIMÔNIO LÍQUIDO	- 80 -
NOTA 21: LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (PARTICIPAÇÃO DOS CONTROLADORES)	- 83 -
NOTA 22: RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	- 84 -
NOTA 23: CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, SERVIÇOS PRESTADOS E OPERAÇÕES FINANCEIRAS	- 85 -
NOTA 24: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS E DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	- 85 -
NOTA 25: OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)	- 86 -
NOTA 26: DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	- 87 -
NOTA 27: ALTERAÇÕES NO FLUXO DE CAIXA	- 88 -
NOTA 28: INSTRUMENTOS FINANCEIROS	- 88 -
NOTA 29: PARTES RELACIONADAS	- 105 -
NOTA 30: INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS	- 111 -
NOTA 31: PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES	- 114 -
NOTA 32: NÚMERO DE EMPREGADOS, REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E BENEFÍCIOS	- 118 -
NOTA 33: COMPROMISSOS FUTUROS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO	- 119 -
NOTA 34: COBERTURA DE SEGURO	- 120 -
NOTA 35: EVENTOS SUBSEQUENTES	- 121 -



NOTA 1: OPERAÇÕES

Atacadão S.A. ("Atacadão" ou a "Companhia"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo Carrefour Brasil", "Grupo" ou "Nós") atua no comércio varejista e atacadista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos e outros produtos por meio de sua cadeia de lojas de atacado de autosserviços e atacado de entrega, hipermercados, supermercados, lojas de conveniência, postos de gasolina, farmácias e e-commerce, principalmente sob os nomes comerciais "Atacadão" e "Carrefour".

Para dar suporte ao seu núcleo varejista, o Grupo também oferece serviços bancários aos clientes, sob o nome comercial "Banco CSF", empresa supervisionada e regulada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O Banco Carrefour Soluções Financeiras ("Banco CSF") oferece aos seus clientes cartões de crédito "Carrefour" e "Atacadão" que podem ser utilizados nas lojas do Grupo Carrefour Brasil e em outros lugares, empréstimos ao consumidor e outros produtos, como apólices de seguro.

O Grupo Carrefour Brasil é uma sociedade anônima com matriz na Rua George Eastman 213, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – B3, sob o código "CRFB3".

A controladora final da Companhia é a Carrefour S.A., empresa francesa listada na Bolsa de Valores de Paris.

NOTA 2: BASE DE PREPARAÇÃO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2021.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e a participação do Grupo nos lucros e prejuízos e nos ativos líquidos de um empreendimento controlado em conjunto contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. A moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRSs"), emitidas pela **International Accounting Standards Board** ("IASB").

Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As IFRSs compreendem as Normas Internacionais de Contabilidade, as interpretações do Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRIC) e do Comitê Permanente de Interpretações (SIC).



NOTA 2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das informações contábeis individuais e consolidadas envolve o uso de estimativas e premissas da Administração que podem afetar os valores informados de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações contidas nas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Além da utilização de estimativas, a Administração do Grupo é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas informações contábeis individuais e consolidadas dizem respeito a:

- Nota 8 - as principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques;
- Nota 9 - provisão para redução ao valor recuperável do ICMS e Substituição Tributária do ICMS (ICMS ST);
- Notas 13.2, 14.1, 14.2 e 14.3 - valor recuperável de ágio, outros ativos intangíveis e imobilizados;
- Nota 15 - operações de arrendamento mercantil;
- Nota 17 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais;
- Nota 18 - mensuração de provisões para contingências e outras provisões relacionadas aos negócios, as principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos; e
- Nota 28.7 - provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro.

NOTA 2.3. Métodos de mensuração

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e instrumentos financeiros derivativos).

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Baseado na hierarquia definida pela IFRS 13/CPC 46 - Instrumentos financeiros, o valor justo pode ser mensurado usando os seguintes critérios:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, preços) ou indiretamente (por exemplo, dados baseados nos preços), exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

NOTA 2.4. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

O Grupo elaborou demonstrações dos valores adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.



NOTA 2.5. Novas normas e interpretações

- Alteração da norma IFRS 16 – Concessões de arrendamento mercantil relacionadas à pandemia da Covid-19: esclarece aspectos de tratamento de expediente prático e divulgação de concessões em contratos de arrendamento mercantil como consequência da pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de junho de 2020, podendo ser adotada antecipadamente. A Deliberação CVM 859 de 7 de julho de 2020 estabeleceu que as empresas no Brasil adotassem esta alteração de norma para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2020. Desta forma, o Grupo já adotou esta alteração de norma no exercício de 2020. O Grupo não teve impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.
- Alteração da norma IFRS 3 – Definição de negócio: esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma era efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não teve impactos nas suas demonstrações financeiras.
- Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 – Definição de materialidade: esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas eram efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não teve impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.
- Alteração das normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma da taxa de juros: esclarece aspectos relacionados à taxa de juros em instrumentos financeiros de hedge. Estas alterações de normas eram efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não teve impactos nas suas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e o Grupo está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas:

- Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.
- Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020: efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.
- Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.
- Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato: esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.
- Alteração da norma IFRS 3 – Referências à estrutura conceitual: esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva



para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

- Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro: esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não espera impactos nas suas demonstrações financeiras.
- Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9: esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.
- Alteração das normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2: Esclarece aspectos referentes à definição de taxas de juros de referência para aplicação nestas normas. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não espera impactos nas suas demonstrações financeiras.

NOTA 3: EVENTOS SIGNIFICATIVOS DO PERÍODO

Compra de ativos do Makro

Em 16 de setembro de 2020, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), aprovou, sem restrições, a aquisição, pela Companhia, de 30 lojas (sendo 22 próprias e 8 alugadas) e 14 postos de combustíveis operados pelo Makro, localizados em 17 estados brasileiros. O trânsito em julgado da decisão proferida pelo CADE ocorreu em 05 de outubro de 2020.

O valor referente à transação foi de R\$1.953 milhões no momento da assinatura do compromisso de compra e venda, a ser ajustado pelo IGP-M até a data da efetiva compra dos ativos. A Companhia concluiu em 2020 a aquisição de 25 lojas (sendo 18 próprias e 7 alugadas) e 10 postos de combustível da rede Makro, tendo realizado o desembolso de R\$ 1.725 milhões pela operação até o momento. Resta apenas à transferência de 4 lojas próprias, 1 alugada e 4 postos de combustível para a conclusão integral da transação, o que ocorrerá tão logo sejam concluídos os processos de regularização de titularidade junto aos Cartórios de Registro de Imóveis competentes e de cessão do contrato de locação remanescentes, conforme o caso.

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição referentes a honorários advocatícios, custos de due diligence e de avaliação de ativos. Estes custos foram registrados como ‘Outras despesas’ na demonstração de resultado.

Caso Hiper Porto Alegre

Em 19 de novembro de 2020, um cliente faleceu em decorrência de agressões cometidas por seguranças - funcionários de uma empresa terceirizada - na loja de Porto Alegre da controlada Carrefour. Foi instaurado um processo-crime contra estes seguranças e três funcionários da loja (em situação de demissão). A empresa não está envolvida neste processo penal.

Dada a natureza racial invocada, o Carrefour é, no entanto, objeto de diversas investigações e ações de indenização por danos coletivos de órgãos públicos e associações. Até o presente momento, não foi possível estimar razoavelmente os valores envolvidos no caso devido subjetividade do tema. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações financeiras conforme Nota 18.

Diante do lamentável episódio, foi criado um fundo com aporte inicial de R\$ 25 milhões que, somado ao resultado de vendas dos dias 20, 26 e 27 de novembro de um valor de R\$ 12 milhões, serão revertidos para ações orientadas pelo Comitê Externo de Livre Expressão sobre Diversidade e Inclusão, formado para assessorar, de maneira livre e independente, o Carrefour Brasil em diretrizes e ações contra o racismo em todas as nossas unidades.

Ademais, a Companhia assumiu R\$ 13 milhões de despesas excepcionais decorrentes dessa tragédia, principalmente devido a descontos dados aos nossos inquilinos durante o período em que algumas das nossas galerias e shopping se encontraram fechados, indenizações à família da vítima, e ações de comunicação e marketing excepcionais.



COVID – 19

O Grupo Carrefour Brasil manteve as iniciativas adotadas desde março de 2020 para assegurar a saúde e segurança de seus clientes e colaboradores. Nossas lojas do Segmento Atacadão, Varejo, nossas drogarias e shoppings centers são partes de um processo rigoroso de verificação conduzido por uma empresa terceirizada a fim de garantir que nossos protocolos estejam alinhados com as melhores práticas internacionais. Nossas iniciativas e esforços foram reconhecidos como a primeira empresa brasileira de varejo a receber o selo internacional "My Care" que atesta a eficiência e segurança das medidas que o Grupo adotou para proteger seus clientes e funcionários.

Dentre as principais medidas tomadas pelo Grupo, podemos citar:

- Rápida implementação de um conjunto de medidas abrangentes, além dos exigidos pelos órgãos de saúde pública, em lojas e centros de distribuição;
- Adoção de uma série de medidas para mitigar o risco de transmissão nos locais de trabalho administrativo, como a recomendação de *home office*, criação de comitês de crise e o cancelamento de viagens nacionais e internacionais e a participação em eventos externos;
- Aumento do estoque de produtos mais sensíveis e prioritários, fortalecimento do quadro de funcionários de lojas e CDs, desenvolvimento acelerado de nossas capacidades no e-commerce; e
- Negociações recorrentes com fornecedores para evitar ou conter aumento de preços.

As medidas de confinamento tomadas em vários estados também afetaram alguns segmentos e formatos:

- Nossos shoppings e galerias permaneceram fechados desde o fim de março, dependendo do estado onde era locado, a reabertura começou a ocorrer de forma gradativa em junho de 2020;
- A pandemia de COVID-19 e suas prováveis consequências econômicas culminaram em uma decisão antecipada de conter a expansão de crédito em nosso segmento de Soluções Financeiras a partir de meados de março, protegendo assim a alta qualidade de nosso portfólio; e
- O saldo de dividendos a pagar da BSF Holding foram revertidos, conforme descrito na nota 20.4, após a publicação da resolução 4.820 do Conselho Monetário Nacional de 29 de maio de 2020, que vetou a distribuição de lucros de instituições financeiras em montantes superiores ao dividendo mínimo obrigatório.

O Grupo reavaliou as estimativas contábeis a seguir:

- Provisão para perdas nos recebíveis decorrentes de locação de nossos shoppings e galerias relacionados ao período em que os estes ativos permaneceram fechados, conforme descrito na nota 28.7;
- Valor justo das propriedades para investimento, conforme descrito na nota 13.1; e
- Em nosso segmento de Soluções Financeiras, a provisão para risco de crédito foi calculada de acordo com a classificação de nossa carteira por estágios, como descrito na nota 28.7.

O Grupo continuará, ao longo de 2021, o seu constante monitoramento do mercado em busca de identificar uma eventual deterioração, especialmente decorrentes da pandemia da COVID-19, mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem aumento da percepção do risco de crédito sobre o contas a receber do segmento de Soluções Financeiras. Eventuais mudanças que deteriorem o ambiente econômico e de negócios, se manifestadas em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem acarretar perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros.

Os impactos relacionados ao anúncio do período pós-pandêmico não são facilmente quantificados, principalmente devido ao rápido e constantemente desenvolvimento da situação. Os riscos decorrentes de surtos de doenças e epidemias, em especial aqueles decorrentes da pandemia da COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e global e poderia, entre outras consequências, (i) tornar mais difícil ou oneroso para o Grupo obter financiamento para as operações ou refinar a dívida no futuro; (ii) prejudicar a



condição financeira de clientes e fornecedores; e (iii) reduzir os programas de investimentos. O Grupo mantém constante monitoramento sobre os riscos de taxas de juros e taxas de câmbio, gestão do risco de crédito e de gerenciamento de capital (Nota 28.2). Adicionalmente, a administração da Companhia mantém um permanente monitoramento do risco de liquidez por meio da gestão de seus recursos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 5) e a disponibilidade de linhas de crédito que permitem administrar seu nível de endividamento (Nota 33).

NOTA 4: BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (data em que o Grupo adquire controle) até à data em que o Grupo deixa de exercer o controle sobre a controlada, e a participação do Grupo em empresas controladas em conjunto contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

(i) Controladas

Uma controlada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce o controle, direta ou indiretamente. Uma entidade é controlada quando o Grupo é exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. O Grupo considera todos os fatos e circunstâncias ao avaliar se controla uma subsidiária, tais como direitos resultantes de acordos contratuais ou potenciais direitos de voto substanciais detidos pelo Grupo.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição do controle. Os resultados das controladas vendidas durante o exercício ou que o Grupo deixa de controlar estão incluídos até à data em que o controle cessar.

(ii) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint-ventures)

As entidades nas quais o Grupo exerce uma influência significativa (coligadas) e as entidades sobre as quais o Grupo exerce o controle conjunto e que correspondem à definição de empreendimento controlada em conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme explicado na Nota 12 "Investimentos".

Influência significativa é o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Em 31 de dezembro 2020 e 2019 o Grupo não possuía participação em coligadas.

Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controle.

Combinações de negócios

As combinações de negócios, definidas como transações em que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio, são contabilizados pelo método de aquisição. As combinações de negócios realizadas desde 1º de janeiro de 2010 são mensuradas e reconhecidas conforme descrito abaixo, de acordo com o CPC 15 (IFRS 3) - Combinações de Negócios:

- Na data de aquisição, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são reconhecidos e mensurados pelo valor justo.
- O ágio corresponde ao excesso da (i) soma da contraprestação transferida (ou seja, o preço de aquisição) e o valor de qualquer participação da não controladora sobre a adquirida, sobre (ii) o valor líquido dos valores na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. É registrado diretamente no balanço patrimonial da adquirida, e é subsequentemente testado para eventual redução ao seu valor recuperável (*impairment*) ao nível do Grupo de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") que corresponde à informação por segmento a que a adquirida pertence, pelo método descrito na Nota 14.3. Qualquer ganho proveniente de compra vantajosa (ou seja, deságio) é reconhecido diretamente no resultado.
- Para as combinações de negócios em uma base inferior a 100%, os componentes na data de aquisição das participações dos não controladores na adquirida (ou seja, participação destas não controladoras na parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida) são mensurados pelo:
 - Valor justo, de forma que parte do ágio reconhecido no momento da combinação de negócios seja alocado à participação de não controladores (método de "ágio integral"), ou
 - a parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, de modo que apenas o ágio atribuível ao Grupo seja reconhecido (método "ágio parcial").

O método utilizado é determinado numa base de transação a transação.

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.



- Os montantes provisionados reconhecidos para uma combinação de negócios podem ser ajustados durante um período de mensuração que termina logo que o Grupo receba as informações que procurava sobre os fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição ou saiba que não é possível obter mais informação ou o mais tardar 12 meses a partir da data de aquisição. Ajustes durante o período de mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, ou contraprestação transferida, são compensados por um ajuste correspondente ao ágio, desde que resulte de fatos e circunstâncias que existiam à data de aquisição. Quaisquer ajustes identificados após o final do período de mensuração são reconhecidos diretamente no resultado.
- Para uma combinação de negócios realizada em estágios (aquisição por etapas), quando o controle é adquirido, a participação de capital anteriormente mantida é reavaliada pelo valor justo por meio do resultado. No caso de redução da participação societária do Grupo, resultando em perda de controle, as participações remanescentes são também mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- Os custos de transação são registrados diretamente como uma despesa operacional no período em que são incorridos.

Alterações na participação que não resultem em mudança de controle

Qualquer alteração na participação do Grupo numa controlada após uma combinação de negócios que não resulte no controle adquirido ou perdido é qualificada como uma transação com os proprietários na sua qualidade de proprietários e registrada diretamente no patrimônio líquido, na conta contábil "Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários", de acordo com o CPC 36 (IFRS 10) – Demonstrações Financeiras Consolidadas. O correspondente fluxo de caixa, entrada ou saída de caixa é apresentado na demonstração consolidada dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento.

Conversão de operações em moeda estrangeira

As transações efetuadas por entidades do Grupo numa moeda diferente da sua moeda funcional são inicialmente convertidas à taxa de câmbio na data da transação.

Em cada período, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de fechamento do período e o ganho ou perda cambial resultante é registrado na demonstração de resultado.

Transações eliminadas na consolidação

As transações e saldos intragrupo e quaisquer rendimentos ou despesas não realizados decorrentes de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ganhos não realizados decorrentes de transações com controladas registradas na equivalência patrimonial são eliminados dos investimentos proporcionalmente à participação detida naquela controlada. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

A lista de entidades consolidadas é apresentada abaixo:

	31/12/2020		31/12/2019	
	% de participação		% de participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour" ou "CCI") – Subsidiárias	100,00	-	100,00	-
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
Imopar Participações e Administração Imobiliária Ltda.	0,10	99,90	0,10	99,90
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
CMBCI Investimentos e Participações Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
E-mídia informações Ltda.	-	100,00	-	100,00
Ewally Tecnologia S.A.	-	49,00	-	49,00
BSF Holding S.A. – Subsidiárias	-	51,00	-	51,00
Banco CSF S.A.	-	51,00	-	51,00
CSF Administradora E Corretora De Seguros EIRELI	-	51,00	-	51,00
Pandora Participações Ltda.	99,99	-	99,99	-
Rio Bonito Assessoria de Negócios Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
Verparinvest S.A.	0,01	99,99	0,01	99,99
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.(a)	51,00	-	-	-

- (a) Em 13 de março de 2020, a Companhia adquiriu 51% das ações da Cotabest Informação e Tecnologia S.A. As demonstrações financeiras desta controlada passaram a ser incluídas nas informações contábeis consolidadas a partir da data de obtenção do controle.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, não houve alterações nos fatos e circunstâncias consideradas pelo Grupo para avaliar a relação de controle junto às suas subsidiárias.



NOTA 5: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	445	596	613	755
Aplicações financeiras	1.686	2.776	5.059	4.567
Caixa e equivalentes de caixa	2.131	3.372	5.672	5.322

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário (CDB) e operações compromissadas remunerados à taxa média ponderada de 87% da taxa de certificados de depósito interbancários (CDI) (90% em 31 de dezembro de 2019) na Controladora e taxa média ponderada de 90% da taxa do CDI (89% em 31 de dezembro de 2019) no Consolidado.

Não há restrições materiais sobre a capacidade de recuperar ou usar os ativos supramencionados.

A exposição do Grupo aos riscos de taxa de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 28.5.

NOTA 6: CONTAS A RECEBER

Políticas contábeis

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, a contas a receber de atividades de atacado de autosserviços e atacado de entrega, recebíveis de cartões de crédito e recebíveis de aluguel de shopping centers.

Representam instrumentos financeiros ativos classificados como "custo amortizado" (Nota 28).

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais o Grupo é responsável. A provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro é reconhecida quando necessário com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível (nota 28).

O Grupo opera programas de cessão de recebíveis. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, o contas a receber vendido é desreconhecido quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vendas em atacado	729	593	729	593
A receber de cartão de crédito	-	-	326	194
A receber de cartão de crédito (a)	68	42	-	-
Aluguel a receber de shopping centers e outros serviços	-	-	168	95
Cartão alimentação	-	-	8	12
Verbas comerciais a receber (b)	81	199	142	319
Verbas comerciais a receber de partes relacionadas (b) e (c)	44	42	78	65
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(15)	(15)	(117)	(67)
Contas a receber, líquido	907	861	1.334	1.211
Circulante	907	861	1.330	1.206
Não circulante	-	-	4	5

- (a) Saldo representado pelas vendas realizadas com os cartões Atacadão e Carrefour, eliminados na consolidação.
- (b) São representados basicamente por valores a receber de fornecedores em decorrência de acordos comerciais realizados no momento da compra de mercadorias para revenda e outros acordos pontuais. A contrapartida é registrada no resultado do período, reduzindo o custo das mercadorias vendidas no momento da venda da mercadoria.
- (c) Saldo a receber de partes relacionadas, refere-se ao contrato global com a controladora do Grupo na França (Nota 29).

A exposição do Grupo a riscos de crédito são divulgadas na Nota 28.7.



Cessão de contas a receber de clientes

As controladas CCI e Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. ("Eldorado") fizeram cessão, sem direito de regresso, de parte de suas contas a receber a bancos, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. O saldo correspondente a essas operações era de R\$ 2.100 milhões em 31 de dezembro de 2020, dos quais R\$ 968 milhões foram realizados no Cartão Carrefour, e R\$ 1.132 milhões com outros cartões (R\$ 2.510 milhões em 31 de dezembro de 2019, dos quais R\$ 1.305 milhões realizados no Cartão Carrefour, e R\$ 1.205 milhões com outros cartões). O valor foi baixado do saldo de contas a receber no balanço, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos.

O custo de antecipação destes recebíveis de cartões é classificado na linha "Juros de antecipação de cartão de crédito" (Nota 26 – Despesas financeiras líquidas).

NOTA 7: ATIVIDADES DE SOLUÇÕES FINANCEIRAS

Políticas contábeis

Para dar suporte ao seu negócio de varejo, o Grupo oferece serviços bancários aos seus clientes.

As soluções financeiras oferecidas aos clientes do Carrefour e do Atacadão incluem cartões de crédito que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, além de empréstimos de crédito ao consumo.

Devido à sua contribuição para o total de ativos e passivos do Grupo e para a sua estrutura financeira específica, este negócio é apresentado separadamente nas demonstrações financeiras consolidadas:

- O crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (pagamentos de cartão de crédito a receber, empréstimos pessoais, etc.) é apresentado nas demonstrações financeiras na rubrica "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras – corrente" e "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras – não corrente".
- O financiamento destes empréstimos é apresentado na rubrica "Operação com cartão de crédito – corrente" e "Operação com cartão de crédito – não corrente".
- Os demais ativos e passivos das atividades bancárias (imobilizado, intangível e ágio, caixa e equivalentes de caixa, impostos acumulados e custos de folha de pagamento, etc.) são apresentados nas linhas correspondentes do balanço patrimonial.
- A receita líquida das atividades bancárias é registrada na demonstração do resultado na rubrica "Outras receitas", enquanto os custos correspondentes, incluindo aqueles relacionadas a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor são registrados na demonstração de resultado na rubrica de "Outros custos".
- A variação do capital corrente das atividades bancárias, incluindo os efeitos relacionados a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor, é registrada na demonstração dos fluxos de caixa na rubrica "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras".

Nota 7.1. Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (ativo)

Em 31 de dezembro de 2020, o crédito ao consumidor totalizava R\$ 9.874 milhões (R\$ 8.866 milhões em 31 de dezembro de 2019), conforme segue:

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber	7.945	6.748
Empréstimos e financiamentos (a)	5.590	4.821
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro (b)	(3.661)	(2.703)
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	9.874	8.866
Circulante	9.417	8.426
Não circulante	457	440

(a) O saldo a receber refere-se, substancialmente, às operações decorrentes do cartão de crédito do Banco CSF S.A. de clientes para os quais já foi emitida a fatura, e não foi paga integralmente.

(b) A exposição do Grupo a riscos de crédito, e classificação por estágio de risco, do saldo de crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras são divulgadas na Nota 28.7.



Nota 7.2. Operações de cartão de crédito (passivo)

O saldo das contas a pagar da Empresa de soluções financeiras oriundo das operações de cartão de crédito totalizou R\$ 7.757 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 6.927 milhões em 31 de dezembro de 2019), conforme segue:

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Títulos de dívida (depósitos interbancários)	1.245	1.173
Dívida mercantil:	6.512	5.754
Relacionados a adquirentes	5.544	4.449
Vendas de recebíveis de cartão de crédito no cartão Carrefour (i)	968	1.305
Operações de cartão de crédito	7.757	6.927
Circulante	7.534	5.941
Não circulante	223	986

(i) Referem-se aos valores a repassar a bancos referentes a créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.

NOTA 8: ESTOQUES

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 16 (IAS 2) – Estoques são registrados ao custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos e leva em consideração os descontos e os rendimentos comerciais negociados com os fornecedores.

Os estoques são mensurados ao menor valor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. O Grupo ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e danos.

As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados a mercadorias com baixo giro de estoque e nas perdas médias de estoque nos últimos 12 meses.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos alimentares	4.916	3.443	5.939	4.402
Produtos não alimentares	322	206	1.602	1.392
Outros produtos	-	-	168	155
Estoques, líquidos	5.238	3.649	7.709	5.949

Em 31 de dezembro de 2020, as provisões para desvalorização de estoque, que impactaram o resultado, aumentaram em R\$ 13 milhões na Controladora, totalizando R\$ 22 milhões (R\$ 9 milhões em 31 de dezembro de 2019), e diminuíram em R\$ 6 milhões no Consolidado, totalizando R\$ 65 milhões (R\$ 71 milhões em 31 de dezembro de 2019).

NOTA 9: IMPOSTOS A RECUPERAR

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS	184	135	807	672
ICMS substituição tributária (ST) (a)	1.922	1.613	3.508	3.106
ICMS a recuperar ativo imobilizado	87	81	88	86
PIS e COFINS (b)	771	673	788	871
Outros	1	-	34	8
Provisão para perda de ICMS e ICMS ST	(160)	(154)	(403)	(540)
Impostos a recuperar	2.805	2.348	4.822	4.203
Circulante	310	206	721	591
Não circulante	2.495	2.142	4.101	3.612

(a) Grupo mantém centros de distribuição localizados em certos Estados e no Distrito Federal, que recebem mercadorias com ICMS e ICMS-ST que já foram pré-pagos pelos fornecedores ou pelo Grupo. Desta forma, parte das mercadorias é enviada para outros estados. Tais transações interestaduais permitem o Grupo recuperar os montantes pré-pagos de ICMS e ICMS-ST; por exemplo, ICMS e ICMS-ST pago nas aquisições, que se tornam créditos a recuperar/compensar, baseados nas leis estaduais.



Dado que o volume de itens adquiridos sujeitos ao ICMS-ST aumentou, os créditos fiscais a recuperar ou compensar pelo Grupo também aumentaram. O Grupo está realizando partes destes créditos através de pedidos de compensação baseado em regimes especiais e também cumprindo com outros procedimentos requeridos pelos estados.

Com relação aos créditos que não podem ser compensados imediatamente, a Administração do Grupo entende que a realização ocorrerá no curto e longo prazo, baseado em estudo de recuperação preparado pela Administração por Estado que inclui, entre outros itens, o histórico de realização, as mudanças na cadeia de suprimentos, pedidos adicionais de regime de substituição, previsões de crescimento futuro, de saldos consumidos por dívidas oriundas das operações e transferência de créditos para terceiros. Estes estudos foram preparados baseados em informações derivadas do plano de negócio estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

O Grupo espera recuperar seus créditos de ICMS não circulante em um período aproximado de 6 anos.

- (b) O Grupo ingressou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal – “STF”, proferiu decisões favoráveis aos contribuintes em relação ao mérito por meio do acórdão em sede de repercussão geral no RE 574.706 de 15 de março de 2017. As ações judiciais permitiriam o reconhecimento dos créditos, no mínimo, dos últimos cinco anos.

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, o Grupo requereu o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Os processos em nome da controlada direta Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e da controlada indireta Comercial de Alimentos Ltda. tiveram o trânsito em julgado, tornando-se definitivos e não passíveis de recurso, durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2018, ocasião na qual foi reconhecido crédito tributário passível de mensuração confiável no montante de R\$ 121 milhões, sendo R\$87 milhões de principal e R\$34 milhões de correção monetária, relativos ao período de 2013 a 2016, sendo seus efeitos reconhecidos na rubrica de outras receitas e despesas na ocasião.

Já o processo em nome da Companhia teve trânsito em julgado, tornando-se definitivo e não passível de recurso durante o trimestre findo em 30 de junho de 2019, ocasião na qual foi reconhecido o crédito tributário passível de mensuração confiável no montante de R\$ 537 milhões, sendo R\$ 361 milhões de principal e R\$176 milhões de correção monetária relativo ao período de 2011 a 2016 sendo seus efeitos reconhecidos na rubrica de outras receitas e despesas na ocasião. Ainda, a Companhia reconheceu imposto de renda diferido passivo no montante R\$ 183 milhões em relação ao crédito registrado.

A Companhia e suas controladas mensuraram de forma confiável e reconheceram o direito sobre tais créditos com base no montante efetivamente destacado nas notas fiscais de venda, aplicando o índice de correção monetária determinado nas sentenças decisórias de seus processos.

Diante de todos os fatos descritos acima, apesar da inexistência de trânsito em julgado do RE 574.706 em razão dos Embargos de Declaração, do pedido de modulação de efeitos e da SCI 13/2018 quanto ao ICMS a ser excluído, o Grupo, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, concluiu que: (i) o posicionamento firmado pelo STF no RE 574.706 foi aplicado às empresas do Grupo, tendo sido reconhecido definitivamente o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nas ações judiciais do Grupo, inclusive para fins de recuperação de crédito, uma vez que se pleiteou a exclusão do ICMS incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS (que é o ICMS destacado); e (ii) embora possível a modulação dos efeitos da decisão do STF, uma eventual modulação deverá proteger os contribuintes que ingressaram com ações judiciais até o julgamento do STF em 2017 e que já tiveram suas ações transitadas em julgado com decisões favoráveis, como é o caso das empresas do Grupo.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas vem reconhecendo regularmente a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS desde a decisão do STF de 2017 com repercussão geral com as mesmas premissas anteriormente destacadas.

Apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo entende que os créditos de PIS e COFINS mensurados de forma confiável e reconhecidos por direito são baseados na melhor interpretação da legislação vigente, no cenário jurisprudencial, bem como na decisão proferida pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, cujo acórdão definiu o conceito de insumo para fins de cálculo de créditos de PIS e COFINS, reconhecendo a aplicação do conceito intermediário de insumo, ou seja, despesas que sejam essenciais ou relevantes para a atividade econômica do contribuinte. O Grupo inclusive, apoiado por seus assessores jurídicos externos, avalia permanentemente a jurisprudência sobre a matéria.

Adotando de forma consistente a interpretação embasada descrita acima, o Grupo tem apurado anualmente créditos de PIS e COFINS, sendo todos passíveis de mensuração confiável e objeto de registro contábil correspondente. Afora as autuações fiscais referidas na Nota 18, o Grupo não tem conhecimento de qualquer reivindicação de terceiros relativamente a tais créditos. O Grupo espera recuperar seus créditos de PIS e COFINS não circulante em um período aproximado de 5 anos.

NOTA 10: TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O Banco CSF e a BSF Holding compram títulos e valores mobiliários como parte de suas políticas de liquidez, no intuito de conter este investimento em médio prazo. Desta forma, a carteira de títulos foi classificada na categoria “Valor justo em outros resultados abrangentes” e são mantidos para negociação imediata ou futura.



A carteira de títulos foi composta da seguinte forma:

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Carteira Total:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	358	293
Outros	-	4
Títulos e valores mobiliários	358	297
Circulante	-	287
Não circulante	358	10

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações em títulos e valores mobiliários referem-se substancialmente a títulos públicos remunerados a taxa média de 100% da taxa Selic. Com vencimentos em março de 2025 e setembro de 2026 para os títulos detidos em 31 de dezembro de 2020 (vencimentos setembro de 2020 e em março de 2025 para os títulos detidos em 31 de dezembro de 2019).

NOTA 11: DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Políticas contábeis

Os depósitos e bloqueios judiciais do Grupo são registrados pelo montante pago quando o depósito ou garantia é exigido, e posteriormente ajustado para refletir a correção monetária. São apresentados como ativos não circulantes, uma vez que se espera que sejam utilizados a partir de 12 meses da data do balanço.

O Grupo está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e cíveis e tem efetuado depósitos judiciais restritos nos montantes correspondentes, bem como depósitos judiciais relacionados à provisão para processos judiciais.

Os depósitos e bloqueios judiciais são classificados por categoria:

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributários	103	103	2.310	2.262
Trabalhistas	2	4	56	66
Cíveis	1	1	35	54
Depósitos e bloqueios judiciais	106	108	2.401	2.382

Os depósitos judiciais tributários na posição consolidada são compostos principalmente por:

- A ação do CCI e da Comercial de Alimentos sobre a incidência de PIS e COFINS não cumulativo, que totaliza R\$ 1.502 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.465 milhões em 31 de dezembro de 2019); e
- A ação do Banco CSF sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no valor de R\$ 513 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 429 milhões em 31 de dezembro de 2019).

As provisões das respectivas ações são contabilizadas em cada encerramento, conforme Notas 18.2.1 e 18.2.2.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 12: INVESTIMENTOS

Políticas contábeis

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados incluem a participação do Grupo em Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, ajustado em conformidade com as políticas contábeis do Grupo, a partir da data de aquisição da influência significativa ou do controle conjunto até a data em que este é perdido.

As controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e fazem parte integrante das operações do Grupo e a parte do seu resultado líquido do Grupo é, portanto, reportada como um componente separado nas demonstrações consolidadas.

Composição dos saldos

(Em milhões de Reais)

	Percentual de participação direta	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controladas:					
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	100,00%	6.753	6.131	-	-
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.	0,01%	-	-	-	-
Imopar Part. Adm. Imob. Ltda.	0,10%	-	-	-	-
Nova Tropi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	0,01%	-	-	-	-
Pandora Participações Ltda.	99,99%	279	291	-	-
CMBCI Invest. e Participações Ltda.	0,01%	-	-	-	-
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	51,00%	1	-	-	-
(-) Eliminação (a)		(312)	(339)	-	-
Controladas em conjunto:					
Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A. (b)	50,00%	-	-	73	76
Ewally Tecnologia e Serviços S.A. (c)	49,00%	-	-	38	51
Total dos investimentos		6.721	6.083	111	127

Movimentação dos saldos (controladora)

(Em milhões de Reais)

	01/01/2019	Outorga de opção de ações	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de capital	31/12/2019	Outorga de opção de ações	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Aumento de capital	31/12/2020
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	6.359	2	(530)	300	6.131	6	541	(5)	80	6.753
Pandora Participações Ltda.	296	-	(5)	-	291	-	(12)	-	-	279
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	-	-	-	-	-	(1)	-	2	1
(-) Eliminação (a)	(366)	-	27	-	(339)	-	27	-	-	(312)
Total	6.289	2	(508)	300	6.083	6	555	(5)	82	6.721

(a) Eliminação de operação intragrupo de aquisição de direito de exclusividade na oferta e distribuição de soluções financeiras divulgada na Nota 19.

(b) Valor refere-se ao saldo em controlada em conjunto Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A., cuja participação é detida pela CMBCI Investimentos e Participações Ltda. O valor da despesa de equivalência patrimonial do período foi de R\$ 3 milhões (R\$ 1 milhão em 31 de dezembro de 2019).

(c) Valor refere-se à participação adquirida em 04 de outubro de 2019 pela controlada Carrefour Comercio e Indústria Ltda. O valor de despesa de equivalência patrimonial do período foi de R\$ 5 milhões.



A controlada indireta BSF Holding S.A., a qual conta com participação significativa de não controladores, possuía ativo circulante consolidado de R\$ 105 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 166 milhões em 31 de dezembro de 2019), ativo não circulante consolidado de R\$ 2.721 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 2.469 milhões em 31 de dezembro de 2019), passivo circulante consolidado de R\$ 100 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 183 milhões em 31 de dezembro de 2019), receita consolidada de R\$ 363 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 644 milhões em 31 de dezembro de 2019) e lucro líquido de R\$ 353 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 644 milhões em 31 de dezembro de 2019).

NOTA 13: PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO E IMOBILIZADO

Políticas contábeis

CPC 28 (IAS 40) – Propriedade para Investimento define propriedade para investimento como propriedade (terrenos ou edifícios ou ambos) mantida para obter aluguéis ou para valorização de capital ou ambos. Com base nesta definição as propriedades de investimento detidas pelo Grupo são constituídas por centros comerciais (unidades de varejo e de serviço localizadas atrás da área de check-out das lojas) que são exclusivamente objeto de locação financeira e representam uma área disponível para locação de pelo menos 2.500 metros quadrados. Estes ativos geram fluxos de caixa que são amplamente independentes dos fluxos de caixa gerados pelos outros ativos de varejo do Grupo.

Os ativos classificados como propriedades de investimento têm vida útil de 40 anos, e são reconhecidas ao custo.

A receita de aluguel gerada por propriedades de investimento é registrada na demonstração de resultado em "Outras receitas" de forma linear ao longo do prazo da locação. Benefícios ou descontos concedidos pelo Grupo como parte dos acordos de arrendamento fazem parte integrante da receita líquida de locação e são reconhecidas ao longo do prazo da locação (Nota 15).

O valor justo das propriedades para investimentos é mensurado duas vezes ao ano:

- Por meio da aplicação de um múltiplo em função de (i) a rentabilidade de cada shopping e (ii) uma taxa de capitalização específicas do Brasil, à receita de aluguel anual bruta gerada por cada propriedade, ou
- Obtendo-se avaliações independentes elaboradas segundo dois métodos: o método dos fluxos de caixa descontados e o método de rendimento (*Yield Method*). Os avaliadores geralmente também comparam os resultados da aplicação desses métodos aos valores de mercado por metro quadrado e aos valores de transação recentes.

Tendo em vista os dados externos limitados disponíveis, nomeadamente em matéria de taxas de capitalização, a complexidade do processo de avaliação de imóveis e ao fato de que as avaliações baseiam-se em passar rendas para os imóveis próprios do Grupo, o valor justo das propriedades para investimento é determinado com base nas entradas de nível 3.

Nota 13.1. Propriedades para investimentos

(Em milhões de Reais)	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Custo das propriedades para investimentos	531	531
Depreciação	(134)	(123)
Total das propriedades para investimentos, líquido	397	408

Movimentação de propriedade para investimentos

Em 1º de janeiro de 2019	416
Adição	2
Transferência advinda do imobilizado	2
Depreciação	(12)
Em 31 de dezembro de 2019	408
Adição	-
Depreciação	(11)
Em 31 de dezembro de 2020	397

As receitas de aluguéis geradas por propriedades para investimentos, registradas nas demonstrações dos resultados na rubrica "Outras receitas" (Nota 22.2), totalizaram R\$ 15 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 37 milhões em 31 de dezembro de 2019). Os custos operacionais diretamente atribuíveis aos imóveis totalizaram R\$ 21 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 20 milhões em 31 de dezembro de 2019).

A avaliação do valor justo das propriedades para investimentos é realizada semestralmente, sendo a última realizada em 31 de dezembro de 2020, resultando em um valor justo das propriedades para investimentos de R\$ 698 milhões.



Nota 13.2. Imobilizado

Políticas contábeis

O imobilizado compreende principalmente edifícios, lojas, equipamentos e acessórios e terrenos.

Reconhecimento inicial

Em conformidade com o CPC 27 (IAS 16) – Ativo Imobilizado, terrenos, edificações e equipamentos são registrados pelo custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e quaisquer perdas de valores acumulados. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e quaisquer outros custos necessários para preparar esse ativo no local e nas condições exigidas para operar de maneira pretendida pela Administração, bem como os custos de desmobilização onde esses ativos estão localizados.

O software adquirido (integrante da função do equipamento) é capitalizado como parte desse equipamento.

Os pagamentos iniciais de ativo de direito de uso, como os valores pagos a título de fundo de comércio, por exemplo, são considerados como parte do ativo.

Os ativos em construção são reconhecidos pelo custo menos as perdas ao valor recuperável identificadas.

Custos subsequentes

O custo de substituição de um item de imobilizado é reconhecido no valor contábil desse item no caso de ser provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para o Grupo e seu custo possa ser mensurado de forma confiável. O valor contábil do componente que for substituído por outro é baixado.

Os custos de manutenção dos itens de imobilizado são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os ganhos e perdas resultantes da alienação de um item de ativo imobilizado são calculados através da comparação entre os rendimentos recebidos dessa alienação com o valor no imobilizado e são reconhecidos líquidos em outras receitas (despesas) na demonstração do resultado.

Reclassificação para propriedades de investimento

Quando o uso da propriedade muda de “ocupada pelo proprietário” para uma propriedade de investimento, o Grupo mantém este ativo a custo histórico e reclassifica-o como propriedade para investimento.

Vida útil

A depreciação do imobilizado começa quando o ativo está disponível para uso e termina quando o ativo é vendido, demolido ou reclassificado como mantido para venda de acordo com o CPC 31 (IFRS 5) - Ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada.

Terrenos não são depreciados. Outros imobilizados, ou cada parte significativa de um item do imobilizado, são depreciados pelo método linear durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Edificações	
▪ Edificações	40 anos
▪ Benfeitorias em imóveis de terceiros	20 a 40 anos
Equipamentos e instalações	4 a 15 anos
Outros	5 a 10 anos

Atendendo à natureza dos seus negócios, o Grupo considera que os seus bens e equipamentos não possuem valor residual.

A depreciação de benfeitorias de arrendamento em imóveis de terceiros é calculada e registrada sobre a vida útil estimada.

Os períodos de depreciação são revistos em cada período e, quando apropriado, ajustados prospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) – Políticas contábeis. Mudanças de Estimativa e Correção de Erro.

Teste ao valor recuperável (Nota 14.3)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Composição

(Em milhões de Reais)

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Edificações e benfeitorias	6.486	(894)	5.592	5.747	(740)	5.007
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	2.720	(1.344)	1.376	2.382	(1.124)	1.258
Imobilizado em andamento	596	-	596	37	-	37
Terrenos	2.691	-	2.691	1.588	-	1.588
Direito de uso de arrendamento	1.206	(90)	1.116	640	(50)	590
Total	13.699	(2.328)	11.371	10.394	(1.914)	8.480

(Em milhões de Reais)

	Consolidado							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Valor contábil líquido
Edificações e benfeitorias	9.277	(2.405)	(15)	6.857	8.546	(2.205)	(19)	6.322
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	6.549	(3.988)	(19)	2.542	6.309	(3.739)	(24)	2.546
Imobilizado em andamento	615	-	-	615	72	-	-	72
Terrenos	3.460	-	(2)	3.458	2.365	-	-	2.365
Direito de uso de arrendamento	2.363	(370)	-	1.993	1.811	(201)	-	1.610
Total	22.264	(6.763)	(36)	15.465	19.103	(6.145)	(43)	12.915



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Movimentação do valor contábil líquido

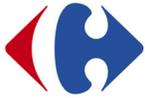
<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora					Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 01/01/2020	Adições (a)	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	5.007	719	(159)	(18)	43	5.592
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	1.258	392	(267)	(7)	-	1.376
Imobilizado em andamento	37	711	-	-	(152)	596
Terrenos	1.588	1.003	-	(9)	109	2.691
Direito de uso de arrendamento	590	587	(40)	(21)	-	1.116
Total	8.480	3.412	(466)	(55)	-	11.371

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora						Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 01/01/2019	Adoção inicial CPC 06 R2 / IFRS16	Adições	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	4.344	-	624	(142)	(1)	182	5.007
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	1.077	-	429	(237)	(11)	-	1.258
Imobilizado em andamento	122	-	274	-	-	(359)	37
Terrenos	1.410	-	1	-	-	177	1.588
Direito de uso de arrendamento	-	282	374	(51)	(15)	-	590
Total	6.953	282	1.702	(430)	(27)	-	8.480

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Consolidado					Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 01/01/2020	Adições (a)	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	6.322	759	(241)	(37)	54	6.857
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	2.546	556	(540)	(34)	14	2.542
Imobilizado em andamento	72	723	-	-	(180)	615
Terrenos	2.365	1.004	-	(18)	107	3.458
Direito de uso de arrendamento	1.610	651	(173)	(95)	-	1.993
Total	12.915	3.693	(954)	(184)	(5)	15.465

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Consolidado							Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 01/01/2019	Adoção inicial CPC 06 R2 / IFRS16	Adições	Adições de depreciação	Baixas líquidas	Transferências	Impairment	
Edificações e benfeitorias	5.661	-	689	(222)	(7)	207	(6)	6.322
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	2.469	-	599	(517)	(19)	21	(7)	2.546
Imobilizado em andamento	156	-	325	-	-	(409)	-	72
Terrenos	2.186	-	2	-	-	177	-	2.365
Direito de uso de arrendamento	-	887	1.031	(209)	(99)	-	-	1.610
Total	10.472	887	2.646	(948)	(125)	(4)	(13)	12.915

- (a) As adições de ativos imobilizados em andamento e terrenos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 incluem a compra de ativos do Makro Atacadista S.A., cujo valor da transação foi de R\$ 1.953 milhões no momento da assinatura do compromisso de compra e venda, a ser ajustado pelo IGP-M até a data da efetiva compra dos ativos. A Companhia concluiu em 2020 a aquisição de 25 lojas (sendo 18 próprias e 7 alugadas) e 10 postos de combustível da rede Makro, tendo realizado o desembolso de R\$ 1.725 milhões (sendo R\$ 233 milhões de direito de uso de arrendamento) pela operação até o momento.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 14: INTANGÍVEL

Políticas contábeis

Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido nas combinações de negócios, conforme explicado na Nota 4. O ágio registrado nas demonstrações financeiras do Grupo foi registrado antes da adoção do CPC 15 (IFRS 3) - Combinações de Negócios pelo Grupo, e baseia-se na diferença entre o valor pago e o valor contábil líquido do negócio adquirido na data de aquisição.

Na data de transição para as IFRSs, o Grupo optou por manter o tratamento contábil das combinações de negócios aplicadas segundo as normas contábeis anteriores, de acordo com a opção disponível para os adotantes pela primeira vez de acordo com o CPC 37 (IFRS 1) – *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*. (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade).

De acordo com o CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ágio reconhecido em combinações de negócios não é amortizado, mas é testado para redução ao valor recuperável anualmente ou mais frequentemente se houver indicação de que o seu valor contábil não pode ser recuperada pelo método descrito na Nota 14.3.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis consistem principalmente em software e outros ativos intangíveis relacionados às lojas.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente reconhecidos ao custo, os ativos intangíveis e ágio adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo (Nota 4).

Os softwares e outros ativos intangíveis são amortizados pelo método linear nos seguintes períodos:

Classe de ativos	Vida útil
Software e outros ativos intangíveis	5 anos
Fundo de comércio	10 a 25 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos em cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A amortização de fundo de comércio é efetuada de acordo com o período contratual do aluguel.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Composição

(Em milhões de Reais)	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Ágio	1.702	(312)	1.390	1.702	(312)	1.390
Software	70	(46)	24	60	(39)	21
Total	1.772	(358)	1.414	1.762	(351)	1.411

(Em milhões de Reais)	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Ágio	3.289	(1.461)	1.828	3.288	(1.461)	1.827
Software	1.529	(1.094)	435	1.448	(1.005)	443
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	95	(58)	37	95	(55)	40
Intangível em andamento	23	-	23	18	-	18
Total	4.936	(2.613)	2.323	4.849	(2.521)	2.328

Nota 14.1. Ágio

O valor recuperável do ágio é monitorado ao nível das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) representadas pelos segmentos do Grupo.

(Em milhões de Reais)	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
	Valor líquido	Valor líquido
Atacadão (a)	1.390	1.390
Total	1.390	1.390

(Em milhões de Reais)	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
	Valor líquido	Valor líquido
Varejo	437	437
Atacadão (a)	1.391	1.390
Total	1.828	1.827

(a) Em 30 de abril de 2007, a controladora final da Companhia, o Carrefour S.A. adquiriu a totalidade das ações da Companhia por meio de sua subsidiária, Korcula Participações Ltda. ("Korcula"). O ágio foi calculado pela diferença entre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia na data da aquisição no montante de R\$ 453 milhões e o preço de compra inicial no montante de R\$ 2.233 milhões, subsequentemente ajustado para R\$ 2.163 milhões. Em 31 de janeiro de 2008, foi aprovada a incorporação da controladora Korcula pela Companhia, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007. Para fins da incorporação, o valor do investimento detido pela Korcula na Companhia foi eliminado contra o patrimônio líquido, resultando no reconhecimento de ágio no montante de R\$ 1.702 milhões nas demonstrações financeiras da Companhia. Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil naquela época, o ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2009, resultando em um ágio líquido de amortização acumulada no montante de R\$ 1.390 milhões.

Nota 14.2. Intangível e ágio - Movimentação do valor contábil líquido

(Em milhões de Reais)	Controladora			
	Saldo em 01/01/2020	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2020
Ágio	1.390	-	-	1.390
Software	21	10	(7)	24
Total	1.411	10	(7)	1.414

(Em milhões de Reais)	Controladora			
	Saldo em 01/01/2019	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2019
Ágio	1.390	-	-	1.390
Software	17	10	(6)	21
Total	1.407	10	(6)	1.411



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de Reais)	Consolidado					Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 01/01/2020	Adições	Amortizações	Baixas Líquidas	Transferências	
Ágio	1.827	1	-	-	-	1.828
Software	443	139	(124)	(53)	30	435
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	40	-	(3)	-	-	37
Intangível em andamento	18	30	-	-	(25)	23
Total	2.328	170	(127)	(53)	5	2.323

(Em milhões de Reais)	Consolidado				Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 01/01/2019	Adições	Amortizações	Transferências	
Ágio	1.827	-	-	-	1.827
Software	400	127	(109)	25	443
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	41	-	(3)	2	40
Intangível em andamento	18	25	-	(25)	18
Total	2.286	152	(112)	2	2.328

Nota 14.3. Testes para perda no valor recuperável do ágio e análises de sensibilidade

Políticas contábeis

Em conformidade com o CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma unidade geradora de caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Para os ativos com uma vida útil indefinida - principalmente o ágio - o teste é realizado anualmente.

Os ativos individuais ou grupos de ativos são testados para o valor recuperável, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, definido como o mais alto de seu valor justo menos os custos de alienação e seu valor em uso. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para serem derivados do ativo.

Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, uma perda por *impairment* é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado, fundos de investimentos e ativos intangíveis (exceto o ágio) poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores.

Valor recuperável de ativos que não sejam ágio

Os testes de valor recuperável para o imobilizado são realizados ao nível das lojas individuais (UGCs). De acordo com o CPC 01 (IAS 36), os ativos intangíveis (exceto o ágio) com vida útil definida e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que seu valor contábil. Todas as lojas que relatam uma perda operacional recorrente antes da depreciação e amortização em dois anos consecutivos (após o período de início) são testadas.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação.

O valor em uso é considerado igual aos fluxos de caixa futuros descontados da loja durante um período de até cinco anos mais um valor terminal. O valor justo é estimado com base nos preços de transações recentes, práticas da indústria, avaliações independentes ou o preço estimado em que a loja poderia ser vendida a um concorrente.

A taxa de desconto aplicada é a mesma para os testes de valor recuperável (*impairment*) no ágio.

Valor recuperável do ágio

O CPC 01 (IAS 36) requer testes de valor recuperável a serem realizados anualmente em nível de cada UGC ou grupo de UGCs às quais o ágio é alocado.

De acordo com a norma, o ágio é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera beneficiar das sinergias da combinação de negócios. Cada UGC ou grupo de UGCs aos quais o ágio é alocado deve representar o menor nível dentro da entidade na qual o ágio é monitorado para fins de gerenciamento interno e não deve ser maior que um segmento operacional conforme definido no CPC 22 (IFRS 8) - Informação por segmento.

Para efeitos de análise da quantia recuperável de ágio, considera-se que cada segmento operacional individual representa um grupo de UGCs.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Valor em uso corresponde à soma dos fluxos de caixa futuros descontados para um período geralmente não superior a cinco anos, acrescido de um valor terminal calculado projetando dados para o último ano para perpetuar a uma taxa de crescimento. Os fluxos de caixa futuros são estimados com base em orçamentos financeiros dos segmentos operacionais aprovados pela Administração.

A taxa de desconto para cada segmento operacional corresponde ao custo médio ponderado dos capitais próprios e da dívida, determinado com base na taxa de transmissão média do setor. O custo da dívida é determinado aplicando a mesma lógica. A taxa de desconto é calculada antes dos impostos.

Testes adicionais são executados ao fim do período interino quando existe uma indicação de *impairment*. Os principais indicadores de valor recuperável utilizados pelo Grupo são os seguintes:

- indicador de *impairment* interno: uma deterioração material na proporção entre o EBITDA/Lajida Ajustado (Lucro antes dos impostos de renda, resultado financeiro, depreciação e amortização) excluindo a rubrica de outras receitas e despesas e o resultado operacional líquido, orçamento e o *forecast* mais recente; e
- indicador de *impairment* externo: um aumento significativo da taxa de desconto e / ou um rebaixamento grave na previsão do crescimento do PIB do FMI.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no ágio são irreversíveis, incluindo as registradas em um período interino.

Determinação do valor recuperável

Para determinação do valor recuperável dos segmentos do Grupo (Atacadão e Varejo) que tem um ágio alocado no balanço, foram utilizadas projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração considerando as seguintes premissas:

- Receitas: projetadas de 2021 a 2025 considerando crescimento histórico das vendas em volume e as projeções de inflação baseados sobre projeções macroeconômicas de bancos, sem considerar a expansão das lojas;
- Lucro bruto: projetando no mesmo exercício considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem de vendas;
- Despesas: projetadas no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando ganhos de produtividade e eficiência detalhados por cada linha de custos;
- Capital de giro: projetando o mesmo nível de capital de giro expresso em dias de custo da mercadoria vendida;
- Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis (capex): foi considerado o investimento médio histórico em manutenção dos ativos existentes na determinação do fluxo de caixa;
- Valor terminal: foi calculado um valor terminal usando o último ano das projeções e aplicando a taxa de crescimento na perpetuidade;
- Taxa de desconto: elaborada conforme descrito na política contábil. A taxa de desconto utilizada foi de 10,6% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (12,3% a.a. em 31 de dezembro de 2019); e
- Taxa de crescimento na perpetuidade: a taxa de crescimento considerada foi de 3,5% a.a. em 31 de dezembro 2020 (4,5% a.a. em 31 de dezembro de 2019).



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Análise de sensibilidade

Os testes de *impairment* em ágio e outros ativos intangíveis foram realizados em 31 de dezembro de 2020 de acordo com o CPC 01/IAS 36. A análise de sensibilidade para uma mudança simultânea nas entradas principais com base em premissas razoavelmente possíveis não revelou qualquer cenário provável, segundo a qual o valor recuperável de qualquer um dos grupos de UGC seria inferior a seu valor contábil. Dessa forma os resultados dos testes não levaram ao reconhecimento de perdas por valores recuperáveis nestes ativos.

As taxas de crescimento e as taxas de desconto (correspondentes ao custo médio ponderado do capital - WACC) aplicadas para fins de teste de *impairment* em 31 de dezembro 2020 são apresentadas abaixo:

Controladora e consolidado		
31/12/2020		
	Taxa de desconto antes dos impostos	Taxa de crescimento contínuo
Varejo	10,6%	3,5%
Atacado	10,6%	3,5%



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 15: OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Políticas contábeis

O Grupo reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato.

O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo, incluindo custos iniciais do contrato, como por exemplo, aquisição de fundo de comércio, e posteriormente ao seu valor de custo ajustado menos a depreciação acumulada, perdas por *impairment*, ajustes do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente das parcelas não pagas no reconhecimento inicial, utilizando-se geralmente a taxa de juros de empréstimo incremental do Grupo, a não ser que a taxa de desconto implícita no contrato possa ser determinada confiavelmente.

O passivo de arrendamento é subsequente acrescido do custo dos juros incorridos e reduzido pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas. O passivo de arrendamento também pode ser alterado quando há alterações em indexadores de inflação do contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na expectativa da Administração de exercer ou não opções de saída ou renovação do contrato.

O Grupo aplica o julgamento para determinar a aplicação ou não da opção de renovação ou saída antecipada de determinados contratos. Este julgamento é feito levando em consideração o período de tempo para o qual o Grupo possui razoável certeza sobre esses exercícios, a existência de incentivos econômicos para permanecer no contrato e outros elementos, o que podem impactar significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.

O Grupo não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de e contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

Os valores de créditos de imposto sobre pagamentos de arrendamento, PIS e COFINS, são considerados como parte do ativo e passivo de arrendamento, conforme o ofício circular CVM /SNC / SEP 02/2019.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Grupo como arrendatário

Os principais contratos de arrendamento do Grupo referem-se a imóveis onde estão instaladas nossas lojas, centros de distribuição e prédios administrativos. A conciliação da movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é demonstrada na nota 13.2 e do passivo de arrendamento na nota 28.4. Os fluxos estimados de pagamento são demonstrados na nota 28.3.

Esses contratos de arrendamento de ativos imobiliários têm uma duração de 5 a 30 anos e podem ter uma opção de renovação. Além disso, esses contratos são geralmente indexados a índices de inflação, que variam de acordo com o arrendador.

(Em milhões de Reais)	31/12/2020							31/12/2019				
	Atacadão		Varejo		Soluções Financeiras	Média ponderada do prazo estimado de arrendamento (em anos)	Direito de uso líquido	Créditos de PIS e COFINS potencial	Direito de uso total	Passivo de arrendamento	Direito de uso total	Passivo de arrendamento
	Quantidade	% total lojas	Quantidade	% total lojas	Quantidade							
Autosserviço	44	21%	-	N.A	-	28	827	54	881	(656)	389	(359)
Atacado de entrega	9	30%	-	N.A	-	24	125	11	136	(147)	111	(113)
Hipermercado	-	N.A	32	32%	-	17	308	28	336	(363)	356	(377)
Supermercado	-	N.A	47	89%	-	13	229	19	248	(264)	288	(293)
Conveniências	-	N.A	122	94%	-	4	80	5	85	(91)	111	(114)
Centros de distribuições	-	N.A	8	N.A	-	13	174	18	192	(213)	243	(255)
Edifícios administrativos	1	N.A	-	N.A	1	6	107	8	115	(126)	112	(117)
Total	54		209		1		1.850	143	1.993	(1.860)	1.610	(1.628)
Controladora									1.116	(909)	590	(565)
Passivo circulante										(34)		(46)
Passivo não circulante										(875)		(519)
Consolidado									1.993	(1.860)	1.610	(1.628)
Passivo circulante										(139)		(182)
Passivo não circulante										(1.721)		(1.446)

As taxas de juros de utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo, o Grupo reavalia a taxa de juros quando há reavaliação do prazo de arrendamento.

Prazo
1 a 5 anos
6 a 10 anos
11 a 15 anos
Mais de 15 anos

	De	Até
	3,7%	10,1%
	7,5%	12,8%
	8,9%	14,1%
	9,6%	14,3%



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Outras considerações

Em atendimento ao ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	2020	2021	2022	2023	A partir de 2024	Passivo de arrendamento
Inflação projetada	4,37%	3,34%	3,50%	3,25%	3,25%	
Controladora	129	120	100	86	576	1.011
Consolidado	328	301	255	206	957	2.047

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Despesa de juros de arrendamento	Juros de arrendamento considerando fluxos corrigidos pela inflação	Despesa de depreciação do direito de uso	Despesa de depreciação considerando fluxos corrigidos pela inflação
Controladora	74	107	40	62
Consolidado	183	201	173	209

Grupo como arrendador

A controlada Carrefour arrenda suas propriedades para investimentos e galerias comerciais existentes em suas lojas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a controlada Carrefour possuía o seguinte cronograma de recebimentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Dentro de 1 ano	174	126
De 1 a 5 anos	161	201
Grupo como arrendador	335	327



NOTA 16: FORNECEDORES

Políticas contábeis

Fornecedores correspondem principalmente contas a pagar. Eles também incluem contas a pagar que os fornecedores têm transferidos para instituições financeiras como parte de programas de convênios sem direito de regresso. Não existe qualquer diferença substancial na natureza ou nos termos das responsabilidades antes e depois das transações de convênios.

São classificados na categoria outros passivos financeiros e mensurados a custo amortizado, conforme definido no CPC 38 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Nota 28). Fornecedores é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo tendo em conta o vencimento em curto prazo.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Terceiros:				
Fornecedores mercadorias	9.307	7.296	13.358	11.097
Fornecedores diversos	84	82	574	649
Fornecedores de imobilizado	317	239	421	340
Partes relacionadas:				
Carrefour Import S.A.	-	-	64	96
Carrefour Argentina	-	-	5	1
Maison Joannes Boubee	-	-	1	1
Sociedad Compras Modernas	-	-	-	3
Fornecedores	9.708	7.617	14.423	12.187

O Grupo intermedia entre os fornecedores e as instituições financeiras a antecipação das faturas do contas a receber dos fornecedores com o Grupo decorrentes da venda de mercadorias e serviços. A dívida com o fornecedor fica registrada na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não tem diferença de natureza, montantes e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação para a Companhia e suas controladas, sendo de exclusividade o direito e a critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia e suas controladas.

O saldo de títulos vendidos pelos fornecedores em 31 de dezembro de 2020 era R\$ 1.649 milhões na controladora e R\$ 3.176 milhões no consolidado (R\$ 1.680 milhões na controladora e R\$ 2.883 milhões no consolidado em 31 de dezembro 2019).

NOTA 17: IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Políticas contábeis

A despesa de imposto de renda inclui o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados com uma combinação de negócios ou itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Segmento de Varejo e Atacadão

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Nossas controladas Imopar e E-mídia optaram por calcular os lucros tributáveis como uma porcentagem das vendas brutas (lucro presumido). Desta forma, estas controladas calculam o imposto de renda e a contribuição social à alíquota de 32% sobre a receita bruta (atividades gerais) e 100% sobre a receita financeira, aplicando-se as alíquotas estatutárias de imposto de renda e contribuição social (25% e 9% respectivamente).

Segmentos de Soluções Financeiras

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido das instituições financeiras BSF Holding S.A. e Banco CSF S.A. são calculados pelas alíquotas de 15%, acrescidas de um adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$ 240 mil para imposto de renda e 15% sobre o rendimento tributável da contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e de contribuição social, limitados a 30%. Adicionalmente, os créditos tributários foram reconhecidos pelas mesmas alíquotas de imposto de renda e contribuição social de 25% e 15% sobre as diferenças temporárias, exceto aquelas em que a projeção para



realização ocorre após 31 de dezembro de 2020. Estas foram constituídas à alíquota de 20% na hipótese de geração de lucros tributáveis futuros, suficiente para compensar esses créditos fiscais. De acordo com a Lei nº 13.169 / 15, a alíquota de contribuição social das instituições financeiras passou de 15% para 20% no período de setembro de 2015 a dezembro de 2018. A alíquota da Contribuição Social permaneceu em 20%, retornando a 15% a partir de janeiro de 2019. O saldo da Contribuição Social Diferida na empresa de soluções financeiras em 31 de dezembro de 2018 foi calculada considerando a alíquota de 15%, uma vez que é a alíquota pelo qual será realizada.

Após a aprovação da reforma da previdência pelo senado brasileiro em outubro de 2019, a alíquota de contribuição social voltou a ser de 20%, com vigência a partir de janeiro de 2020. Devido a essas alterações, os ativos e passivos fiscais diferidos, cuja realização espera-se ocorrer após esta data, foram reconhecidos considerando a nova alíquota.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou perda do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O valor do imposto a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo fiscal ou um passivo fiscal na melhor estimativa do valor projetado dos impostos a pagar ou a receber e reflete as incertezas relacionadas ao seu cálculo, se houver. É mensurado com base na taxa de imposto promulgada, ou substancialmente aprovada, na data da demonstração do balanço patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos na demonstração do balanço patrimonial consolidado e as respectivas bases fiscais (exceto nos casos específicos mencionados no CPC 32 (IAS 12) e sobre os prejuízos fiscais). São mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao período em que o ativo será realizado ou o passivo será liquidado, com base nas alíquotas e leis tributárias promulgadas até o final do período de relatório. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são descontados e são classificados no balanço patrimonial como "Ativos não circulantes" e "Passivos não circulantes".

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual estes devem ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos a cada data do balanço patrimonial e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A recuperabilidade do imposto de renda e da contribuição social diferidos é avaliada separadamente para cada pessoa jurídica com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros contidas no plano de negócios e o montante de passivos fiscais diferidos no final do período. Uma provisão para desvalorização é registrada para a baixa de ativos tributários diferidos cuja recuperação não é considerada provável.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existem fundamentos legais para compensar ativos ou passivos fiscais correntes, e quando estes se referem a um imposto de renda devido à mesma autoridade tributária sujeita a essa tributação.

Nota 17.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social corrente	(744)	(505)	(1.021)	(880)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(62)	(90)	(60)	(71)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(806)	(595)	(1.081)	(951)

Reconciliação da alíquota efetiva

A alíquota de imposto efetiva consolidada do Grupo para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de 28% (42% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019) e reflete entre outros efeitos, a mudança da alíquota de imposto de renda e contribuição social da controlada Banco CSF de 40% para 45% que entrou em vigor a partir de março de 2020 e ao efeito da provisão referente aos itens básicos no segundo trimestre de 2019. Excluindo os impactos de itens não recorrentes, a alíquota efetiva de imposto teria sido de 27% em 2019, um nível muito semelhante à taxa observada em 2020 (28%).

A conciliação entre a alíquota de imposto efetiva e a alíquota nominal da Controladora e do Consolidado é demonstrada abaixo:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<i>(Em milhões de Reais)</i>				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.477	1.608	3.925	2.279
<i>Alíquota de imposto</i>	<i>-34%</i>	<i>-34%</i>	<i>-34%</i>	<i>-34%</i>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de imposto combinada	(1.182)	(547)	(1.335)	(775)
Diferenças permanentes:				
Juros sobre capital próprio	168	190	168	190
Correção monetária de depósitos judiciais	-	-	16	35
Equivalência patrimonial	180	(182)	-	-
Multas não dedutíveis	19	(54)	19	(137)
Variação da parcela de impostos diferidos não reconhecidos	-	-	63	(209)
Ajuste de despesa de imposto de renda e contribuição social pela taxa anual esperada no exercício completo	-	-	-	30
Diferença de alíquota de imposto na controlada Banco CSF - alíquota nominal de 45% (40% em 31 de dezembro de 2019)	-	-	(65)	(54)
Outras diferenças permanentes	9	(2)	53	(31)
Total	(806)	(595)	(1.081)	(951)
Alíquota efetiva	-23%	-37%	-28%	-42%

Nota 17.2. Impostos diferidos ativos e passivos

A controladora apresenta um passivo fiscal diferido líquido de R\$ 599 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 531 milhões em 31 de dezembro de 2019).

O passivo fiscal diferido líquido, na posição consolidada, é de R\$ 120 milhões em 31 de dezembro de 2020. Variação negativa de R\$ 62 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<i>(Em milhões de Reais)</i>				
Saldo de impostos diferidos ativos	-	-	482	476
Saldo de impostos diferidos passivos	(599)	(531)	(602)	(534)
Saldo líquido de impostos diferidos (passivos)	(599)	(531)	(120)	(58)

Os quadros seguintes apresentam a composição dos impostos diferidos:

	Controladora					
	01/01/2019	Reconhecido em		31/12/2019	Reconhecido em:	
		Resultado do exercício	ORA		Resultado do exercício	ORA
<i>(Em milhões de Reais)</i>						
Depreciação de imobilizado	(130)	(28)	-	(158)	(31)	(189)
Ganhos tributários não realizados	-	(188)	-	(188)	(11)	(199)
Amortização fiscal de ágio	(472)	-	-	(472)	-	(472)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(93)	(99)
Total imposto diferido passivo	(602)	(216)	-	(818)	(135)	(959)
Perdas cambiais não realizadas	-	-	-	-	71	71
Provisões	91	120	-	211	(32)	179
Outras provisões administrativas	4	4	-	8	5	13
Provisão para participação nos lucros	40	(8)	-	32	15	47
Provisão para descontos de vendas em estoque	22	2	-	24	1	25
Plano de pagamento baseado em ações	2	-	-	2	1	3
Outras provisões	1	8	1	10	12	22
Total imposto diferido ativo	160	126	1	287	73	360
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(442)	(90)	1	(531)	(62)	(599)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhões de Reais)	Consolidado						
	01/01/2019	Reconhecido em:		31/12/2019	Reconhecido em:		31/12/2020
		Resultado do exercício	ORA		Resultado do exercício	ORA	
Depreciação de imobilizado	(188)	(26)	-	(214)	(32)	-	(246)
Amortização fiscal de ágio	(618)	-	-	(618)	-	-	(618)
Ganhos tributários não realizados	-	(188)	-	(188)	(30)	-	(218)
Instrumentos financeiros derivativos	(1)	1	1	1	(93)	(2)	(94)
Total imposto diferido passivo	(807)	(213)	1	(1.019)	(155)	(2)	(1.176)
Perdas cambiais não realizadas	-	-	-	-	71	-	71
(-) Impairment de ativos fixos	15	-	-	15	(2)	-	13
Provisões	899	215	-	1.114	1	-	1.115
Prejuízo fiscal	866	18	-	884	(7)	-	877
Provisão para participação nos lucros	87	(8)	-	79	42	-	121
Provisão para descontos de vendas em estoque	153	12	-	165	(23)	-	142
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	159	20	-	179	(114)	-	65
Plano de ações	2	-	-	2	1	-	3
Outras provisões	296	94	-	390	63	-	453
Total imposto diferido ativo	2.477	351	-	2.828	32	-	2.860
Total de impostos diferidos líquidos	1.670	138	1	1.809	(123)	(2)	1.684
Impostos diferidos ativos não reconhecidos	(1.658)	(209)	-	(1.867)	63	-	(1.804)
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	12	(71)	1	(58)	(60)	(2)	(120)

Nota 17.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos

Os ativos não reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizaram R\$ 1.804 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.867 em 31 de dezembro de 2019), incluindo R\$ 735 milhões referentes a prejuízos fiscais (R\$ 819 milhões em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 1.069 milhões em diferenças temporárias (R\$ 1.048 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos ativos fiscais diferidos do Grupo com base nas: i) reversões de diferenças tributáveis futuras; e ii) expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, sendo que para as empresas do segmento de Varejo, o estudo técnico de viabilidade foi aprovado pela Administração:

(Em milhões de Reais)	Impostos diferidos ativos reconhecidos		Impostos diferidos ativos não reconhecidos	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2021	240	673	-	-
2022	60	184	-	-
2023	60	199	-	-
2024	-	-	-	108
2025	-	-	-	248
2026-2028	-	-	-	299
2029-2031	-	-	-	160
2032-2034	-	-	-	160
2035-2037	-	-	-	160
2038-2040	-	-	-	160
A partir de 2041	-	-	-	509
	360	1.056	-	1.804



NOTA 18: IMPOSTO DE RENDA A PAGAR, PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do exercício, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recursos da entidade para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. O valor da provisão é estimado com base na natureza da obrigação e no desfecho mais provável, conforme uma análise feita caso a caso, exceto por uma parte de reclamações trabalhistas, cuja provisão é estimada com base nas perdas históricas.

Os passivos contingentes, que não são reconhecidos no balanço patrimonial, são definidos como:

- Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Grupo; ou
- Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque (i) não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou (ii) o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O Grupo divulga o ativo contingente, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Em 1º de janeiro de 2019 entrou em vigência interpretação técnica ICPC 22 /IFRIC 23 sobre incertezas sobre o tratamento de imposto de renda. A controlada Carrefour Soluções Financeiras S.A. questiona o adicional de 6% de contribuição social cobrado de instituições financeiras.

De acordo com a nova norma, a provisão que é feita sobre essa discussão, passou a ser contabilizado na rubrica de imposto de renda e contribuição a pagar no passivo não circulante.

Nota 18.1. Movimentação das provisões

(Em milhões de Reais)	Controladora				
	31/12/2019	Atualizações e juros	Adições / (reversões)	Utilização	31/12/2020
Tributárias	553	3	(121)	(43)	392
Trabalhistas	45	9	13	(17)	50
Cíveis	31	5	(2)	(3)	31
Benefícios pós-emprego	11	1	3	-	15
Provisões	640	18	(107)	(63)	488

(Em milhões de Reais)	Consolidado					
	31/12/2019	Atualizações e juros	Adições / (reversões)	Utilização	Reclassificação	31/12/2020
Tributárias (b)	3.109	58	(131)	(150)	(152)	2.734
Trabalhistas	293	56	108	(177)	-	280
Cíveis	315	30	(11)	(66)	-	268
Compromissos contingentes (a)	115	-	202	-	-	317
Benefícios pós-emprego	15	1	3	-	-	19
Total	3.847	145	171	(393)	(152)	3.618

(Em milhões de Reais)	31/12/2019	Atualizações e juros	Adições / (reversões)	Utilização	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social a pagar (nota 18.2.1)	466	10	34	-	510

(a) A provisão sobre os compromissos contingentes refere-se às linhas de créditos concedidas aos clientes dos cartões Carrefour e Atacado a nossa empresa de segmentos financeiros, apresentadas na nota 33.

(b) O valor de reclassificação, de contingências para impostos a pagar, refere-se ao montante que será pago no primeiro trimestre de 2021 da adesão do programa de anistia no Estado do Rio de Janeiro.

As empresas do Grupo estão envolvidas em certo número de processos judiciais, administrativos e reclamações no curso normal dos negócios. As empresas também estão sujeitas a auditorias fiscais que podem resultar em autos de infração. As principais reclamações e processos judiciais são descritas a seguir. Em cada caso, o risco é avaliado pela Administração do Grupo e seus assessores jurídicos.



Litígios e processos judiciais

O Grupo está envolvido em litígios fiscais, trabalhistas, previdenciários, cíveis e processos judiciais.

Nota 18.2. Litígios tributários provisionados

O Grupo possui autos de infração e demandas judiciais relacionados a matérias fiscais nas esferas municipais, estaduais e federal. Para aquelas em que há uma estimativa de perda provável, foram constituídas provisões em montante considerado suficiente para cobrir decisões desfavoráveis.

Em 31 de Dezembro de 2020, as principais demandas tributárias sujeitas a provisões eram:

Nota 18.2.1. Contribuição social sobre o lucro (CSLL)

O Banco CSF discute judicialmente a constitucionalidade da majoração de alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido a que as instituições financeiras estão sujeitas. O *leading* case que discutia este tema no Supremo Tribunal Federal foi julgado improcedente, em caráter definitivo, contra os contribuintes em junho deste ano. Portanto, o Banco CSF espera resultado semelhante na sua ação.

Em 31 de dezembro de 2020 a provisão constituída, atualizada pela correção monetária, totalizava R\$ 510 milhões (466 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Os valores referentes a esta provisão foram pagos via depósitos judiciais, apresentados na nota 11.

Nota 18.2.2. PIS e COFINS

A sistemática da não-cumulatividade para a apuração e pagamento de PIS e COFINS está em vigor desde 2002. Nesse regime, o contribuinte tem o direito de deduzir o montante de PIS e COFINS pagos em estágios anteriores da cadeia produtiva daqueles a pagar no estágio atual. Em 2004, o Carrefour optou por discutir judicialmente o aproveitamento integral de créditos de PIS e COFINS de determinados custos e despesas necessários para suas atividades. O Carrefour reconhece créditos de PIS e COFINS sobre itens em disputa e como o desfecho da mencionada demanda judicial ainda é incerto, o Carrefour reconheceu provisão para determinados créditos e também efetuou depósito judicial da importância envolvida, em bases mensais.

Em setembro de 2018, o Carrefour deixou de reconhecer créditos de PIS e COFINS sobre determinados itens em disputa, cessando assim a necessidade de reconhecimento de provisão adicional e respectivos depósitos judiciais.

Os valores referentes a esta provisão estão depositados judicialmente, conforme apresentado na Nota 11.

Nota 18.2.3. ICMS Cesta Básica

Em 16 de outubro de 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou que parte dos créditos tributários originados na aquisição de produtos da cesta básica deveria ser estornada. Esta decisão foi publicada pelo STF em 13 de fevereiro de 2015, com efeito de repercussão geral, impactando todos os contribuintes. Os contribuintes apresentaram embargos de declaração visando, inclusive, a modulação dos efeitos da decisão, para que esta produza efeitos a partir da conclusão final do recurso.

Em 9 de maio de 2019, o STF rejeitou os embargos de declaração, apresentados pelo contribuinte no caso principal (RE 635.688). Como resultado, não houve modulação dos efeitos do estorno de parte dos créditos reconhecidos sobre as transações de períodos anteriores dessa decisão. Desta forma, parte substancial das adições de provisões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 refere-se à provisão registrada em decorrência da mudança de estimativa de probabilidade de perda de possível para provável em relação à matéria (Nota 18.2.5 e Nota 25).



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 06 de junho de 2019, os contribuintes envolvidos nesta causa apresentaram novos embargos de declaração que foram novamente rejeitados.

Conforme mencionado na Nota 25, a Companhia e suas controladas aderiram a programas de anistia fiscal concedidos por determinados estados durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, os quais incluíram débitos relacionados a este tema.

Nota 18.2.4. Outras contingências fiscais

A Companhia e suas controladas receberam outras autuações fiscais que, após análise, foram classificadas como "perdas prováveis". Os principais tópicos envolvidos são: (i) ICMS - créditos indevidos, demandas entre os estados referentes à concessão de benefícios fiscais (guerra fiscal), créditos sobre energia elétrica, falta de pagamento e obrigações acessórias, (ii) Aplicação do Fator Acidentário de Prevenção - "FAP", (iii) Pedido eletrônico de restituição, ressarcimento, reembolso e compensação - "PER/DCOMP", e (iv) Outras causas menos relevantes.

Nota 18.2.5. Resumo dos litígios fiscais provisionados

Os litígios tributários do Grupo provisionados, por natureza de tributo é apresentada no quadro abaixo.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(510)	(466)
PIS e COFINS	(21)	(19)	(1.325)	(1.292)
ICMS	(351)	(511)	(1.220)	(1.708)
Outros tributos	(20)	(23)	(189)	(109)
Total das provisões tributárias	(392)	(553)	(3.244)	(3.575)
Depósitos judiciais oferecidos em garantia (notas 18.2.1 e 18.2.2)	-	-	2.015	1.894
Provisões tributárias líquidas de depósitos dados em garantia	(392)	(553)	(1.229)	(1.681)

Durante o ano de 2019, o Grupo aderiu a programas de anistia fiscal lançados pelos estados do Maranhão, Rio Grande do Sul e São Paulo. O valor total de pagamentos feitos nestes programas foi de R\$ 31 milhões na controladora e R\$ 109 milhões no consolidado. A reversão bruta das provisões, devido a benefícios da anistia, totalizaram R\$ 33 milhões na controladora e R\$ 96 milhões no consolidado.

O Grupo aderiu a programas de anistia fiscais lançados, no ano de 2020, em alguns estados, principalmente no Mato Grosso do Sul e no Rio de Janeiro. O valor total envolvido nestes programas é de R\$ 91 milhões na controladora e R\$ 550 milhões no consolidado, cujos pagamentos realizados durante o exercício de 2020 totalizam R\$ 32 milhões na controladora e R\$ 41 milhões no consolidado e previstos para o exercício de 2021 totalizam R\$ 1 milhão na controladora e R\$ 152 milhões no consolidado. A reversão correspondente de provisão para perda, decorrente dos benefícios da anistia, no montante de R\$ 58 milhões na controladora e R\$ 357 milhões no consolidado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Os efeitos das referidas reversões estão apresentados na Nota 25.

Nota 18.3. Disputas relacionadas a empregados (trabalhistas) provisionadas

O Grupo é parte de vários processos trabalhistas e procedimentos administrativos, iniciados por ex-empregados, terceiros, associações profissionais e Ministério Público, envolvendo, basicamente reclamações em relação à jornada de trabalho, entre outras obrigações previstas na legislação trabalhistas. Tais demandas envolvem o pagamento de horas extras, vínculo empregatício e outros efeitos correlacionados, além de solicitações de associações profissionais e do Ministério Público, para comprovar o cumprimento da legislação trabalhista e ajuste de conduta.



Demandas de ex-empregados e empregados terceirizados

Devido ao número significativo de processos trabalhistas, a provisão é calculada, considerando um histórico de perdas para avaliar o montante envolvido para casos em fase inicial e inferiores a R\$ 1 milhão. Baseado em banco de dados das empresas do Grupo referentes aos processos concluídos nos últimos dois anos e segregando os empregados pelas principais categorias, uma média sobre os pagamentos efetuados sobre os montantes reclamados é calculada e aplicada para novas reclamações. Além disto, para os casos cujas reclamações trabalhistas são superiores a R\$ 1 milhão, a expectativa de perda, incluindo o montante a ser registrado, é individualmente analisado por assessores jurídicos internos e externos do Grupo.

Nenhuma reclamação trabalhista individualmente é considerada como material pelo Grupo.

Processos coletivos movidos por associações profissionais e pelo Ministério Público

As ações judiciais ou administrativas movidas por associações profissionais e pelo Ministério Público são avaliadas caso a caso e as provisões são constituídas em quantidade suficiente quando necessário.

Nenhuma das ações movidas por associações ou Ministério Público é considerada individualmente material pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2020, as provisões para processos trabalhistas totalizavam R\$ 280 milhões (R\$ 293 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Nota 18.4. Disputas legais e comerciais (cível) provisionadas

O Grupo está sujeito a auditorias regulares pelas autoridades responsáveis pela supervisão do cumprimento das leis aplicáveis ao setor varejista e pelo Conselho Administrativo e Defesa Econômica (CADE). Podem também surgir litígios com fornecedores em decorrência de interpretações divergentes das disposições legais ou contratuais.

Nota 18.5. Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo está envolvido em outras contingências tributárias, cíveis e previdenciárias, cujas perdas foram consideradas como possíveis pela Administração com o suporte de assessores jurídicos externos, e, portanto, não provisionadas, no valor de R\$ 3.710 milhões na Controladora (R\$ 3.529 milhões em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 8.451 no Consolidado (R\$ 8.684 milhões em 31 de dezembro de 2019). Considerando o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido de passivos contingentes para o Grupo é de R\$ 3.237 milhões na Controladora (R\$ 3.056 milhões em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 7.859 milhões no Consolidado (R\$ 8.096 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Nota 18.5.1. Tributários

Os passivos contingentes tributários são:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e Contribuição social	2.974	2.920	3.183	3.236
PIS e COFINS	88	87	1.595	1.806
ICMS	486	461	2.901	2.981
Outros tributos	161	61	772	661
Total	3.710	3.529	8.451	8.684

Os principais tópicos que compõem os passivos contingentes tributários referem-se a: (i) Dedutibilidade de amortização de ágio, (ii) Alteração de regime de tributação de variação cambial para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, (iii) Tributação de ICMS sobre cupons cancelados e créditos de ICMS em disputa no Estado de São Paulo, (iv) Reconhecimento de



créditos de PIS/COFINS sobre determinadas despesas, bem como tributação de PIS/COFINS sobre bonificações recebidas de fornecedores, e (v) Imposto sobre transmissão de bens Imóveis – ITBI.

Os casos mais relevantes são apresentados a seguir:

Dedutibilidade de amortização de ágio no Atacadão S.A (IRPJ e CSLL)

A Companhia tem sido questionada desde junho 2013 quanto à amortização do ágio para fins fiscais referentes à aquisição do Atacadão ocorrida em 2007.

O principal questionamento das autoridades fiscais brasileiras refere-se à dedutibilidade da amortização do ágio decorrente da aquisição do Atacadão em 2007. A referida aquisição foi realizada por meio de uma holding brasileira a qual foi, posteriormente, incorporada pelo Atacadão. Além disso, os autos de infração também reivindicam valores de IRPJ / CSLL relativos: (a) as despesas financeiras referentes à dívida que foi inicialmente registrada pela holding brasileira e, posteriormente, transferida para o Atacadão; e (b) ao montante de Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) pago pelo Atacadão aos seus acionistas, desproporcionalmente à participação detida pelos acionistas. Este auto de infração foi contestado pela Companhia.

Para o primeiro caso, durante o primeiro semestre de 2016, uma decisão parcialmente favorável foi proferida, em esfera administrativa, reduzindo o risco total do auto de infração, quanto à dedutibilidade das despesas financeiras e multa qualificada. Com a exclusão dos valores cancelados (por meio da parte favorável do julgamento), em decorrência das decisões, a cobrança mantém-se em R\$ 1.998 milhões em dezembro de 2020 (R\$ 1.964 milhões em 31 dezembro de 2019).

Em julho de 2017, a Companhia recebeu decisão desfavorável em instância final administrativa quanto aos demais pontos (dedutibilidade da amortização do ágio, multa isolada e JCP) e deu prosseguimento à defesa na esfera judicial. Em outubro de 2017, a Companhia ingressou com medida judicial para continuar a discussão jurídica, bem como garantiu o montante envolvido por meio do oferecimento de seguro-garantia.

Em julho de 2018, foi proferida decisão judicial de primeira instância desfavorável com relação aos juros sobre capital próprio – “JCP”. Em face desta decisão, a Companhia apresentou recurso, e não há alteração na avaliação de risco.

Adicionalmente, quanto à mesma operação, a Companhia recebeu um segundo auto de infração complementar em 2016, relativa aos períodos de 2012 e 2013. Não existem períodos subsequentes sujeitos a questionamentos por parte das autoridades tributárias pertinentes a essa matéria.

Com relação ao segundo auto de infração mencionado acima, em fevereiro de 2018, a Companhia obteve decisão administrativa parcialmente favorável no CARF quanto à (i) dedução das despesas de juros; e (ii) redução da multa qualificada de 150% para 75%. Quanto aos temas da amortização do ágio e da distribuição dos juros sobre capital próprio (“JCP”), o CARF manteve o posicionamento desfavorável. Atualmente há recursos da Companhia e das autoridades fiscais pendentes de julgamento. Em dezembro de 2019 a Companhia, em sede de Recurso Especial no CARF, ganhou definitivamente a redução da multa qualificada de 150% para 75%, mantendo a discussão para os demais temas. Esta decisão resultou em uma redução de R\$ 120 milhões. Em junho de 2020 a Companhia ingressou com medida judicial para continuar a discussão jurídica, bem como garantiu o montante envolvido por meio de oferecimento de seguro-garantia. Em 31 de dezembro de 2020 o valor referente a este auto era de R\$ 705 milhões (R\$ 693 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, o montante total em disputa era de R\$ 2.705 milhões (R\$ 2.658 milhões em 31 de dezembro de 2019), considerando o imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido para a Companhia é de R\$ 2.232 milhões (R\$ 2.185 em dezembro de 2019).



Alteração de regime de tributação da variação cambial

A Companhia recebeu autos de infração pertinente ao período de 2015 e 2016 relacionados ao Imposto de Renda e Contribuição Social. As autoridades fiscais federais questionaram a mudança do regime de reconhecimento das variações cambiais e seus efeitos.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante total destes autos de infração era de R\$ 269 milhões (R\$ 262 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Cálculo de imposto sobre cupons cancelados no Carrefour (ICMS)

O Carrefour recebeu autos de infração do Estado de São Paulo para os anos calendários de 2006 a 2010, referentes à suposta falta de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, quando do cancelamento de cupons fiscais.

Tais cancelamentos resultam de situações nas quais os clientes do Carrefour eventualmente desistem da compra dos produtos no caixa ou devido ao programa denominado "Compromisso Público Carrefour", por meio do qual o Carrefour adota preço inferior comprovado e apresentado pelo cliente, em um produto idêntico àquele a ser comprado numa loja Carrefour.

A defesa do Carrefour tem consistido em demonstrar, por amostragem, que cada cancelamento registrado, possui a documentação requerida. Na data da emissão destas demonstrações contábeis, apenas dois casos haviam sido julgados na esfera judicial, um com decisão favorável ao Carrefour. Para o segundo caso, a Fazenda Estadual apresentou recurso. Os demais processos aguardam julgamento seja na esfera administrativa ou na esfera judicial.

Em dezembro de 2020 o Carrefour constituiu uma provisão de R\$ 128 milhões baseada em casos que já receberam decisões desfavoráveis, ainda que não definitivas.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo deste passivo contingente era de R\$ 1.576 milhões (R\$ 1.813 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Créditos tributários disputados no Carrefour (ICMS)

Os centros de distribuição de São Paulo receberam autuações referentes a supostos créditos indevidos de ICMS, referente ao ano de 2008. As Autoridades alegaram que tais créditos haviam sido reconhecidos em 2008 através de Guia de Informação e Apuração do ICMS – "GIA's", e também registrados nos livros fiscais sem a devida documentação (notas fiscais). Em 31 de dezembro de 2020, o valor total das autuações recebidas era de R\$ 509 milhões (433 milhões em dezembro de 2019).

Créditos tributários decorrentes de determinadas despesas (PIS e COFINS)

A controlada Carrefour recebeu autuações fiscais referentes ao reconhecimento de créditos tributários sobre determinadas despesas. O valor total das autuações fiscais era de R\$ 1.020 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 999 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Dedutibilidade da amortização do ágio no Carrefour (IRPJ)

No decorrer de suas atividades econômicas, o Grupo Carrefour adquiriu nove redes de supermercados entre os anos de 1998 a 2001, que foram posteriormente incorporadas ao Carrefour. Estas transações geraram o registro de ágio que foi amortizado para fins fiscais.

Referente à matéria e para os anos de 2007 a 2013, a autoridade tributária questiona a dedutibilidade da amortização do ágio, reconhecida pelo Carrefour, considerando os fundamentos legais estabelecidos pela Lei n. 9.249/1995, Decreto n. 1.598/1977 e normas de contabilidade. O ponto principal da discussão é a comprovação de pagamento feito pelo Carrefour para as aquisições realizadas e alocação das despesas de ágio. Adicionalmente, os autos de infração tratam também sobre as despesas de provisões não dedutíveis e a redução do lucro tributável.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em janeiro de 2017, o CARF decidiu, por unanimidade, a favor do Carrefour: (i) sobre a dedutibilidade do ágio (2009 a 2012) relacionado a duas das nove aquisições; e (ii) relativa à redução do lucro tributável. O Grupo está aguardando a publicação da decisão. As demais aquisições ainda aguardam julgamento.

Em setembro de 2017, a Câmara Superior do CARF, para o período de 2007, manteve a decisão parcialmente favorável quanto à dedutibilidade do ágio (2007) referente às duas aquisições e relativo ao lucro tributável, entretanto, a Câmara julgou improcedente a dedutibilidade do ágio para as demais aquisições.

Em outubro de 2017, foi publicado o acórdão e o Carrefour apresentou recurso Embargos de Declaração que foram julgados e a Câmara Superior do CARF manteve a decisão parcialmente favorável.

Em março de 2018, o processo foi encerrado na esfera administrativa e a Receita Federal do Brasil constituiu a cobrança do débito remanescente com base nos efeitos da decisão parcialmente favorável. A Companhia está seguindo com a discussão na esfera judicial e apresentou seguro garantia.

Em dezembro de 2018, a controlada Carrefour recebeu um auto de infração sobre o mesmo tema, mas relacionado ao ano-calendário de 2013. Nesse caso, considerando que o Carrefour tinha prejuízo fiscal, a autoridade tributária identificou o valor que não deveria ter sido amortizado no período de 2013 (R\$ 69 milhões) e determinou que o Carrefour fizesse os ajustes na base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A defesa administrativa foi apresentada em janeiro de 2019.

Em abril de 2019, a subsidiária Carrefour obteve uma decisão favorável no caso da amortização de ágio decorrente da aquisição da Companhia "Eldorado". Neste caso, a Câmara Superior do CARF aceitou nosso recurso em última instância cancelando totalmente o auto de infração no montante de R\$ 62 milhões (ágio 2008 a 2012).

Em 31 de dezembro de 2020 o valor total das autuações recebidas era de R\$ 209 milhões (R\$ 212 milhões em 31 de dezembro de 2019) considerando o imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido para a Companhia é de R\$ 94 milhões (R\$ 97 milhões em dezembro de 2019).

Bonificação de fornecedores recebida pelo Carrefour

Como prática comum no varejo, o Carrefour recebe descontos comerciais de seus fornecedores e considera tais valores como redução de custos e despesas. O Carrefour recebeu autos de infração, pertinentes aos anos de 2007 e 2008, nos quais a autoridade fiscal considerou que parte destes créditos deveria ser tratada como receita e conseqüentemente sujeitos à tributação de PIS e COFINS.

No primeiro semestre de 2020, o Carrefour obteve duas decisões parcialmente favoráveis em razão de inconsistências nos autos de infração, resultando na redução de R\$ 81 milhões do valor total das autuações, porém estas decisões ainda estão pendentes de recurso na esfera administrativa.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total das autuações recebidas pelo Carrefour era de R\$ 487 milhões (R\$ 559 milhões em dezembro de 2019).

Imposto sobre transmissão de bens Imóveis – ITBI – Carrefour

O município de São Paulo cobra do Carrefour o ITBI supostamente incidente na transferência de imóveis realizadas através do aumento de capital (integralização de capital).

Basicamente, o ponto principal de discussão é a imunidade fiscal referente ao ITBI prevista na Constituição Federal (artigo 156) às operações de transferência imobiliária, através de aumento de capital das empresas. Em sua defesa, o Carrefour demonstrou que todas as propriedades foram



transferidas como aumento de capital e que tais transferências não estão sujeitas à tributação do ITBI e a ocorrência da prescrição das cobranças.

No primeiro trimestre de 2020 o CCI obteve ganho parcial em 2 casos deste tema o que ocasionou uma redução de R\$ 12 milhões no valor discutido. No terceiro trimestre o CCI também obteve ganho de um processo o que ocasionou uma redução de R\$ 34 milhões em um caso de ITBI discutido contra o município de São Paulo.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total das autuações recebidas pelo Carrefour era de R\$ 236 milhões (R\$ 266 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Nota 18.5.2. Cíveis

Processo administrativo

Conforme Fato Relevante publicado no dia 22 de agosto de 2019, a Companhia tomou conhecimento da existência de dois processos investigativos iniciados por um promotor de justiça do Estado de São Paulo (GEDEC) contra funcionários públicos do Município de São Paulo e empregados da Companhia (que desde então foram demitidos ou suspensos), referente às condições para a renovação das licenças de operação de sua sede e duas lojas. Esses dois processos criminais não envolvem a Companhia.

Em 27 de junho de 2020, o Município de São Paulo notificou o Atacadão S.A. da abertura de um processo administrativo contra a Companhia, instaurado com base em um dos dois procedimentos descritos acima, sob o qual nenhuma denúncia foi apresentada pelo GEDEC contra empregados ou ex-empregados da Companhia. Com base nas circunstâncias de conhecimento da Companhia até o momento, foi concluído que não existem ajustes a serem feitos nas demonstrações financeiras em relação ao tema.

Caso Hiper Porto Alegre

Foi instaurado um processo-crime contra três funcionários da empresa de segurança terceirizada que trabalhavam no local e três ex-funcionários da loja (desde então demitidos). A controlada Carrefour não está envolvida neste processo penal. Dada à natureza racial invocada, o Carrefour é, na esfera cível, objeto de diversas investigações e ações de indenização por danos coletivos de órgãos públicos e associações. Até o presente momento, não foi possível estimar razoavelmente os valores envolvidos no caso devido subjetividade do tema. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

NOTA 19: RECEITA DIFERIDA

Em junho de 2016, a Companhia celebrou com sua controlada indireta o Banco CSF S.A., acordo operacional pelo prazo de dezesseis anos para a criação de um novo cartão de crédito, o "Cartão Atacadão", além de possibilitar a oferta, distribuição e comercialização, de produtos e soluções financeiras do Banco Carrefour aos clientes da Companhia.

Essa parceria propiciou o ingresso de R\$ 825 milhões no caixa da Companhia em setembro de 2016. Esse montante foi pago pela exclusividade e pelo uso da base de dados de clientes da Companhia, durante o período em que vigorar o acordo operacional, e pela viabilização da operação e oferta desses serviços nas lojas do Atacadão. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos será apropriado ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato, tendo sido registrado em 31 de dezembro de 2016 como receita diferida o valor de R\$ 825 milhões.

Por se tratar de uma transação com uma controlada indireta, o valor dessa receita diferida na Companhia foi reconhecido somente no limite da participação do minoritário na BSF Holding S.A, controladora direta do Banco CSF S.A.

O montante registrado na controladora referente a essa transação é de R\$ 300 milhões (R\$ 27 milhões no passivo circulante e R\$ 273 milhões no passivo não circulante). O saldo de outras receitas diferidas é de R\$ 4 milhões, totalizando R\$ 304 milhões na rubrica de Receita diferida em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 28 milhões no passivo circulante e R\$ 276 milhões no passivo não circulante).



Em 31 de dezembro de 2019 o saldo registrado era de R\$ 325 milhões (R\$ 26 milhões no passivo circulante e R\$ 299 milhões no passivo não circulante).

Em 03 de novembro de 2020 lançamos o Programa "Minhas Recompensas", conectado a todos os formatos de lojas do Carrefour (hipermercados, supermercados, conveniência, postos de gasolina, drogarias), e-commerce (alimentar e não alimentar) e o banco. Neste, os clientes podem acumular moedas virtuais e trocá-las, durante o período de três meses, por inúmeros benefícios, seja em vouchers de desconto em compras ou para uso em nossos parceiros, de forma a gerar economias na cesta como um todo. As moedas recebidas por clientes são reconhecidas como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo das moedas emitidas, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dessas moedas. A mesma é reconhecida no resultado quando as moedas são resgatadas, momento no qual os custos incorridos devido à entrega das recompensas também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que as moedas expiram.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante registrado no consolidado referente essa transação é de R\$ 18 milhões no passivo circulante.

NOTA 20: PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota 20.1. Gestão de capital

Os objetivos de gestão de capital (capital próprio e capital de dívida) são:

- Assegurar que o Grupo possa continuar a funcionar como empresa em atividade, nomeadamente mantendo elevados níveis de recursos líquidos;
- Otimizar os retornos dos acionistas; e
- Manter a alavancagem adequada a fim de minimizar o custo de capital e manter a solvência do Grupo a um nível que lhe permita acessar a uma vasta gama de fontes e instrumentos de financiamento.

Para manter ou ajustar seu endividamento, o Grupo pode assumir novos empréstimos ou liquidar os empréstimos existentes, ajustar o dividendo pago aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, comprar ações ou vender ativos para utilizar os rendimentos para pagar dívidas.

O Banco CSF deve ter capital próprio suficiente para cumprir os indicadores de adequação de capital e as regras mínimas de capital estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Nota 20.2: Capital social e ações em tesouraria

Nota 20.2.1. Capital social

Emissão de ações

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu 543.451 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal com o valor de emissão de R\$ 11,70 por ação, em função do exercício de opções de compra de ações no âmbito de Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, Plano "Pré-IPO", descrito na nota 31.

O capital social da Companhia aumentou de R\$ 7.643 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7.649 milhões em 31 de dezembro de 2020, representado por 1.985.199.050 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social por quantidade de ações em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é apresentada abaixo:



<i>Quantidade de ações</i>	31/12/2020		31/12/2019	
Acionistas				
Carrefour Nederland B.V.	770.832.970	39%	770.832.970	39%
Carrefour S.A.	651.400.000	33%	651.400.000	33%
Península II Fundo de Investimento em Participações	152.070.854	8%	176.665.454	9%
Free Float	410.895.226	20%	385.757.175	19%
Total	1.985.199.050	100%	1.984.655.599	100%

Nota 20.2.2. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pelo Grupo e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço do Grupo em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços, são transações de capital com os sócios. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para: *i)* absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros; *ii)* resgate, reembolso ou compra de ações; *iii)* resgate de partes beneficiária; *iv)* incorporação ao capital; e *v)* pagamento de dividendo cumulativo.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total da reserva de capital era de R\$ 2.193 milhões (R\$ 2.178 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Efeito dos planos de ações e de opções liquidável em ações

O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 43 milhões (R\$ 28 milhões em 31 de dezembro de 2019) correspondente ao efeito do plano de opções liquidável em ações da Companhia e ao plano de benefício liquidável com ações da controladora final da Companhia (Carrefour S.A.) apresentados na nota 31.

Nota 20.2.3. Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários

Montante decorrente da transação entre acionistas em 2014, ocasionando a incorporação das quotas da Brepa Comércio e Participações Ltda. "Brepa", que era a controladora anterior do Grupo Carrefour Brasil, pela Companhia, originado na aquisição de participações minoritárias no Carrefour Comércio e Indústria Ltda. pela Brepa.

Nota 20.2.4. Reserva legal e retenção de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 383 milhões (R\$ 249 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia.

Nota 20.2.5. Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- (i) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge (Nota 28.8);
- (ii) Variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes; e
- (iii) Variação líquida acumulada de provisão de benefícios pós-emprego aos funcionários do Grupo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos ou passivos a que elas se referem.

Nota 20.3. AÇÕES EM TESOURARIA

Políticas contábeis

As ações em tesouraria são registradas pelo custo como uma dedução do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas com vendas de ações em tesouraria (e o respectivo efeito tributário) são registrados diretamente no patrimônio líquido sem afetar o lucro líquido do exercício.

Não havia ações em tesouraria no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Nota 20.4. DIVIDENDOS

Políticas contábeis

O Estatuto da Companhia prevê que, no mínimo, 0,1% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio ("JSCP") é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa nº 17.2).

Controladora

Em 20 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a proposta de distribuição de lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 482 milhões que equivale a R\$ 0,24 por ação. Descontada às antecipações feitas durante o ano de 2019, restando o valor de R\$ 12 milhões pagos no ano de 2020. A proposta de distribuição foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária de 14 de abril de 2020 e o pagamento das ações ocorreu em 15 de junho de 2020 aos acionistas que faziam parte da composição acionária do dia 21 de maio de 2020.

Em 27 de julho de 2020, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de JSCP, no montante de R\$ 482 milhões a título de antecipação da distribuição do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 12 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a proposta de distribuição de lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 1.241 milhões que equivale a R\$ 0,63 por ação. Descontada às antecipações feitas durante o ano de 2020, resta o valor de R\$ 759 milhões que será distribuído ao longo exercício de 2021.

(Em milhões de Reais)	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	2.671	1.013
Reserva legal	(134)	(51)
Lucro líquido ajustado, de acordo com a lei das S.A.s	2.537	962
Dividendo proposto	1.241	482
	49%	50%

Controlada BSF holding

O valor dos dividendos mínimos obrigatórios da controlada BSF holding, referente ao ano de 2019, é R\$ 161 milhões, dos quais o valor de R\$ 82 milhões foi pago a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R\$ 79 milhões ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor registrado como dividendos a pagar era R\$ 184 milhões (R\$ 90 milhões eliminados à parcela devida ao Carrefour Comercio e Indústria Ltda.), devido à resolução



4.820 do Conselho Monetário Nacional de 29 de maio de 2020, que vetou a distribuição de lucros de instituições financeiras em montantes superiores ao dividendo mínimo obrigatório, for revertida à provisão no montante de R\$ 23 milhões (R\$ 11 milhões eliminados a parcela devida ao Carrefour Comercio e Indústria Ltda.).

O valor dos dividendos mínimos obrigatórios da controlada BSF holding, referente ao ano de 2020, é R\$ 100 milhões, dos quais o valor de R\$ 51 milhões será pago a controlada direta Carrefour Comercio e Indústria Ltda. e o valor de R\$ 49 milhões a ser pago ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A.

Nota 20.5. NÃO CONTROLADORES

Em 31 de dezembro de 2019, os acionistas não controladores possuem participação de 49% do capital social da controlada BSF Holding S.A. detida pelo Banco Itaú Unibanco S.A. A BSF holding detém 100% do capital social do Banco CSF S.A, cujo objeto é o fornecimento, distribuição e comercialização de produtos e soluções financeiras.

Desde 13 de março de 2020, passaram a compor estas informações financeiras individuais e consolidadas os saldos contábeis da Cotabest Informação e Tecnologia S.A. A Companhia detém 51% das ações desta investida.

NOTA 21: LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (PARTICIPAÇÃO DOS CONTROLADORES)

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, o resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o exercício.

As ações em tesouraria, descritas na Nota 20.3, não são consideradas em circulação e, portanto, são deduzidas do número de ações utilizado para os cálculos de lucro por ação. As ações emissíveis de forma contingente são tratadas como em circulação e incluídas no cálculo do resultado básico por ação somente a partir da data em que todas as condições necessárias estejam satisfeitas. O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro líquido, ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O número médio ponderado de ações considera os efeitos das emissões de ações ordinárias em função do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações, Plano "Pré-IPO", descrito na nota 31.

A tabela a seguir mostra o cálculo do resultado por ação ordinária:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores (Em milhões de Reais)	2.671	1.328
Quantidade média ponderada de ações em circulação (em milhões)	1.985	1.983
Denominador básico (em milhões)	1.985	1.983
Opções de compra de ações (em milhões)	2	5
Denominador diluído (em milhões)	1.987	1.988
Lucro básico por ação (em R\$)	1,35	0,67
Lucro diluído por ação (em R\$)	1,35	0,67



NOTA 22: RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Políticas contábeis

Receitas ("Receita operacional líquida") compreendem receitas líquidas e outras receitas.

As vendas líquidas correspondem exclusivamente às vendas realizadas por meio das lojas do Grupo, e-commerce, postos de gasolina e farmácias.

As outras receitas compreendem as receitas de atividades bancárias (incluindo serviços e comissões: em apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, como agente de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular, taxas de cartões bancários e taxas de organização de linhas de crédito tradicionais e renováveis), receitas de desenvolvimento imobiliário, taxas de agência de viagens, aluguéis de centros comerciais e taxas de franquia.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais).

A receita é reconhecida se:

- Sobre as vendas de mercadorias, (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A constituição e recomposição do ajuste a valor presente é registrada na rubrica de contas a receber e tem a contrapartida a rubrica de receita operacional líquida. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais.
- Sobre as vendas de serviços, (i) No período em que o serviço é prestado (serviços e comissões: em apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, como agente de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular), os pagamentos são apresentados em uma base líquida e reconhecidos na declaração da renda quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para o Grupo, e quando as quantidades podem ser mensuradas de forma confiável (ii) as receitas de soluções financeiras do Banco CSF S.A. (taxas de cartão bancário e comissões de crédito tradicional e rotativo, entre outras, autorizadas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN) são reconhecidas ao longo da vigência do contrato (iii) a receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Programa de fidelidade

As moedas recebidas por clientes são reconhecidas como redutor da receita de vendas. O valor é estimado com base no valor justo das moedas emitidas, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dessas moedas. A mesma é reconhecida no resultado quando as moedas são resgatadas, momento no qual os custos incorridos devido à entrega das recompensas também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que as moedas expiram.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta	52.014	42.236	78.812	66.261
Impostos sobre receitas	(4.782)	(3.853)	(7.621)	(6.197)
Receita operacional líquida	47.232	38.383	71.191	60.064

Nota 22.1 Vendas líquidas

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas brutas de vendas	51.821	42.055	74.751	62.220
Impostos sobre vendas	(4.759)	(3.832)	(7.085)	(5.701)
Vendas líquidas antes do programa de fidelidade	47.062	38.223	67.666	56.519
Programa de fidelidade	-	-	(26)	-
Vendas líquidas	47.062	38.223	67.640	56.519



Nota 22.2 Outras receitas

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas brutas	-	-	3.326	3.340
Impostos e deduções	-	-	(415)	(395)
Receitas de transações financeiras	-	-	2.911	2.945
Serviços e comissões	172	159	587	491
Receita de alugueis	21	22	170	210
Impostos sobre vendas	(23)	(21)	(117)	(101)
Outras receitas	170	160	3.551	3.545

NOTA 23: CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, SERVIÇOS PRESTADOS E OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Políticas contábeis

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos comerciais recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística e outros custos (principalmente custos dos serviços prestados pela empresa de Soluções financeiras). Os descontos comerciais de fornecedores são mensurados com base nos acordos negociados com os mesmos.

O Grupo reconhece descontos comerciais somente quando há evidência de acordos com fornecedores, o valor pode ser confiavelmente mensurado e sua realização é provável. Com base no histórico dos descontos comerciais sobre as compras, o Grupo estima o montante registrado como redutor do custo dos estoques.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pelo Grupo, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

O custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a depreciação de ativos relacionados às prestações de serviços.

O custo das operações financeiras compreende as provisões de perdas com perdas de crédito esperadas em ativo financeiro e perdas operacionais.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo das mercadorias vendidas	(40.156)	(32.458)	(56.028)	(46.667)
Depreciação	(13)	(10)	(52)	(50)
Outros custos	-	-	(1.193)	(898)
Custos das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras	(40.169)	(32.468)	(57.273)	(47.615)

Outros custos compreendem em sua grande maioria a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras determinadas conforme critérios descritos na nota 28.7. O valor destas provisões, líquido de reversões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, é R\$ 1.160 milhões (R\$ 904 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019).

NOTA 24: DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS E DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.592)	(3.219)	(8.360)	(7.744)
Depreciação e amortização	(460)	(426)	(1.040)	(1.022)
Despesas com vendas, depreciação e amortização	(4.052)	(3.645)	(9.400)	(8.766)



Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas são as seguintes:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesa com benefícios a empregados	(2.158)	(1.918)	(4.498)	(4.031)
Despesa de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais (a)	(18)	(5)	(28)	(7)
Aluguéis	(45)	(35)	(54)	(67)
Serviços de terceiros	(245)	(123)	(1.404)	(1.404)
Custos de manutenção e reparação	(295)	(264)	(659)	(576)
Energia, água e gás	(387)	(366)	(653)	(631)
Comissão de cartão de crédito	(86)	(69)	(218)	(164)
Outras despesas	(358)	(439)	(846)	(864)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.592)	(3.219)	(8.360)	(7.744)

- (a) As despesas reconhecidas como pagamento baseado em ações corresponde (i) ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de outorga (R\$ 11 milhões na Controladora e R\$ 16 milhões no Consolidado) e (ii) ao valor do imposto de renda retido na fonte a ser pago pelo Grupo em nome dos empregados e aos encargos sociais.

Depreciação e amortização

Incluindo a depreciação da área de logística reconhecida no custo de vendas, as despesas e custos totais de depreciação e amortização reconhecidas na demonstração de resultado individual e consolidado totalizaram respectivamente R\$ 473 milhões e R\$ 1.092 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 436 milhões e R\$ 1.072 milhões em 31 de dezembro de 2019), como segue:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado	(453)	(420)	(902)	(898)
Intangíveis	(7)	(6)	(127)	(112)
Propriedade de investimento	-	-	(11)	(12)
Depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento	(460)	(426)	(1.040)	(1.022)
Depreciação da área logística	(13)	(10)	(52)	(50)
Depreciação e amortização	(473)	(436)	(1.092)	(1.072)

NOTA 25: OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

Políticas contábeis

Outras receitas (despesas) são apresentadas em linha separada da demonstração de resultados. As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos (i)	10	17	(105)	(32)
Custos de reestruturação (ii)	(3)	(4)	(26)	(70)
Receitas relativas a demandas judiciais (iii)	149	536	574	755
Despesas relativas a demandas judiciais (iv)	-	(522)	(366)	(1.529)
Custos em transações de aquisição de empresas e ativos (v)	(33)	(16)	(33)	(25)
Outras despesas (vi)	-	2	(50)	-
Outras receitas (despesas)	123	13	(6)	(901)
Outras receitas	149	551	574	755
Outras despesas	(26)	(538)	(580)	(1.656)

- (i) Os "Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos" podem conter (i) o resultado das perdas por *impairment* de ativos quando resultando dos testes de valor recuperável (ii) despesas ou receitas referentes ao valor líquido dos ativos alienados (iii) despesas relacionadas à baixa de ativos para quais não temos mais expectativa de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação, identificados durante inventários, ou no caso de sinistros, remodeling de nossas lojas, etc. O saldo em 31 de dezembro de 2020, em sua maior parte é decorrente da baixa devido à troca do sistema da plataforma de e-commerce.
- (ii) Os custos de reestruturação são relacionados com projetos de melhoria da eficiência operacional cujos custos são referentes aos honorários de consultorias e custos de desligamento.
- (iii) Valor refere-se principalmente a: (a) Reversão dos pagamentos de provisões após o pagamento sob a anistia descrita na nota 18.2.5 e outras reversões tributárias devido à decadência de Cesta Básica (Nota 18.2.3); e (b) Decisão favorável em causa



Notas explicativas às demonstrações financeiras

civil. Em 2019, o valor refere-se a principalmente ao ganho decorrente de créditos de PIS e COFINS referente ao julgamento favorável da ação de exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 9).

- (iv) Valor refere-se em sua maior parte a: (a) Provisão baseada em decisões desfavoráveis dos autos de infração referente ao imposto sobre cupons cancelados (nota 18); (b) Decisão do STF referente ao pagamento de IPI por varejistas retroativa há 5 anos; e (c) Provisão baseada em decisões desfavoráveis referente a pagamento de COFINS. Em 2019, o valor refere-se em sua maior parte a: (a) Perda decorrente da revisão de probabilidade de perda do não estorno de créditos tributários reconhecidos sobre produtos da Cesta Básica (Nota 18), líquido da reversão de pagamentos sobre programas de anistia lançados no ano; e (b) Despesa com provisão para realização ao valor recuperável de créditos tributários (Nota 9).
- (v) Refere-se principalmente a compra de ativos do Makro Atacadista S.A.
- (vi) Valor refere-se principalmente aos gastos oriundos do incidente ocorrido na loja de Porto Alegre em Novembro (conforme mencionado na Nota 3).

NOTA 26: DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Receitas sobre aplicações financeiras	37	12	47	21
Atualização monetária de depósitos judiciais	3	18	66	125
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	823	-	823	-
Outras receitas financeiras	27	24	12	35
Total das receitas financeiras	890	54	948	181
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(128)	(144)	(138)	(169)
Juros sobre arrendamentos	(74)	(39)	(183)	(109)
Juros de antecipação de cartão de crédito	-	-	(89)	(126)
Comissão de carta de fiança	(1)	-	(28)	(41)
Atualização monetária das provisões para contingências	(10)	(26)	(136)	(202)
Variação cambial sobre financiamentos e contas a pagar	(574)	-	(607)	-
Juros sobre instrumentos derivativos	(61)	-	(61)	-
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(248)	-	(248)	-
Imposto sobre transações financeiras	(5)	(3)	(7)	(7)
Outras despesas financeiras	(1)	(9)	(30)	(29)
Total das despesas financeiras	(1.102)	(221)	(1.527)	(683)
Despesas financeiras líquidas	(212)	(167)	(579)	(502)

A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira junto a sua coligada, Carrefour Finance, na Bélgica e instituições financeiras no exterior. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos (contratos a termo, NDFs ou Swap em Euros e Dólares) designados como hedge para proteção contra perdas cambiais conforme descritos na nota 28.8.

Os ganhos e perdas cambiais que são compensados por ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos, como resultado de nossa estrutura de hedge, descrita na nota 28.8, são apresentados abaixo.

<i>(Em milhões de reais)</i>	Controladora e Consolidado
Perda com variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (a)	(572)
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	575
Variação cambial e derivativos, impacto líquido	3

- (a) Não incluí variação cambial sobre demais ativos e passivos financeiros.



NOTA 27: ALTERAÇÕES NO FLUXO DE CAIXA

Variações nas demonstrações dos fluxos de caixa são demonstradas abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora				Consolidado			
	31/12/2020			2019	31/12/2020			2019
	Saldo final	Saldo inicial	Varição	Varição	Saldo final	Saldo inicial	Varição	Varição
(-) Contas a receber	(907)	(861)	(46)	(93)	(1.334)	(1.211)	(123)	(304)
(-) Estoques	(5.238)	(3.649)	(1.589)	(290)	(7.709)	(5.949)	(1.760)	(817)
+ Fornecedores	9.392	7.378	2.014	848	14.002	11.847	2.155	1.727
(-) Impostos a recuperar	(2.805)	(2.348)	(457)	(1.032)	(4.822)	(4.203)	(619)	(1.411)
(-) Depósitos judiciais	(106)	(108)	2	1	(2.401)	(2.382)	(19)	(151)
+ Obrigações trabalhistas	378	308	70	11	891	690	201	39
+ Impostos a pagar	159	118	41	(40)	531	282	249	9
(-) Outros ativos operacionais	(144)	(80)	(64)	(13)	(826)	(661)	(165)	(51)
+ Outros passivos operacionais	975	1.149	(174)	511	4.635	4.768	(133)	1.253
+ / (-) Instrumentos financeiros derivativos (a)	-	-	-	-	(13)	5	(18)	3
+ Outros ajustes:								
<i>Varição de ativos e passivos reconhecidas em outros resultados abrangentes, antes dos impostos</i>	-	-	-	(5)	-	-	20	(1)
<i>Ganhos e perdas relativas a demandas judiciais</i>	-	-	149	(12)	-	-	208	(762)
<i>Aquisição de ações em controladas e controladas em conjunto</i>	-	-	-	-	-	-	-	(21)
Varição em ativos e passivos operacionais	1.704	1.907	(54)	(114)	2.954	3.186	(4)	(487)
(-) Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (*)	-	-	-	-	(9.874)	(8.866)	(1.008)	(2.283)
+ Operação com cartão de crédito	-	-	-	-	7.757	6.927	830	1.857
Outras variações sem impacto no caixa	-	-	-	-	-	-	-	(59)
Crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras	-	-	-	-	(2.117)	(1.939)	(178)	(485)

(*) Montante inclui provisão para perdas por redução ao valor recuperável, líquido de reversões, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 somaram o montante de R\$ 1.160 milhões (R\$ 904 milhões em 31 de dezembro de 2019).

NOTA 28: INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contábeis

Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- instrumento de dívida ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA)
- instrumento patrimonial ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA);
- ou ao Valor Justo no Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao



pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja valor justo, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

O Grupo não detinha nenhum ativo classificado como custo amortizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 28.8). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros a custo amortizado ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Em caso de queda prolongada ou significativa do valor de um instrumento de capital próprio ou de uma diminuição dos fluxos de caixa estimados de um instrumento de dívida, uma perda por impairment é reconhecida na demonstração de resultados. Se em um período subsequente, o impairment diminuir, a perda por impairment anteriormente reconhecida é liberada da seguinte forma:

- para instrumentos de capital próprio (ações e outros): através de "Outros resultados abrangentes";
- para instrumentos de dívida (obrigações, notas e outros): sempre que se verifique um aumento nos fluxos de caixa futuros estimados através de resultados por um montante que não exceda a perda por *impairment* previamente reconhecida.

O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi determinado com base nas informações fornecidas pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais).

Perda de crédito esperada

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a



- ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro renegociado com mais de 30 dias de atraso.

O período máximo na estimativa de perda de crédito é o período durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito e há expectativa de recuperação significativa dos valores a receber.

Aumento significativo no risco de crédito

A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: o tipo e as características do produto, considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

- Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias, ou aumento da probabilidade de default maior do que quatro vezes desde a concessão de crédito;
- Estágio 2 para estágio 3: atraso superior a 90 dias, exceto para a carteira de renegociações, que utiliza 30 dias de atraso como parâmetro para migração de estágio.

Cada instrumento financeiro tem suas características de aumento significativo de risco avaliadas individualmente pela Companhia para fins de classificação em estágios. Os parâmetros de provisionamento atribuídos aos instrumentos financeiros, nos diferentes estágios, são dados por modelagem coletiva, por agrupamentos com base em características de risco de crédito homogêneas.

Cenários Macroeconômicos

Essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições de mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

Ativos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo

Os principais ativos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo são os seguintes:

- contas a receber (Nota 6);
- crédito ao consumidor concedido pela nossa empresa de soluções financeiras (Nota 7);
- outras contas a receber.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado quando for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os juros pagos sobre empréstimos e cessão de recebíveis são classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Passivos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo

Os principais passivos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo são os seguintes:

- empréstimos: Os "Empréstimos a Longo Prazo" e os "Empréstimos de Curto Prazo" incluem obrigações e títulos emitidos pelo Grupo, passivos de locação financeira, outros empréstimos bancários descobertos e passivos financeiros relacionados com créditos securitizados para os quais o risco de crédito é mantido pelo Grupo (Nota 28.3);
- fornecedores (Nota 16);
- passivo de arrendamento (Nota 15);
- operações com cartão de crédito (Nota 7.2);
- dividendos a pagar (Nota 20.4); e
- outras contas a pagar: as outras contas a pagar classificadas no passivo circulante correspondem a todas as outras contas a pagar operacionais (principalmente despesas de benefícios de pessoal acumuladas e valores devidos a fornecedores de ativos não circulantes) e diversas responsabilidades.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o



instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('forward points') é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda, euros e dólares para reais, sendo assim a designação para hedge de valor justo. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômica uma dívida em % do CDI em reais no balanço da Companhia.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de hedge é ou será reconhecido. O objeto de hedge, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo no resultado. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('forward points') é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido (ORA).

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, uma vez que os termos do swap de taxa de juros correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa (ou seja, montante nominal, prazo, pagamento). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de hedge, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do hedge, o Grupo usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire, ou seja, vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que seja objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

Metodologia de cálculo de valor justo

Para a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (NDFs), o método de fluxo de caixa descontado foi aplicado com base nas informações obtidas da *Bloomberg*. O Grupo avaliou a possibilidade de utilização das taxas da *BM&F Bovespa*; entretanto, considerando os vencimentos das operações em aberto na data do cenário econômico atual, a informação da *BM&F Bovespa* apresentou uma volatilidade que não refletiu os fatos, e o Grupo decidiu usar informações da *Bloomberg*.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota 28.1. Instrumentos financeiros por categoria

As tabelas a seguir mostram em detalhes a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros, conforme previsto no CPC 46 (IFRS13) e a respectiva mensuração:

Controladora						
Em 31 de dezembro de 2020						
Divisão por categoria						
(Em milhões de Reais)	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJIH	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	2	2.131	2.131	-	-	2.131
Contas a receber		907	-	907	-	907
Instrumentos financeiros derivativos	2	301	-	-	301	301
Empréstimos a controladas	2	1.019	-	1.019	-	1.011
Outras contas a receber		83	-	83	-	83
Ativo		4.441	2.131	2.009	301	4.433
Fornecedores		9.708	-	9.708	-	9.708
Empréstimos	2	3.658	1.673	1.985	-	4.122
Passivo de arrendamento		909	-	909	-	909
Outras contas a pagar		184	-	184	-	184
Passivo		14.459	1.673	12.786	-	14.923

Controladora						
Em 31 de dezembro de 2019						
Divisão por categoria						
(Em milhões de Reais)	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	Valor Justo	
Caixa e equivalentes de caixa	2	3.372	3.372	-	-	3.372
Contas a receber		861	-	861	-	861
Outras contas a receber		64	-	64	-	64
Ativo		4.297	3.372	925	4.297	
Fornecedores		7.617	-	7.617	-	7.617
Empréstimos	2	2.519	-	2.519	-	2.698
Passivo de arrendamento		565	-	565	-	565
Outras contas a pagar		184	-	184	-	184
Passivo		10.885	-	10.885	11.064	

Consolidado							
Em 31 de dezembro de 2020							
Divisão por categoria							
(Em milhões de Reais)	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJIH	VJORA	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	2	5.672	5.672	-	-	-	5.672
Títulos e valores mobiliários	2	358	-	-	-	358	358
Contas a receber	2	1.334	334	1.000	-	-	1.334
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	3	9.874	-	9.874	-	-	9.878
Instrumentos financeiros derivativos	2	301	-	-	301	-	301
Outras contas a receber		275	-	275	-	-	275
Ativo		17.814	6.006	11.149	301	358	17.818
Fornecedores		14.423	-	14.423	-	-	14.423
Empréstimos	2	3.918	1.673	2.245	-	-	4.382
Passivo de arrendamento		1.860	-	1.860	-	-	1.860
Operações com cartão de crédito	2	7.757	-	7.757	-	-	7.742
Dividendos a pagar		49	-	49	-	-	49
Outras contas a pagar		433	-	433	-	-	433
Instrumentos financeiros derivativos	2	13	-	-	13	-	13
Passivo		28.453	1.673	26.767	13	-	28.902



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Consolidado							
Em 31 de dezembro de 2019							
Divisão por categoria							
<i>(Em milhões de Reais)</i>	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJIH	VJORA	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	2	5.322	5.322	-	-	-	5.322
Títulos e valores mobiliários	2	297	-	-	-	297	297
Contas a receber		1.211	-	1.211	-	-	1.211
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras		8.866	-	8.866	-	-	8.866
Outras contas a receber		253	-	253	-	-	253
Ativo		15.949	5.322	10.330	-	297	15.949
Fornecedores		12.187	-	12.187	-	-	12.187
Empréstimos	2	2.856	-	2.856	-	-	3.018
Passivo de arrendamento		1.628	-	1.628	-	-	1.628
Operações com cartão de crédito		6.927	-	6.927	-	-	6.927
Dividendos a pagar		90	-	90	-	-	90
Outras contas a pagar		428	-	428	-	-	428
Instrumentos financeiros derivativos	2	5	-	-	5	-	5
Passivo		24.121	-	24.116	5	-	24.283

Os métodos e premissas utilizados nas mensurações do valor justo classificadas no Nível 3 da hierarquia do valor justo são apresentados abaixo:

Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras:

Carteira em dia sem juros: levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva Swap DI Pré trazida a valor presente pela taxa DI over. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em dia com juros: levada a valor futuro pela taxa média do CSF informada ao BACEN em seus vértices de vencimento. Trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência desta demonstração financeira.

Carteira em atraso: levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva Swap DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI over. Ambas com data de referência desta demonstração financeira.

O Banco CSF apura a provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro segundo as orientações do IFRS9. No conceito IFRS9 a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração. Assim, a provisão IFRS9, relativa à carteira local, é deduzida da carteira a valor justo.

Nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os diversos níveis entre 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Nota 28.2. Descrição dos principais riscos financeiros aos quais estamos expostos

Nossos principais riscos associados aos instrumentos financeiros que nós utilizamos são os riscos de liquidez, taxa de juros, moeda e crédito. Devido à sua especificidade e à existência de um conjunto específico de regulamentos fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), os riscos financeiros decorrentes de nossas atividades bancárias (Banco CSF) são administrados separadamente daqueles relacionados aos segmentos de negócios de Varejo e Atacadão.

Nossa Tesouraria Corporativa e o Departamento Financeiro supervisionam as necessidades de liquidez e financiamento de nossos três segmentos de negócios e mantêm contato com o Departamento de Tesouraria e Financeiro específico de cada um de nossos segmentos de negócios.

Nosso Departamento de Tesouraria e Financeiro é responsável pela implementação da estratégia definida pela nossa Administração, estabelecendo e analisando a divulgação de nossas posições financeiras, monitorando os riscos financeiros decorrentes de nossos diversos segmentos de negócios, definindo e fiscalizando a adequada implementação das normas que regem a nossa exposição financeira.



Nota 28.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não poder liquidar seus passivos financeiros quando vencerem. Nós gerenciamos nosso risco de liquidez assegurando, na medida do possível, que dispomos, em qualquer momento, de ativos líquidos disponíveis suficientes para liquidar, considerando nossas linhas de crédito, nossos passivos quando de sua data de vencimento, quaisquer que sejam as condições de mercado. As projeções do fluxo de caixa do Grupo são monitoradas de forma contínua, para melhor ajustar os recursos disponíveis, bem como antecipar quaisquer eventos que possam afetar a nossa liquidez. Nós diversificamos nossas fontes de financiamento, através da contratação de empréstimos e da venda de recebíveis, junto a instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020, nosso saldo de caixa e equivalentes de caixa e valores mobiliários atuais totalizaram R\$ 6.030 milhões (R\$ 5.619 milhões em 31 de dezembro de 2019) e para enfrentar necessidades inesperadas de liquidez de curto prazo, nós também detínhamos duas linhas bancárias comprometidas de respectivamente R\$ 100 milhões e 525 milhões de euros (Atacadão). Os empréstimos do Grupo são detalhados no quadro abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado		Taxa de juros	Vencimento final
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		
Circulante						
<i>Em moeda estrangeira</i>						
Carrefour Finance	480	-	480	-	VC + 0,6% a.a.	01/2021 e 02/2021
Resolução n.º 4131	6	-	6	-	1% a 2,4% a.a.	04/2022 a 04/2023
<i>Em moeda local</i>						
Debêntures	-	9	-	9	104% CDI	04/2021
Debêntures	2	4	2	4	106% CDI	04/2023
Debêntures	3	6	3	6	CDI + 0,45 a 0,65 a.a.	06/2022 a 06/2026
Letras financeiras	-	-	83	-	106% CDI	06/2021
	491	19	574	19		
Não circulante						
<i>Em moeda estrangeira</i>						
Resolução n.º 4131	1.667	-	1.667	-	1% a 2,4% a.a.	04/2022 a 04/2023
<i>Em moeda local</i>						
Debêntures	-	1.000	-	1.000	104% CDI	04/2021
Debêntures	500	500	500	500	106% CDI	04/2023
Debêntures	1.000	1.000	1.000	1.000	CDI + 0,45 a 0,65 a.a.	06/2022 a 06/2026
Letras financeiras	-	-	177	337	106% CDI	12/2023
	3.167	2.500	3.344	2.837		
Total	3.658	2.519	3.918	2.856		

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, nenhum dos empréstimos estava sujeito a quaisquer cláusulas de *covenants* financeiros e todas as obrigações contratuais estavam cumpridas pela Companhia.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros incluindo juros dos passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhões de Reais)	Controladora					
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	9.708	9.708	-	-	-	9.708
Empréstimos	3.658	494	1.431	2.023	287	4.235
Passivo de arrendamento	909	137	142	393	2.385	3.057
Outras contas a pagar	184	175	-	-	9	184
Total do passivo	14.459	10.514	1.573	2.416	2.681	17.184

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhões de Reais)	Controladora					
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	7.617	7.617	-	-	-	7.617
Empréstimos	2.519	19	1.182	1.658	305	3.164
Passivo de arrendamento	565	90	92	292	2.586	3.060
Outras contas a pagar	184	184	-	-	-	184
Total do passivo	10.885	7.910	1.274	1.950	2.891	14.025



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhões de Reais)

	Consolidado					Total
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	14.423	14.423	-	-	-	14.423
Empréstimos	3.918	577	1.514	2.117	287	4.495
Passivo de arrendamento	1.860	348	357	894	3.545	5.144
Operações de cartão de crédito	7.757	7.534	223	-	-	7.757
Dividendos a pagar	49	49	-	-	-	49
Outras contas a pagar	433	410	14	-	9	433
Instrumentos financeiros derivativos	13	13	-	-	-	13
Total do passivo	28.453	23.354	2.108	3.011	3.841	32.314

Em 31 de dezembro de 2019

(Em milhões de Reais)

	Consolidado					Total
	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	12.187	12.187	-	-	-	12.187
Empréstimos	2.856	327	1.222	1.658	305	3.512
Passivo de arrendamento	1.628	298	305	892	4.504	5.999
Operações de cartão de crédito	6.927	5.941	986	-	-	6.927
Dividendos a pagar	90	90	-	-	-	90
Outras contas a pagar	428	414	14	-	-	428
Instrumentos financeiros derivativos	5	5	-	-	-	5
Total do passivo	24.121	19.262	2.527	2.550	4.809	29.148

Segmento Atacado

Emissão de debêntures

Em 25 de abril de 2018, foi realizada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries ("Primeira Série", e "Segunda Série", respectivamente) da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), totalizando o montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) na data de emissão. Em 21 de novembro de 2019, foi realizada a segunda emissão de debêntures simples, totalizando o montante de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) na data de emissão.

A emissão foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476. A Emissão é destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da legislação vigente.

Características das Debêntures:

Tipo de emissão	Valor de emissão (Em milhões de Reais)	Em circulação (quant.)	Data de Emissão	Vencimento	Encargos anuais	Preço Unitário (em R\$)	Valor contábil (Em milhões de Reais)
1ª Emissão - 1ª série	1.000	1.000.000	25/04/2018	25/04/2021	104,40% CDI	1.000	-
1ª Emissão - 2ª série	500	500.000	25/04/2018	25/04/2023	105,75% CDI	1.000	502
2ª Emissão - 1ª série	450	450.000	21/11/2019	23/06/2022	CDI + 0,45 a.a.	1.000	451
2ª Emissão - 2ª série	350	350.000	21/11/2019	20/06/2024	CDI + 0,55 a.a.	1.000	351
2ª Emissão - 3ª série	200	200.000	21/11/2019	18/06/2026	CDI + 0,65 a.a.	1.000	201

O valor nominal unitário das Debêntures será integralmente liquidado da respectiva data de vencimento das Debêntures. A remuneração das 1ª e 2ª séries serão pagas semestralmente, sem carência, a partir da data de emissão, no dia 25 dos meses de abril e outubro de cada ano, o primeiro pagamento ocorreu em 25 de outubro de 2018 e o último na data de vencimento da respectiva série.

Uso dos recursos:

O objetivo desta emissão é o alongamento do perfil de dívida da Companhia com um custo competitivo. Os recursos foram integralmente utilizados para o pagamento antecipado de dívidas existentes. Esta emissão não implica nenhum aumento no nível de endividamento atual da Companhia.



Pagamentos:

Em 28 de dezembro 2020, a Companhia realizou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures dos Debenturistas da Primeira Série da primeira emissão.

Captação de empréstimos

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, a Companhia captou empréstimo no montante de € 250 milhões junto à sua coligada Carrefour Finance, na Bélgica. Esta captação se deu através da utilização da linha de crédito contratada em dezembro de 2019. A taxa de juros do empréstimo é de 0,60% a.a. com vencimentos em janeiro e fevereiro de 2021. Em dezembro de 2020, foi pago em antecipação o montante de € 125 milhões.

Em 16 de abril de 2020, a Companhia captou empréstimos junto a instituições financeiras no exterior que totalizam o equivalente a R\$ 1,5 bilhões (€ 202 milhões e US\$ 73 milhões). Os contratos têm vencimento em 24 e 36 meses e taxa de juros que variam de 1,17% a 2,4% ao ano.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de cobertura da sua exposição ao risco de variação cambial, estes instrumentos são designados para contabilidade de hedge, conforme descritos na nota 28.8.

Segmento Soluções Financeiras

O risco de liquidez do Banco CSF é monitorado dentro de uma estratégia de liquidez aprovada pela Administração.

A situação de refinanciamento do Banco CSF é avaliada com base em normas internas, indicadores e regulamentações.

Os objetivos de gestão do risco de liquidez são:

- assegurar que as necessidades de refinanciamento sejam satisfeitas, com base em avaliações mensais dos excedentes ou insuficiências de caixa projetados durante um período de três anos, comparando as previsões estáticas das facilidades de financiamento comprometidas com as previsões dinâmicas de empréstimos;
- cumprir com as regras do BACEN, aumentando os índices de cobertura de liquidez, através de um processo que visa proporcionar uma melhoria sustentável da qualidade dos ativos investindo em um fundo especial qualificado para inclusão no cálculo do índice e alongamento do vencimento dos passivos a fim de melhorar o financiamento estável líquido; e
- diversificar as fontes de refinanciamento para incluir linhas de crédito bancário, questões do mercado monetário e emissões de letra financeira.

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco CSF consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecendo um retorno satisfatório. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco CSF detém R\$ 358 milhões de títulos públicos (R\$ 297 milhões em 31 de dezembro de 2019). O Banco CSF considera a posição de liquidez como sólida.

Com o objetivo de melhorar a performance de funding as suas atividades, o Banco CSF emitiu também captações, classificadas como dívida operacional na rubrica de operações com cartão de crédito, e descritas abaixo:

- Em 11 de junho de 2018, o Banco CSF concluiu a 2ª emissão de letras financeiras, no valor total de R\$ 700 milhões, em duas séries: R\$ 300 milhões com vencimento em junho de 2020 (à taxa de 104% do DI) já liquidadas e R\$ 400 milhões com vencimento em 2021 (à taxa de 104,75% do DI). Ambas com pagamentos de juros semestrais.
- Em 22 de outubro de 2019, foi feita nova emissão de letras financeiras, no valor de R\$ 500 milhões, em duas séries, sendo: 1ª série no valor de R\$ 387 milhões, com vencimento em 2021, à taxa de 100% do DI + 0,34% a.a., e a 2ª série no valor de R\$ 113 milhões, com vencimento 2023, à taxa de 100% do DI + 0,54% a.a. Ambas com pagamentos de juros semestrais.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

- Em 28 de dezembro de 2020, o Banco CSF emitiu letras financeiras (LTEL-LFG - Resolução nº 4.795, de 2 de abril de 2020) de R\$ 284 milhões, com data de vencimento em Dezembro de 2021, à taxa de 100% do DI + 0,6% a.a.

O saldo de R\$ 260 milhões (R\$ 83 milhões no passivo circulante e R\$ 177 no passivo não circulante) de letras financeiras, considera a dívida financeira para a operação de compra do direito de exclusividade do cartão Atacadão, conforme descrito na nota 19.

Nota 28.4. Conciliação dos passivos resultantes das atividades de financiamento

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora	Consolidado
	Empréstimos	Empréstimos
Saldo em 1º de janeiro de 2019	1.517	1.913
Captação de empréstimos	2.866	3.088
Amortização de empréstimos	(1.866)	(2.088)
Juros pago sobre empréstimos e cessão de recebíveis	(142)	(292)
Variações nos fluxos de caixa de financiamento	858	708
Juros e variação cambial sobre empréstimos e cessão de recebíveis	144	295
Outras variações não caixa	-	(60)
Total variação não caixa	144	235
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.519	2.856

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora	Consolidado
	Empréstimos	Empréstimos
Saldo em 1º de janeiro de 2020	2.519	2.856
Captação de empréstimos	2.662	3.177
Amortização de empréstimos	(2.049)	(2.641)
Juros pago sobre empréstimos e cessão de recebíveis	(176)	(275)
Variações nos fluxos de caixa de financiamento	437	261
Juros e variação cambial sobre empréstimos e cessão de recebíveis	702	801
Total variação não caixa	702	801
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.658	3.918

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora	Consolidado
	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento
Saldo em 1º de janeiro de 2019 (reconhecimento inicial)	282	887
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	39	109
Adições de financiamento	374	998
Baixa na revisão de vida útil de contratos	(21)	(86)
Outras variações não caixa	(1)	(16)
Total variação não caixa	348	995
Amortização de principal – contratos de arrendamento	(30)	(152)
Amortização de juros – contratos de arrendamento	(35)	(102)
Variações nos fluxos de caixa de atividades financiamento	(65)	(254)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	565	1.628

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora	Consolidado
	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento
Saldo em 1º de janeiro de 2020	565	1.628
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	74	183
Adições e baixas de financiamento	357	344
Outras variações não caixa	-	(5)
Total variação não caixa	431	522
Amortização de principal – contratos de arrendamento	(13)	(109)
Amortização de juros – contratos de arrendamento	(74)	(181)
Variações nos fluxos de caixa de atividades financiamento	(87)	(290)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	909	1.860

Nota 28.5. Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juros. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida utilizando como premissa uma taxa base do CDI de 1,90% na data destas demonstrações financeiras. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração avalia internamente uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 10%, 25% e 50%, respectivamente, no risco variável até a data de vencimento de tais instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2020

		Controladora					
<i>(Em milhões de Reais)</i>		Baixo			Alto		
Exposição		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	1.686	(3)	(7)	(14)	3	7	14
Empréstimos	(1.505)	3	7	15	(3)	(7)	(15)
Exposição líquida	181	-	-	1	-	-	(1)

		Consolidado					
<i>(Em milhões de Reais)</i>		Baixo			Alto		
Exposição		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	5.059	(8)	(21)	(42)	8	21	42
Títulos e valores mobiliários	358	(1)	(2)	(3)	1	2	3
Empréstimos	(1.765)	3	9	17	(3)	(9)	(17)
Exposição líquida	3.652	(6)	(14)	(28)	6	14	28

Em 31 de dezembro de 2019

		Controladora					
<i>(Em milhões de Reais)</i>		Baixo			Alto		
Exposição		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	2.776	(15)	(37)	(74)	15	37	74
Empréstimos	(2.519)	15	39	77	(15)	(39)	(77)
Exposição líquida	257	-	2	3	-	(2)	(3)

		Consolidado					
<i>(Em milhões de Reais)</i>		Baixo			Alto		
Exposição		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	4.567	(24)	(61)	(121)	24	61	121
Títulos mobiliários	297	(2)	(4)	(9)	2	4	9
Empréstimos	(2.856)	18	44	88	(18)	(44)	(88)
Exposição líquida	2.008	(8)	(21)	(42)	8	21	42

Nota 28.6. Risco de câmbio

Em 2020 a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira (Euros) junto à sua coligada Carrefour Finance, na Bélgica e junto à instituições financeiras no exterior (Euros e Dólares). O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de cobertura da sua exposição ao risco de variação cambial, estes instrumentos são designados para contabilidade de hedge, conforme descritos na nota 28.8.

Além disso, o Grupo, através da controlada CCI, efetua importação de mercadorias em Euros e Dólares para as quais existem NDFs (veja nota 28.8). Os fornecedores a pagar (importações) denominados em moeda estrangeira eram de R\$ 111 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 142 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Nota 28.7. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de não recebermos os valores registrados em investimentos correntes, em contas a receber, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e outras contas a receber. Para minimizar possíveis perdas com inadimplência de suas contrapartes, o Grupo adota políticas de gestão rigorosas, incluindo a análise da contraparte e as regras de diversificação. Estas transações são realizadas em instituições financeiras com *rating* de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

A Companhia e suas controladas estabeleceram como política de gestão de risco de crédito trabalhar com instituições financeiras que possuam, no mínimo, um rating A- (escala nacional) e B- (em escala global Standard & Poor's) ou equivalente, avaliado pelas seguintes agências de rating: Fitch Ratings, Standard & Poor's ou Moody's. De forma complementar e não excludente à análise do rating, a alocação dos investimentos respeita limites máximos por rating, por patrimônio líquido da instituição e por concentração de contrapartes, este limitado a 30% do total de investimentos disponíveis.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita no quadro abaixo, considerando o rating o mais conservador da Standard & Poor's ou equivalente em escala nacional:

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AAA	1.811	2.755	4.865	4.302
AA+	113	200	113	200
AA	207	416	689	817
Sem Rating	-	-	5	3
Caixa e equivalentes de caixa	2.131	3.372	5.672	5.322

Segmento de Varejo e Atacado

Contas a receber

As contas a receber correspondem principalmente a valores a receber de clientes (para produtos entregues e cartões de crédito), fornecedores (principalmente descontos) e inquilinos de unidades de shopping centers (aluguel).

As perdas por *impairment* são reconhecidas quando necessário, com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o montante devido e a idade do crédito a receber. Frente a uma situação sem precedentes (shoppings e galerias permaneceram fechados desde o fim de março, dependendo do estado onde era locado, a reabertura começou a ocorrer de forma gradativa a partir de junho), o Grupo registrou provisão adicional sobre os aluguéis referentes ao período de pandemia.

Composição do saldo de contas a receber e vencidas e a vencer

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Vencido				
Até 30 dias	10	14	31	20
30-90 dias	1	1	77	12
91-180 dias	-	2	35	9
Acima de 180 dias	13	12	162	40
Total vencidos	24	29	305	81
Total a vencer	773	606	926	815
Total de Contas a receber de clientes	797	635	1.231	894
Verbas comerciais a receber	125	241	220	382
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(15)	(15)	(117)	(67)
Total de Contas a receber	907	861	1.334	1.211

Investimentos (equivalentes de caixa e outros ativos financeiros correntes)

No que diz respeito ao risco de crédito relativo aos títulos e valores mobiliários, nossa Administração entende que este é limitado, uma vez que as instituições financeiras envolvidas receberam elevadas notas das agências de risco de crédito.

Segmento de Soluções Financeiras

Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (Gestão de risco de crédito)

Para proteger-se do risco de inadimplência dos clientes, o Banco CSF utiliza-se de sistemas e processos para checar a qualidade e capacidade de pagamento de seus clientes. Esses sistemas e processos incluem, mas não se limitam às seguintes funções:

- Ferramentas de tomada de decisão como, por exemplo, softwares de análise de crédito, ferramentas de simulação de receitas e despesas e procedimentos de checagem de histórico de crédito;
- Bases de dados de indagação de histórico positivo e negativo de crédito, quando existente;
- Gestão ativa da base de clientes existente (ex.: aumento e redução de linha de crédito, autorizações, vendas combinadas, etc.);



Notas explicativas às demonstrações financeiras

- Gestão ativa de processos de recebimento;
- Monitoramento de risco de crédito e sistemas de controle; e
- O Departamento de Risco de Crédito é responsável por todos esses procedimentos, e o Conselho Diretor recebe cópias de todos os relatórios emitidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Crédito.

Classificação e provisões da carteira de empréstimos ao consumidor

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, conforme indicado pelo CPC 48/IFRS 9, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito, sendo que a descrição de cada estágio é descrita a seguir:

Estágio 1: instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência igual ou inferior a 30 dias, ou que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa o default resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de *impairment* (evento de inadimplência), ou se observada inadimplência superior a 30 dias, o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete o default estimado da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e aumento na probabilidade de default; e

Estágio 3: Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera ativos em default (atraso acima de 90 dias, ou 30 dias para instrumentos de reestruturação de dívida).

A composição da carteira de crédito ao consumidor, assim como da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro, por estágio em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está apresentada abaixo:

(Em milhões de Reais)	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Crédito ao consumidor	PCLD	PCLD %	Crédito ao consumidor	PCLD	PCLD %
Estágio 1	7.852	(367)	9,2%	6.541	(372)	13,2%
Estágio 2	1.912	(269)	6,8%	2.330	(398)	14,1%
Estágio 3	3.771	(3.025)	76,0%	2.699	(1.933)	68,6%
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	13.535	(3.661)	27,0%	11.570	(2.703)	23,4%
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(3.661)			(2.703)		
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras, líquido	9.874			8.867		
Compromissos contingentes	(317)			(115)		
Provisão para perdas de crédito e compromissos contingentes	(3.978)			(2.818)		

A provisão sobre os compromissos contingente (linha de créditos dados aos clientes, mas não usadas) é apresentada na nota 18.1.

Modelos de provisão são desenvolvidos de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, e observa também a regulamentação bancária brasileira. O modelo é baseado nas seguintes etapas:

- Classificação dos créditos aos consumidores em 3 estágios, de acordo com o aumento de risco constatado desde a origem do crédito;
- Modelagem de perda dada à inadimplência e taxas de recuperação; e
- Reavaliação da classificação dos créditos e cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro de acordo com as perdas esperadas em todos os estágios carteira de empréstimos na data de cada demonstração financeira.



Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro

Em 1º de janeiro de 2019	(1.799)
Constituição	(1.029)
Reversão	158
Mudança nos modelos / parâmetros de risco	(33)
Em 31 de dezembro de 2019	(2.703)
Constituição	(1.073)
Reversão	219
Mudança nos modelos / parâmetros de risco	(104)
Em 31 de dezembro de 2020	(3.661)

Nota 28.8. Contabilidade de hedge e instrumentos derivativos

Conforme descrito na nota 28.3 a Companhia fez captações de empréstimos em moeda estrangeira e utiliza instrumentos financeiros derivativos, designados como hedge accounting, sendo consistente com a política contábil descrita nas demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. A política contábil para contabilidade de hedge do Grupo é descrita a seguir:

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('forward points') é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda, euros e dólares para reais, sendo assim a designação para hedge de valor justo. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômica uma dívida em % do CDI em reais no balanço da Companhia.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de hedge é ou será reconhecido. O objeto de hedge, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo no resultado. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('forward points') é contabilizada separadamente como custo de hedge é reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido (ORA).

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, uma vez que os termos do swap de taxa de juros correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa (ou seja, montante nominal, prazo, pagamento). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de hedge, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do hedge, o Grupo usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.



Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que seja objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(a) Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos derivativos tem os mesmos prazos de vencimento e valores que os contratos de empréstimos, a relação do hedge é demonstrada no quadro abaixo:

Objeto de Hedge (empréstimos)							Controladora							Instrumento de Hedge						
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Varição cambial reconhecida no resultado do período		Contra parte	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Taxa a termo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor do instrumento reconhecido no resultado do período	Custo reconhecido no resultado do período	Valor justo			
A	09/01/2020	11/01/2021	Euro	75	4,5513	(131)	ING Bank	NDF	09/01/2020	11/01/2021	75	4,5513	4,7563	-	131	(15)	-			
B	14/01/2020	15/01/2021	Euro	50	4,6101	(78)	Credit Agricole	NDF	14/01/2020	15/01/2021	50	4,6101	4,8075	-	78	(10)	-			
C	16/01/2020	21/01/2021	Euro	75	4,6491	(131)	Deutsche Bank	NDF	16/01/2020	21/01/2021	75	4,6491	4,8457	(1)	131	(14)	116			
D	26/02/2020	26/02/2021	Euro	50	4,8257	(69)	Credit Agricole	NDF	26/02/2020	26/02/2021	50	4,8257	5,0194	-	69	(9)	-			
				250		(409)					250			(1)	409	(48)	116			

Em dezembro 2020, as operações A, B e D foram liquidadas em antecipação, em linha com a administração das linhas intercompany com a coligada Carrefour Finance.

Além dos empréstimos em moeda estrangeira, a controlada Carrefour Comercio e Indústria efetua importação de mercadorias em Euros e Dólares e utiliza instrumentos financeiros derivativos como hedge de fluxo de caixa. Os valores justos destes instrumentos derivativos são apresentado no quadro abaixo:

Consolidado – 31 de dezembro de 2020									
Moeda	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal	Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM – milhões de reais		
A	Euro	NDF	09/01/2020	11/01/2021	75	4,5513	4,7563	-	-
B	Euro	NDF	14/01/2020	15/01/2021	50	4,6101	4,8075	-	-
C	Euro	NDF	16/01/2020	21/01/2021	75	4,6491	4,8457	-	116
D	Euro	NDF	26/02/2020	26/02/2021	50	4,8257	5,0194	-	-
	Euro	NDF	De 19/06/2020 a 29/12/2020	De 06/01/2021 a 15/12/2021	10	Média 6,4078	Média 6,4771	-	-
	Dólar	NDF	De 31/01/2020 a 29/12/2020	De 05/01/2021 a 16/12/2021	51	Média 5,4109	Média 5,4265	-	13
					311				129

Consolidado – 31 de dezembro 2019									
Moeda	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal	Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM – milhões de reais		
	Dólar	NDF	De 17/04/2019 a 27/12/2019	De 06/01/2020 a 15/12/2020	9	Média 4,5377	Média 4,1155	-	1
	Euro	NDF	De 15/02/2019 a 27/12/2019	De 06/01/2020 a 17/12/2020	69	Média 4,0594	Média 4,6151	-	4
					78				5



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(b) Hedge de valor justo

Para os empréstimos captados em abril de 2020, a Companhia contratou instrumentos derivativos como instrumento de hedge de valor justo para a variação nas taxas de câmbio com vencimentos em 24 e 36 meses. Os instrumentos derivativos tem os mesmos prazos de vencimento e valores que os contratos de empréstimos, a relação do hedge é demonstrada no quadro abaixo:

Objeto de Hedge (empréstimos)						Controladora									
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Instrumento de Hedge									
						Contra parte	Natureza	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Custo reconhecido no resultado do período	Valor justo
16/04/2020	14/04/2022	Euro	68	5,5500	(56)	Société Générale	SWAP	16/04/2020	14/04/2022	1,5059% a.a.	CDI + 0,68%	5	56	(3)	60
16/04/2020	14/04/2022	Euro	67	5,5900	(52)	Credit Agricole	SWAP	16/04/2020	14/04/2022	1,1741% a.a.	CDI + 0,65%	4	52	(4)	55
16/04/2020	14/04/2023	Euro	67	5,5900	(53)	Credit Agricole	SWAP	16/04/2020	14/04/2023	1,3294% a.a.	CDI + 0,85%	7	53	(4)	59
16/04/2020	14/04/2023	Dólar	73	5,1250	(5)	BNP Paribas	SWAP	16/04/2020	14/04/2023	2,4000% a.a.	CDI +1%	6	5	(2)	11
			275		(166)							22	166	(13)	185



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 29: PARTES RELACIONADAS

O acionista controlador direto da Companhia é o Carrefour Nederland BV, sediado na Holanda e seu acionista controlador em última instância é o Carrefour S.A., sediado na França.

As transações entre partes relacionadas compreendem principalmente operações comerciais para compra e venda de mercadorias, despesas com pessoal, empréstimos, acordos de compartilhamento de custos e serviços de tecnologia da informação. Os saldos de contas a receber e contas a pagar referentes às transações com partes relacionadas são os seguintes:

- Contas a receber – Verbas comerciais a receber – estes valores referem-se principalmente a bonificações comerciais remetidas pelo Carrefour World Trade (“CWT”) para a Companhia e para o CCI, baseados no atendimento de condições e compromissos comerciais estabelecidos no contrato global negociado pela CWT com fornecedores, cujo objetivo é gerar sinergias com as empresas do Grupo Carrefour por meio da adoção de uma estratégia de alinhamento na seleção de fornecedores;
- Fornecedores e outras contas a pagar - estes valores referem-se à compra de mercadorias e produtos e/ou prestação de serviços diretamente relacionados com as suas atividades operacionais;
- Empréstimos - estes montantes referem-se a contratos de empréstimo concedidos pelo Carrefour Finance;
- Remuneração da Administração - os valores e divulgações referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados na Nota 32.2;
- Acordo de compartilhamento de gastos - correspondem a serviços prestados pela sede do Carrefour na França, prestados para o Grupo;
- Serviços de TI – Carrefour Systèmes d’Information presta serviços à Companhia e à CCI de manutenção, operação e suporte de equipes em relação a aplicações de tecnologia da informação;
- Correspondente de Serviços Bancários - Atacadão e CCI atuam como correspondentes bancários do Banco CSF, oferecendo soluções financeiras para os clientes em suas lojas, sendo remunerados como tal pelo Banco CSF; e
- Com relação ao acordo de licenciamento de marca, o Carrefour S.A. concedeu ao CCI o direito de utilizar suas marcas e logos com o nome Carrefour por uma taxa que depende do percentual de vendas e de certos parâmetros a serem atingidos, após a dedução das despesas de publicidade. Nenhum valor foi faturado no ano passado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Transações nos balanços patrimoniais

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do balanço nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as seguintes:

Controladora	31 de dezembro de 2020										
	Ativo					Passivo					
	Ativo circulante			Ativo não circulante		Total	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total
	Contas a receber	Outras contas a receber	Despesas antecipadas	Empréstimos a controladas	Empréstimos		Receita diferida	Outras contas a pagar	Receita diferida		
(Em milhões de Reais)											
Controladoras											
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	-	39	-	39	
Controladas											
Banco CSF S.A.	68	8	-	-	76	-	27	44	273	344	
Carrefour Comércio e Indústria Ltda (a)	-	-	-	1.019	1.019	-	-	14	-	14	
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	3	-	-	3	-	-	-	-	-	
Coligadas											
Carrefour World Trade	44	-	-	-	44	-	-	-	-	-	
Carrefour Finance	-	-	3	-	3	480	-	2	-	482	
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	-	22	-	22	
Outras partes relacionadas											
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	-	6	-	6	
Total	112	11	3	1.019	1.145	480	27	127	273	907	

(a) Em maio de 2020 foi formalizado um contrato de empréstimo ("mútuo") entre a Companhia e sua controlada Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("CCI"), com limite de R\$ 1 bilhão, que pode ser utilizado de modo fracionado mediante demanda do CCI. A taxa de juros da linha de crédito foi definida em CDI + 1,62%, com vencimento em junho de 2022 e pagamento dos juros no final do prazo do empréstimo (ou de qualquer reembolso antecipado).

Durante os meses de junho e julho de 2020, o CCI contratou a totalidade do limite disponível (R\$ 1 bilhão) e, os juros acumulados entre as partes ao fim do exercício deste ano foram de R\$ 19 milhões. Nenhuma provisão para perda de créditos esperadas de ativo financeiro foi contabilizada a respeito desta transação em 2020.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Controladora	31 de dezembro de 2019							
	Ativo			Passivo				
	Ativo circulante		Total	Passivo circulante		Passivo não circulante		Total
	Contas a receber	Outras contas a receber		Receita diferida	Outras contas a pagar	Receita diferida		
(Em milhões de Reais)								
Controladoras								
Carrefour S.A.	-	-	-	-	29	-	29	
Controladas								
Banco CSF S.A.	42	7	49	26	53	299	378	
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	-	1	1	-	10	-	10	
Coligadas								
Carrefour World Trade	42	-	42	-	-	-	-	
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	7	-	7	
Outras partes relacionadas								
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	6	-	6	
Total	84	8	92	26	105	299	430	

Consolidado	31 de dezembro de 2020							
	Ativo				Passivo			
	Ativo circulante			Total	Passivo circulante			Total
	Contas a receber	Despesas antecipadas	Outras contas a receber		Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	
(Em milhões de Reais)								
Controladoras								
Carrefour S.A.	-	-	7	7	-	-	78	78
Coligadas								
Carrefour Management	-	-	2	2	-	-	2	2
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	79	79
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	-	9	9
Carrefour Import S.A.	4	-	-	4	-	64	-	64
Carrefour Argentina	-	-	-	-	-	5	-	5
Carrefour World Trade	78	-	-	78	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	3	-	3	480	-	2	482
Maison Joannes Bubbès	-	-	-	-	-	1	-	1
Outras partes relacionadas								
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	6	6
Total	82	3	9	94	480	70	176	726



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Consolidado	31 de dezembro de 2019					
	Ativo			Passivo		
	Ativo circulante			Passivo circulante		
(Em milhões de Reais)	Contas a receber	Outras contas a receber	Total	Fornecedores	Outras contas a pagar	Total
Controladoras						
Carrefour S.A.	-	5	5	-	57	57
Coligadas						
Carrefour Management	-	1	1	-	1	1
Carrefour Systèmes d'Information	-	12	12	-	59	59
Carrefour Marchandises Internationales	-	2	2	-	15	15
Carrefour Import S.A.	-	4	4	96	-	96
Carrefour Argentina	-	-	-	1	-	1
Carrefour World Trade	65	-	65	-	-	-
Maison Joannes Bubbès	-	-	-	1	-	1
Sociedad de Compras Modernas	-	-	-	3	-	3
Outras partes relacionadas						
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	6	6
Total	65	24	89	101	138	239

Transações nas demonstrações do resultado do exercício

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Controladora	31 de dezembro de 2020										
	Vendas	Compras	Outras receitas	Desconto comercial	Despesa de aluguel	Despesa com pessoal	Tarifa de utilização	Repasse de despesas	Juros	Outras receitas e despesas	Total
Controladoras											
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(36)	-	-	(36)
Controladas											
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	4	(7)	-	-	(31)	(54)	-	23	19	-	(46)
Banco CSF S.A.	-	-	24	-	-	-	(22)	69	-	54	125
Coligadas											
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	-	-	(28)	-	(28)
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	-	(21)	-	-	(21)
Carrefour World Trade	-	-	-	149	-	-	-	-	-	-	149
Total	4	(7)	24	149	(31)	(54)	(22)	35	(9)	54	143



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Controladora

(Em milhões de Reais)

	31 de dezembro de 2019							Total	
	Vendas	Outras receitas	Desconto comercial	Despesa de aluguel	Despesa com pessoal	Tarifa de utilização	Repasse de despesas		Outras receitas e despesas
Controladoras									
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	(29)	-	(29)
Controladas									
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	3	-	-	(25)	(48)	-	-	-	(70)
Banco CSF S.A.	-	87	-	-	-	(24)	-	26	89
Coligadas									
Carrefour Systèmes 'Information	-	-	-	-	-	-	(19)	-	(19)
Carrefour World Trade	-	-	82	-	-	-	-	-	82
Total	3	87	82	(25)	(48)	(24)	(48)	26	53

Consolidado

(Em milhões de Reais)

	31 de dezembro de 2020				Total
	Descontos comerciais	Repasse de despesas	Compras	Juros	
Controladora					
Carrefour S.A.	-	-	(72)	-	(72)
Coligadas					
Carrefour Management	-	-	(1)	-	(1)
Carrefour Import S.A.	-	-	-	(250)	(250)
Carrefour World Trade	206	-	-	-	206
Carrefour Argentina	-	-	-	(9)	(9)
Carrefour Hypermarket Hong Kong	-	-	1	-	1
Compagnie d'ativite et de Commerce	-	-	-	(1)	(1)
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	(9)	-	(9)
Carrefour Finance	-	-	-	(28)	(28)
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	(69)	-	(69)
Maison Joannes Boubée	-	-	-	(1)	(1)
Sociedad Compras Modernas	-	-	-	(6)	(6)
Total	206	(150)	(267)	(28)	(239)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Consolidado

31 de dezembro de 2019

(Em milhões de Reais)

	Descontos comerciais	Repasse de despesas	Compras	Total
Controladora				
Carrefour S.A.	-	(56)	-	(56)
Coligadas				
Carrefour Import S.A.	7	-	(260)	(253)
Carrefour World Trade	129	-	-	129
Carrefour Argentina	-	-	(10)	(10)
Carrefour Hypermarket Hong Kong	-	1	-	1
Compagnie d'activite et de Commerce	-	-	(1)	(1)
Carrefour Marchandises Internationales	-	(12)	-	(12)
Carrefour Systèmes d'Information	-	(57)	-	(57)
Maison Joannes Boubée	-	-	(1)	(1)
Sociedad Compras Modernas	-	-	(7)	(7)
Total	136	(124)	(279)	(267)



NOTA 30: INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

Políticas contábeis

O CPC 22 (IFRS 8) – Informações por Segmento requer a divulgação de informações sobre os segmentos operacionais de uma entidade derivadas do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho. Os segmentos operacionais do Grupo são os segmentos Atacadão, varejo e soluções financeiras, cujos resultados são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração do Grupo, que é o principal tomador de decisões operacionais na concepção do CPC 22 (IFRS 8).

As operações de cada um dos segmentos do Grupo são as seguintes:

- (i) Varejo, que compreende as operações dos formatos de hipermercados, supermercados e lojas de conveniência da marca Carrefour, bem como farmácias, postos de gasolina e plataforma de comércio eletrônico para a venda de produtos não alimentícios;
- (ii) Atacadão, que compreende as operações das lojas de atacado e atacado de autosserviço que operam sob a marca Atacadão; e
- (iii) Soluções financeiras, que fornece cartões de crédito e financiamento ao consumidor para nossos clientes.

O Grupo não possui outros segmentos além dos três reportados anteriormente.

Nós também incorremos em centro de serviços compartilhados em relação às nossas funções centrais e sede. Estes custos compõem (i) o custo das entidades *holding* (ii) determinadas despesas incorridas em relação a determinadas funções de apoio que são atribuídas aos vários segmentos proporcionalmente às suas vendas, e (iii) as alocações de custos da nossa controladora que não são específicos de qualquer segmento. O segmento de Soluções financeiras oferece aos seus clientes cartões de crédito "Carrefour" e, recentemente, "Atacadão" que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, bem como crédito ao consumidor.

O segmento relata sua receita financeira de operações de crédito como, "Outras receitas" uma vez que estas constituem a principal atividade do segmento. O custo de captação de capital do segmento de soluções financeiras é apresentado como "Custo das operações financeiras". O segmento de Soluções financeiras também fornece crédito ao consumidor para compras realizadas em parcelas nos segmentos de Varejo e Atacadão.

As despesas de capital por segmento correspondem a aquisições de bens do imobilizado e ativos intangíveis.

Outros ativos do segmento correspondem a (i) capital de giro, composto por contas a receber, estoques e contas a pagar nos segmentos de Varejo e Atacadão; (ii) capital de giro do segmento de Soluções financeiras e (iii) outro capital de giro, incluindo outras contas a receber e a pagar, despesas antecipadas e receitas diferidas, impostos a recuperar e a recolher.

Substancialmente todas as receitas do Grupo derivam da operação no Brasil. O Grupo não possui ativos não circulantes relevantes localizados fora do Brasil.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota 30.1. Resultado por segmento

(Em milhões de Reais)	31 de dezembro de 2020					
	Total	Atacadão	Varejo	Soluções Financeiras	Funções corporativas	Eliminações
Vendas líquidas	67.640	47.058	20.582	-	-	-
Outras receitas	3.551	147	494	2.933	-	(23)
Receita operacional líquida	71.191	47.205	21.076	2.933	-	(23)
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	(57.273)	(40.165)	(15.915)	(1.193)	-	-
Lucro bruto	13.918	7.040	5.161	1.740	-	(23)
Vendas, gerais e administrativas	(8.360)	(3.448)	(3.698)	(1.042)	(172)	-
Depreciação e amortização	(1.040)	(460)	(544)	(36)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(8)	-	(8)	-	-	-
Outras receitas (despesas)	(6)	97	(97)	(6)	-	-
Lucro (prejuízo) antes das despesas financeiras líquidas e impostos	4.504	3.229	814	656	(172)	(23)
Despesas financeiras, líquidas	(579)	-	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.925	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	2.844	-	-	-	-	-
<i>Aquisição de ativo imobilizado e intangível (capex)</i>	3.211	2.835	316	60	-	-
<i>Aquisição de direito de uso de arrendamento</i>	651	587	64	-	-	-

(Em milhões de Reais)	31 de dezembro de 2019					
	Total	Atacadão	Varejo	Soluções Financeiras	Funções corporativas	Eliminações
Vendas líquidas	56.519	38.220	18.299	-	-	-
Outras receitas	3.545	140	460	2.945	-	-
Receita operacional líquida	60.064	38.360	18.759	2.945	-	-
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	(47.615)	(32.465)	(14.252)	(898)	-	-
Lucro bruto	12.449	5.895	4.507	2.047	-	-
Vendas, gerais e administrativas	(7.744)	(3.101)	(3.552)	(947)	(144)	-
Depreciação e amortização	(1.022)	(426)	(562)	(34)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	-	(1)	-	-	-
Outras receitas (despesas)	(901)	(14)	(887)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes das despesas financeiras líquidas e impostos	2.781	2.354	(495)	1.066	(144)	-
Despesas financeiras, líquidas	(502)	-	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.279	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	1.328	-	-	-	-	-
<i>Aquisição de ativo imobilizado e intangível (capex)</i>	1.769	1.340	378	51	-	-
<i>Aquisição de direito de uso de arrendamento</i>	1.031	657	374	-	-	-

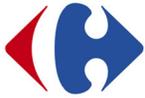


Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota 30.2. Ativos e passivos por segmento

(Em milhões de Reais)	31 de dezembro de 2020				
	Total	Atacadão	Varejo	Soluções Financeiras	Funções Corporativas
ATIVO					
Ágio	1.828	1.391	437	-	-
Outros ativos intangíveis	495	25	313	157	-
Imobilizado	15.465	11.363	4.040	62	-
Propriedades para investimento	397	-	397	-	-
Outros ativos do segmento	24.208	9.443	4.725	10.040	-
Total do ativo por segmento	42.393	22.222	9.912	10.259	-
Ativos não alocados	9.431				-
Total do ativo	51.824				-
PASSIVO (excluindo o patrimônio líquido)					
Passivo por segmento	25.486	11.082	6.286	8.034	84
Passivos não alocados	9.293				
Total do passivo	34.779				

(Em milhões de Reais)	31 de dezembro de 2019				
	Total	Atacadão	Varejo	Soluções Financeiras	Funções Corporativas
ATIVO					
Ágio	1.827	1.390	437	-	-
Outros ativos intangíveis	501	21	345	135	-
Imobilizado	12.915	8.472	4.382	61	-
Propriedades para investimento	408	-	408	-	-
Outros ativos do segmento	20.593	6.210	4.807	9.576	-
Total do ativo por segmento	36.244	16.093	10.379	9.772	-
Ativos não alocados	8.668				
Total do ativo	44.912				
PASSIVO (excluindo o patrimônio líquido)					
Passivo por segmento	21.551	8.423	5.765	7.234	129
Passivos não alocados	8.229				
Total do passivo	29.780				



NOTA 31: PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Políticas contábeis

O Grupo mantém três planos de pagamento baseados em ações a fim de reter os seus principais executivos. Além disso, esses executivos também participam de dois planos, nos quais recebem ações da controladora do Grupo (Carrefour S.A.).

O custo reconhecido como despesa com benefícios a empregados corresponde i) ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga (ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano) e ii) ao valor do imposto de renda retido na fonte a ser pago pelo Grupo em nome dos empregados e os encargos sociais.

Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo valor justo das opções de compra de ações é registrado como despesa com benefícios a empregados com um aumento correspondente no patrimônio líquido de acordo com o CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento Baseado em Ações durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito dos prêmios. O valor do imposto de renda retido na fonte e os encargos sociais correspondentes são registrados como um aumento no passivo (parcela do plano tratada com plano liquidado em caixa). O valor justo das opções de ações é determinado utilizando o modelo binomial de precificação de opções de ações na data de outorga.

Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período baseado na taxa de realização esperado para as condições de desempenho que não são de mercado.

O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*).

Detalhes dos planos de ações e de opções de compra de ações definido para diretoria e funcionários selecionados são apresentados a seguir:

Nota 31.1. Planos de opções de compra de ações

(a) Descrição dos Planos de opções de compra de ações

(i) Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO")

O primeiro plano de opções de compra de ações foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei 6.404, de 15/12/1976, era de reter um grupo de executivos chave para o planejamento e a execução da oferta pública inicial (IPO), e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo. O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano.

Os termos e condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas, (ii) o preço de exercício das opções outorgadas, (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (*vesting*) (iv) as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting*. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*).



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Os detalhes deste plano de opções de compra de ações são apresentados abaixo:

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	9.283.783
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	46
Período de exercício das opções ⁽²⁾	A partir do IPO até 21 de março de 2023
Preço de exercício (em R\$ por opção)	11,70

(1) número de opções autorizadas, aprovadas em Assembleia Geral de acionistas em 27 de junho de 2017,

(2) as opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Companhia e se o beneficiário ainda é empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:

-1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;

-1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e

-1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:

(i) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;

(ii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e

(iii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O vesting do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu vesting period completo e 24 meses depois, o terceiro. O movimento no período das opções outorgadas neste Plano está apresentado na nota 31.1 (c).

(ii) Segundo plano de opções aprovado ("Plano Regular 2019")

O segundo plano de opções de compra de ações foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

- **Elegibilidade:** nossos administradores e empregados, bem como os administradores e empregados de nossas sociedades controladas;
- **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo nosso Conselho de Administração;
- **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- **Prazo máximo para exercício das opções:** até o final do 6º ano da data de tal plano;
- **Diluição societária máxima:** 2,5% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito do deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e
- **Preço de exercício:** será determinado pelo nosso Conselho de Administração no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.

O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada:

- Duas condições relacionadas à performance financeira (Resultado operacional corrente e Fluxo de caixa livre ajustado);
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira outorga de opções conforme detalhes descritos a seguir.

Número de opções autorizadas ⁽¹⁾	3.978.055
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	92
Período de exercício das opções ⁽²⁾	Entre 26 de setembro de 2022 e 26 de setembro de 2025
Preço de exercício (em R\$ por opção)	21,98

(1) número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019;

(2) as opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(b) Mensuração de valor justo

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado:

	Pré-IPO	Regular 2019
Valor justo da opção na data da outorga (R\$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R\$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35	1,09
Volatilidade esperada (%)	29,02	27,20
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25	5,57
Prazo de vida esperada das opções (anos)	2,72	3
Modelo utilizado	Binomial	Binomial

Volatilidade e rendimento de dividendos:

1. Plano Pré-IPO: sendo que a Companhia ainda não estava listada no momento da aprovação do plano, a Companhia definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, a Companhia adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

2. Plano regular: a Companhia utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pela Companhia no período de 2018.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 5,57%.

(c) Conciliação de opções de compra de ações em circulação

Os movimentos no plano de opções de ações no período foram os seguintes:

	Pré-IPO	Regular 2019
Opções de ações pendentes em 1º de janeiro de 2020	3.310.923	3.612.789
(+) Opções concedidas no período	-	-
(-) Opções exercidas no período	(543.451)	-
(-) Opções canceladas no período	(945.000)	(449.173)
Opções de ações pendentes em 31 de dezembro de 2020	1.822.472	3.163.616

Nota 31.2. Planos de remuneração em ações

(i) Plano Grupo

Em 27 de fevereiro de 2019, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 14ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 17 de maio de 2016 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O funcionário poderá acessar as ações somente se permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

- Duas condições relacionadas à *performance* financeira (Resultado operacional corrente e Fluxo de caixa livre ajustado);
- Retorno total ao Acionista; e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes do plano de ações em 31 de dezembro de 2020 são demonstrados abaixo:

Data da Outorga ⁽¹⁾	27 de fevereiro de 2019	26 de fevereiro de 2020
Data do vesting ⁽²⁾	26 de fevereiro de 2022	27 de fevereiro de 2023
Total de número ações outorgadas na data de outorga	256.700	196.478
Número de ações outorgadas	256.700	196.478
Valor justo de cada ação (em €) ⁽³⁾	14,32	13,05

(1) Data da notificação (Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

(2) as ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do vesting period e se as condições de performance forem atingidas.

(3) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o vesting period.

(ii) Plano Regular 2020

Em 10 de novembro de 2020, baseado no regulamento aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 14 de Abril de 2020 e na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O funcionário poderá acessar a totalidade das ações somente se permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. Caso o funcionário seja desligado sem justa causa, poderá acessar as ações pró-rata no final do vesting period. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:

- Duas condições relacionadas à *performance* financeira (Resultado operacional corrente e Fluxo de caixa livre ajustado);
- Retorno total ao Acionista;
- Item relacionado à de transformação digital da empresa; e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Número de ações autorizadas ⁽¹⁾	1.291.074
Número de ações outorgadas	999.403
Número de executivos elegíveis	79
Data da outorga ⁽³⁾	10/11/2020
Data do vesting ⁽²⁾	10/11/2023
Valor justo de cada ação (em R\$)	17,35

(1) número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2020;

(2) as ações serão entregues de acordo com as regras definidas no Regulamento do plano aprovado pelo Conselho de Administração em 14/04/2020;

(3) Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano.

(c) Conciliação dos planos de ações em circulação

	Plano Global 2019	Plano Global 2020	Plano Regular 2020
Ações outorgadas em 1º de janeiro de 2020	239.900	-	-
(+) Ações concedidas no período	4.100	202.638	999.403
(-) Ações canceladas no período	(31.400)	(4.298)	-
Ações em 31 de dezembro de 2020	212.600	198.340	999.403
Ações exercíveis	-	-	-

Nota 31.3. Despesas reconhecidas no resultado

Para detalhes sobre as despesas de benefícios aos empregados (pagamentos baseados em ações), veja Nota 24.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 32: NÚMERO DE EMPREGADOS, REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E BENEFÍCIOS

Políticas contábeis

Os empregados do Grupo recebem benefícios de curto prazo (tais como férias remuneradas, auxílio-doença e participação nos lucros e resultados) e benefícios de longo prazo (tais como prêmios de tempo de serviço e benefícios pós-emprego complementares). Os benefícios pós-emprego podem ser pagos em planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Todos esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33 (IAS 19) - Benefícios a Empregados. Os benefícios de curto prazo (ou seja, os benefícios que devem ser integralmente liquidados em até doze meses após o encerramento do período anual em que os empregados prestam os serviços relacionados) são classificados como passivo circulante (em "Outras contas a pagar") e registrados como despesa no exercício em que os empregados prestam os serviços relacionados (Nota 24). Os benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo são mensurados e reconhecidos conforme descrito na Nota 18.1.

Nota 32.1. Descrição dos planos de contribuição definida

Políticas contábeis

Os benefícios pós-emprego são benefícios dos empregados que são pagos após a conclusão do emprego. Os planos de benefícios pós-emprego do Grupo incluem planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos.

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego nos quais o Grupo paga contribuições fixas em uma entidade separada responsável pela gestão administrativa e financeira do plano, bem como pelo pagamento de benefícios de tal forma que o Grupo não tem obrigação de pagar outras contribuições se os ativos do plano forem insuficientes.

Um passivo por contribuições para planos de previdência privada de contribuição definida é reconhecido como despesa com benefícios aos empregados na apuração do resultado para os períodos durante os quais os serviços são prestados aos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo se puderem ser reembolsados ou se os pagamentos futuros puderem ser reduzidos.

Programas de saúde

O atual plano de benefício definido refere-se à assistência pós-emprego, conforme definido pela obrigação prevista na Lei nº 9656/98.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado usando o método de crédito unitário projetado.

Nossa controlada CCI e suas controladas mantêm um plano de pensão de contribuição definida para seus empregados, administrado pela Carrefourprev Sociedade de Previdência Complementar. As despesas dos patrocinadores para 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 9 milhões (R\$ 8 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Nota 32.2. Remuneração da Administração

O Conselho de Administração (10 membros) não recebeu remuneração, exceto pelos dois conselheiros independentes. A tabela a seguir mostra a remuneração paga pelo Grupo à Diretoria Executiva em 31 de dezembro de 2020 e 2019.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

<i>(Em milhões de reais, exceto número de executivos)</i>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração do exercício	9	8	19	18
Remuneração em opções de compra de ações	4	4	6	7
Bônus	12	9	20	17
Benefício de serviço (acomodação e carro da Companhia)	2	1	2	2
Total pago da compensação no ano	27	22	47	44
Impostos sobre a folha de pagamento do empregador	6	5	10	9
Benefícios de rescisão	-	-	1	-
Número de executivos	4	4	10	10

Nota 32.3. Número de empregados por segmento operacional

Número médio de empregados do Grupo	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Atacadão	48.904	46.903
Varejo	39.149	38.630
Soluções Financeiras	656	641
Consolidado	88.709	86.174

Número de funcionários do Grupo no final do exercício	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Atacadão	53.400	48.488
Varejo	41.608	39.391
Soluções Financeiras	659	672
Consolidado	95.667	88.551

NOTA 33: COMPROMISSOS FUTUROS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO

Políticas contábeis

Os compromissos assumidos e recebidos pelo Grupo que não são reconhecidos no balanço patrimonial correspondem a obrigações contratuais cujo desempenho depende da ocorrência de condições ou transações após o encerramento do exercício. Existem dois tipos de compromissos não registrados no balanço, relacionados à (i) transações de gerenciamento de caixa e (ii) operações de varejo. Os compromissos futuros de locação têm origem no recebimento de aluguel de unidades em shopping centers e galerias de propriedade do Grupo arrendadas a terceiros (compromissos recebidos).

Compromissos assumidos

<i>(Em milhões de Reais)</i>	31/12/2020	Consolidado			31/12/2019
		Vencimento			
		Dentro de 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	
Relacionadas com transações de gerenciamento de caixa	26.636	26.636	-	-	23.434
Relacionado com operações	1.576	1.113	463	-	3.261
TOTAL	28.212	27.749	463	-	26.695

Relacionados com transações de gerenciamento de caixa incluem:

- Compromissos de crédito concedidos aos clientes pela CSF, empresa de soluções financeiras no decurso das suas atividades operacionais. A CSF tem a possibilidade de rever as linhas de crédito oferecidas aos seus clientes a qualquer momento, portanto é classificado como curto prazo;



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relacionados com operações incluem:

- compromissos de compra de energia até 5 anos;
- compromissos de compra de combustível em relação à nossa atividade de venda de combustíveis;
- compromissos diversos decorrentes de contratos comerciais (como por exemplo contratação de serviços de mídia); e
- outros compromissos assumidos.

Compromissos recebidos

<i>(Em milhões de Reais)</i>	31/12/2020	Consolidado			31/12/2019
		Vencimento			
		Dentro de 1 ano	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	
Relacionadas com transações de gerenciamento de caixa	3.348	3.348	-	-	2.112
<i>Empresas de soluções financeiras</i>	-	-	-	-	240
<i>Atacado</i>	3.348	3.348	-	-	1.872
Outros compromissos recebidos	9	-	-	9	9
Relacionado com locação de imóveis	335	174	161	-	327
TOTAL	3.692	3.522	161	9	2.448

Relacionados com transações de gerenciamento de caixa incluem:

- Linhas de crédito confirmadas, mas não utilizadas pelo Grupo no final do exercício.

Relacionados com operações incluem:

- Hipotecas e outras garantias recebidas, principalmente no âmbito das atividades imobiliárias do Grupo; e
- outros compromissos recebidos.

Relacionados com locação de imóveis:

O Grupo também possui diversos shoppings e galerias construídos principalmente nos mesmos locais que seus hipermercados e supermercados e alugados a terceiros. Os aluguéis mínimos futuros a receber dessas unidades de varejo - determinados com base no compromisso máximo dos arrendatários em termos de duração e valor para cada um dos arrendamentos em vigor no encerramento do período - totalizaram R\$ 335 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 327 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Bens dados em garantia

- O valor dos bens do ativo imobilizado dados em garantia em ações judiciais é de R\$ 30 milhões em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 31 milhões em 31 de dezembro de 2019).

NOTA 34: COBERTURA DE SEGURO

Em 31 de dezembro de 2020 a cobertura de seguros do Grupo Carrefour Brasil compreendia:

Cobertura de seguro <i>(Em milhões de Reais)</i>	Controladora	Consolidado
Riscos operacionais	11.883	21.500
Lucros cessantes	5.017	7.605
Responsabilidade civil-limite máximo de indenização	725	725



Notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTA 35: EVENTOS SUBSEQUENTES

Proposta de destinação do resultado

Em 12 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a proposta de distribuição de lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 1.241 milhões que equivale a R\$ 0,63 por ação. Descontada às antecipações feitas durante o ano de 2020, resta o valor de R\$ 759 milhões que será distribuído. A data de pagamento do valor residual será definida após a aprovação da proposta na Assembleia Geral Ordinária / Extraordinária que ocorrerá em 13 de abril de 2021.

Projeto Pinheiros

No dia 03 de fevereiro de 2021, foi emitido pela Prefeitura Municipal de São Paulo o Alvará de Execução nº 2021/00700-00 do Projeto Pinheiros, publicado no diário oficial do município em 30 de janeiro de 2021. O projeto consiste numa permuta de imóveis, onde a Companhia irá ceder o terreno da sua loja localizada na Avenida das Nações Unidas, na zona sul de São Paulo, e receberá em troca uma nova loja, junto com uma nova área de galeria comercial, vagas de estacionamento, e unidades de uma nova torre corporativa, a serem construídos pelo seu parceiro, com um valor de mercado avaliado aproximadamente em R\$ 500 milhões. Com a emissão do Alvará de Execução nº 2021/00700-00 foram cumpridas todas as condições precedentes para a escritura da permuta, que será realizada no primeiro trimestre 2021.

Captação de empréstimos

Em janeiro de 2021, a Companhia contratou empréstimos junto à sua Coligada na Bélgica, Carrefour Finance, no montante de € 500 milhões, equivalentes a R\$ 3,2 bilhões, com vencimentos de até um ano. Estes empréstimos foram feitos utilizando os limites disponíveis das linhas de crédito contratadas em dezembro de 2019 e fevereiro de 2020 com Carrefour Finance (Revolving Credit Facilities). No mesmo mês, a Companhia renovou a tranche C dessas linhas de créditos, no montante de € 75 milhões (vide nota 28.8), equivalentes à R\$ 478 milhões, com vencimento original em 21 de janeiro de 2021 para um novo vencimento em dezembro de 2021.

Os empréstimos contratados são remunerados à taxa de 0,60% a.a. em euros e convertidos integralmente para reais através de operações com instrumentos financeiros derivativos – NDFs (non-derivable forwards) e swaps, com vencimentos e condições financeiras casadas com os empréstimos. Estes instrumentos derivativos foram designados para contabilidade de hedge de fluxo de caixa, com a finalidade de cobertura da exposição ao risco de variação cambial (vide nota 28.8).

O contrato assinado com a parte relacionada seguiu condições de mercado e foi assinado sob as boas práticas de governança e acompanhamento de mercado. A Companhia fez novas cotações no mercado de capitais e de crédito local, bem como no mercado externo para captação de novos recursos.



Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

ATACADÃO S.A.

CNPJ/MF Nº 75.315.333/0001-09
NIRE 35.300.043.154

Declaração dos Diretores acerca das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instituição CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, os abaixo assinados, Diretores do ATACADÃO S.A. ("a Companhia"),

Declararam que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

Noël Prioux

Diretor Presidente – Grupo Carrefour Brasil

José Roberto Meister Müssnich

Diretor Presidente – Atacadão

Sebastien Durchon

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores – Grupo Carrefour Brasil

Marco Aparecido de Oliveira

Diretor Vice-Presidente de Operações – Atacadão



Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria

ATACADÃO S.A.

CNPJ/MF nº 75.315.333/0001-09

NIRE 35.300.043.154

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

Introdução

De acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário e também na Instrução CVM nº 308/99, o Comitê de Auditoria Estatutário do Atacadão S.A ("Companhia") deve, dentre outras atribuições, rever e fornecer opiniões para o Conselho de Administração sobre: (i) a manutenção ou alteração dos Auditores Independentes da Companhia (ii) as informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia; (iii) o monitoramento dos procedimentos de controles internos da Companhia e de suas subsidiárias; (iv) a escolha das políticas e princípios contábeis da Companhia e de suas subsidiárias; (v) o monitoramento dos procedimentos de gerenciamento e avaliação de riscos internos e de suas subsidiárias e; (vi) o monitoramento e avaliação, em conjunto com a Administração e com o departamento de auditoria interna, da adequação das transações entre partes relacionadas. O Comitê de Auditoria é composto atualmente por quatro membros, os quais também são membros do Conselho de Administração.

Atividades

Durante o ano de 2020 o Comitê de Auditoria realizou seis (6) reuniões ordinárias com o principal propósito de, entre outros assuntos, revisar as demonstrações financeiras da Companhia e as informações financeiras trimestrais, revisar e fazer recomendações sobre as competências da área de Auditoria Interna, seu plano de trabalho, além de avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna.

Dentro das principais atividades do ano de 2020, o Comitê de Auditoria Estatutário acompanhou de perto as medidas adotadas pelo Departamento de Gestão de Riscos da Companhia, juntamente com consultores externos especializados, com o objetivo de aprimorar os controles internos e os padrões de conformidade.

O Comitê de Auditoria Estatutário também acompanhou de perto os impactos da pandemia COVID-19 sobre a Companhia, incluindo, mas não se limitando às medidas tomadas pela Companhia para proteger seus funcionários e clientes, mudanças nas operações, bem como impactos nos resultados e demonstrações financeiras da Companhia, conforme aplicável.

O Comitê também tomou conhecimento sobre o relato dos auditores externos da KPMG, em relação às demonstrações financeiras trimestrais, mas também para entender e avaliar a metodologia do processo de auditoria, as áreas de foco em relação aos principais riscos, o cronograma do processo de auditoria e as lacunas de materialidade.

Por fim, como parte de suas responsabilidades, o Comitê acompanhou de perto o plano de trabalho do Departamento de Auditoria Interna, incluindo o orçamento, o escopo dos trabalhos, assuntos de tecnologia da informação, gerenciamento de crises, recomendando alguns ajustes, quando necessário, orientando e avaliando a estrutura e equipe de forma a confirmar sua adequação às atividades exercidas, conforme requerido pelo Regulamento do Novo Mercado.

Em cada reunião ordinária do Conselho de Administração, um relatório resumido das atividades do Comitê de Auditoria foi apresentado pelo Coordenador do Comitê e discutido com os membros do Conselho de Administração.



Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria

Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário referente às Demonstrações Financeiras

Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia examinaram as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia e com base no relatório preparado pela KPMG Auditores Independentes, recomendaram a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração para posterior envio à Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2021.

Matthieu Malige

Coordenador do Comitê de Auditoria

Claire Du Payrat

Membro do Comitê de Auditoria

Luiz Fernando Vendramini Fleury

Membro Independente do Comitê de Auditoria

Eduardo Pongrácz Rossi

Membro do Comitê de Auditoria